

CONTAS REGIONAIS NA BAHIA (2002-2016)

103

Série Estudos e Pesquisas

CONTAS REGIONAIS NA BAHIA (2002-2016)

SEI

103

Série Estudos e Pesquisas

publicações
 SEI

SALVADOR
2010

Governo do Estado da Bahia
Rui Costa dos Santos

Secretaria do Planejamento
Walter Pinheiro

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
Jorgete Oliveira Gomes da Costa

Diretoria de Indicadores e Estatística
Gustavo Casseb Pessoti

Coordenação de Contas Regionais e Finanças
Públicas

João Paulo Caetano Santos

Equipe de Elaboração

Carol Araújo Vieira

Denis Veloso

Gabriel Vieira

Karina Maria das Graças Carneiro

Poliana Peixinho

Rodrigo Barbosa Cerqueira

Simone Borges Medeiros Pereira

Coordenação de Produção Editorial

Editoria-geral

Elisabete Cristina Teixeira Barretto

Editoria de Arte e de Estilo

Ludmila Nagamatsu Dias

Revisão de Linguagem

Calixto Sabatini

Design Gráfico

Elisabete Barretto

Julio Vilela

Editoração

Autor Visual / Perivaldo Barreto

Coordenação de Biblioteca e Documentação

Eliana Marta Gomes da Silva Sousa

Normalização

Patrícia Fernanda Assis da Silva

Contas regionais na Bahia (2002-2016) / Superintendência
de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. – Salvador : SEI, 2020.
114 p. il. (Série estudos e pesquisas, 103).

ISBN 978-65-990754-3-8

I. Contas regionais – Bahia. 2. Economia - Bahia. I. Superintendência
de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. II. Série.

CDU 330.53 (813.8)



LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

1. Dispersão dos setores quanto ao Índice de Encadeamento Direto de Chenery-Watanabe

GRÁFICOS

1. Índice de volume e taxa de crescimento do Produto Interno Bruto – Bahia – 2003-2016
2. Participação do PIB baiano em relação ao PIB Nacional – 2002-2016
3. Evolução da relação CI/VP do setor agropecuário – Bahia – 2002-2008
4. Participação do setor industrial – Bahia – 2009-2016
5. Taxa de crescimento do setor industrial – Bahia – 2009-2016
6. Evolução do VA do refino x preços de petróleo – Bahia – 2010-2015
7. Curva de Lorenz do Produto Interno Bruto Municipal – Bahia – 2002
8. Curva de Lorenz do Produto Interno Bruto Municipal – Bahia – 2016
9. Municípios que Agregam 50% do Produto Interno Bruto – Bahia – 2002-2016
10. Variação dos Municípios que agregam 50% do Produto Interno Bruto – Bahia – 2016/2002
11. Curva de Lorenz do VA da Agropecuária – Bahia – 2002
12. Curva de Lorenz do VA da Agropecuária – Bahia – 2016
13. Curva de Lorenz do VA da Indústria – Bahia – 2002
14. Curva de Lorenz do VA da Indústria – Bahia – 2016
15. Curva de Lorenz do VA de Serviços – Bahia – 2002
16. Composição do PIB baiano em 2012 pela ótica da demanda
17. Composição demanda final em 2012

18. Composição das receitas do governo – Bahia – 2013/2016 – % do PIB

19. Composição das despesas do governo – Bahia – 2013/2016 – % do PIB

ESQUEMAS

1. Núcleo do arcabouço analítico das EFPs (Balanço Patrimonial, Demonstrativo de Operações de Governo e Demonstrativo de Outros Fluxos Econômicos).

QUADROS

1. Relação de Setores e Produtos da TRU 2012: 15x15

2. Relação de Setores e Produtos da TRU 2012: 41x41

3. Classificação dos setores segundo o Índice de Encadeamento de Chenery-Watanabe

LISTA DE TABELAS

1. Taxa de crescimento média e acumulada por períodos dos grandes setores e PIB – Bahia – 2003-2016
2. Estrutura por grandes setores – Bahia – 2002-2008
3. Produto Interno Bruto total, população e PIB *per capita* – Bahia – 2002-2008
4. *Ranking* do Produto Interno Bruto das unidades da Federação – 2011
5. Posição relativa do PIB das Unidades da Federação no PIB do Brasil entre 2002-2016
6. Posição relativa do PIB das Unidades da Federação no PIB do Brasil entre 2002-2016
7. Produto Interno Bruto, Variação real anual e Produto Interno Bruto per capita, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2002-2016
8. Produto Interno Bruto Total e *Per Capita* Índices e Taxas de Crescimento – Bahia – 2002-016
9. Estrutura por Grandes Setores – Bahia – 2002-2016
10. Valor Adicionado por Grandes Setores – Bahia – 2002-2016
11. Valor Adicionado segundo atividades, Impostos Líquidos e PIB – Bahia – 2002-2016
12. Valor Adicionado segundo atividades, Impostos Líquidos e PIB – Bahia – 2002-2016
13. Taxa de crescimento segundo atividades, Impostos líquidos e PIB – Bahia – 2002-2016 (2002=100)
14. Taxa de crescimento segundo atividades, Impostos líquidos e PIB – Bahia – 2002-2016 (2002=100)
15. Taxa de Crescimento Acumulada do Produto Interno Bruto – Bahia – 2003-2016
16. Taxa Média de Crescimento do Produto Interno Bruto – Bahia – 2003-2016
17. Número de municípios e participação relativa dos municípios e da população segundo as faixas de distribuição do PIB – 2002-2016
18. Número de municípios e participação relativa dos municípios e da população segundo as faixas de distribuição do valor adicionado da Agropecuária – 2002-2016

19. Número de municípios e participação relativa dos municípios e da população segundo as faixas de distribuição do valor adicionado da indústria – 2002-2016
20. Número de municípios e participação relativa dos municípios e da população segundo as faixas de distribuição do valor adicionado da serviço – 2002-2016
21. PIB Municipal Peso das atividade em alguns municípios – Bahia – 2002, 2016
22. VBP, CI e VA por setor de atividade em 2012
23. Produtividade média do trabalho em 2012 – Setores de atividade das TRU
24. Salário médio anual em 2012 – Setores de atividade das TRU
25. Índices Simples de Encadeamento Direto de Chenery-Watanabe
26. Coeficientes de Rasmussen-Hirschman de ligação e dispersão com 41 setores – 2012
27. Setores-chave da economia baiana – 2012
28. Demonstrativo das receitas do governo – Bahia – 2013-2016
29. Demonstrativo das despesas do governo – Bahia – 2013-2016
30. Demonstrativo de Operações do Governo, Estado da Bahia – 2013
31. Demonstrativo de Operações do Governo, estado da Bahia – 2014
32. Demonstrativo de Operações do Governo, Estado da Bahia – 2015
33. Demonstrativo de Operações do Governo, Estado da Bahia – 2016

■ SUMÁRIO

11	APRESENTAÇÃO
11	SISTEMA DE CONTAS DA BAHIA
13	UMA ANÁLISE DA ECONOMIA BAIANA PELA PERSPECTIVA DO PRODUTO INTERNO BRUTO NO PERÍODO DE 2002 A 2016
13	PREÂMBULO
15	PRODUTO INTERNO BRUTO: 2002 – 2016
17	ANÁLISE DO PRIMEIRO PERÍODO (2002 – 2008)
22	ANÁLISE DO SEGUNDO PERÍODO (2009 – 2016)
31	ANEXOS
47	REFERÊNCIAS
49	A DINÂMICA DO PERFIL ECONÔMICO NO PERÍODO DE 2002 A 2016 PELA ÓTICA DO PIB MUNICIPAL DA BAHIA
50	A análise de indicadores econômicos contribui para o entendimento dessa realidade
50	MUDANÇA DO PERFIL ECONÔMICO
53	PRODUTO INTERNO BRUTO MUNICIPAL
55	Municípios que agregam 50% do PIB Municipal
57	Valor adicionado da agropecuária
59	Valor adicionado da indústria
61	Valor adicionado de serviços
64	MUNICÍPIOS QUE MUDARAM DE PERFIL ECONÔMICO NO PERÍODO DE 2002 A 2016
67	CONSIDERAÇÕES FINAIS
69	REFERÊNCIAS
71	INSTRUMENTOS DE CONTAS REGIONAIS A SERVIÇO DO PLANEJAMENTO - AS TABELAS DE RECURSOS E USOS E A MATRIZ DE INSUMO-PRODUTO DA BAHIA
72	TABELAS DE RECURSOS E USOS
73	TRU BAHIA 2012
79	MODELO DE INSUMO-PRODUTO
80	MODELO DE INSUMO-PRODUTO PARA A BAHIA 2012
82	ÍNDICES DE ENCADEAMENTO DIRETO
87	COEFICIENTES DE RASMUSSEN-HIRSCHMAN DE LIGAÇÃO E DISPERSÃO
91	APLICAÇÕES E ESTUDOS POR MEIO DA MIP 2012
92	CONSIDERAÇÕES FINAIS
93	REFERÊNCIAS

95	ESTATÍSTICAS DE FINANÇAS PÚBLICAS NA BAHIA
95	CONTEXTUALIZAÇÃO
98	ESTATÍSTICAS DE FINANÇAS PÚBLICAS - EFP
100	METODOLOGIA
101	ANÁLISES
110	ANEXO 1 (ABRANGÊNCIA DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA)
	1. UNIDADES GOVERNAMENTAIS
110	Secretarias
111	Órgãos Superiores
111	Fundos de Previdência Social
	2. OUTRAS UNIDADES GOVERNAMENTAIS
111	Fundos Especiais
112	Autarquias
112	Empresas Estatais Dependentes
113	REFERÊNCIAS

APRESENTAÇÃO

SISTEMA DE CONTAS DA BAHIA

Segundo o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -, um sistema de contas consiste num conjunto de informações relacionados à “geração, distribuição e uso da renda” no país (IBGE, 2020). Além disso, o sistema contempla informações sobre a acumulação de ativos, patrimônio financeiro e as relações com o resto do mundo.

Com base na definição do IBGE, entende-se que para desenvolver um sistema de contas é necessário um conjunto de informações econômicas que contemplam tanto os fluxos de bens e serviços (internos e externos) quanto os fluxos de renda (internos e externos). Dessa forma, as contas nacionais atuais exibem essas informações a partir dos indicadores do Produto Interno Bruto sobre as três óticas (produção, demanda e renda), Tabelas de Recursos e Usos, Contas Econômicas Integradas, Matriz Insumo-Produto.

Quando se busca construir um sistema de contas de caráter regional, isto é, considerando a estrutura administrativa brasileira de unidades federativas, algumas limitações se colocam no caminho desse processo; além das limitações de alguns dados estatísticos relativos à produção local, o principal entrave está relacionado à identificação dos fluxos de renda entre as unidades federativas e entre estas e o resto do mundo. Os fluxos produtivos, ainda que tenham suas limitações, são captados através de informações obtidas junto às empresas e junto aos órgãos fiscalizadores dos processos produtivos (secretarias de Fazenda estaduais e Receita Federal); no entanto, os fluxos financeiros de renda não são possíveis de serem acompanhados (apenas aqueles relativos às movimentações internacionais) devido à fragmentação do sistema bancário e à própria característica da transação – intangibilidade dos fluxos – bem como da inexistência de instrumentos internos que possibilitem a identificação da origem e destino de uma determinada renda. Em função dessa limitação, sistemas de contas regionais (estaduais) estão limitados a apresentarem informações relacionadas às operações econômicas relativas à geração, distribuição e apropriação da renda em nível local, desconsiderando os fluxos financeiros de renda.

Ciente da necessidade de se ter um Sistema de Contas Regionais para o estado da Bahia, a SEI tem trabalhado nos últimos anos na construção de metodologias capazes de aprimorar as estimativas dos diversos agregados econômicos e assim possibilitar o desenvolvimento dos instrumentos e indicadores essenciais à construção do sistema. Nesse sentido, a SEI avançou nas estimativas tradicionais do PIB estadual e municipal – ótica da produção – além da

construção da Tabela de Recursos e Usos – a qual permite estimar o PIB pela tanto pela ótica da produção, quanto da demanda e da renda – e da Matriz Insumo-Produto – que possibilita identificar as estruturas e relações de interdependência entre as atividades econômicas. Esse conjunto de instrumentos analíticos consiste no Sistema de Contas Regionais da Bahia e se traduz num novo marco para o estudo do comportamento dos diversos segmentos produtivos do estado.

Nessa perspectiva, a presente publicação traz em seu conteúdo um conjunto de textos analíticos da economia baiana considerando o período 2002-2016. São textos que avaliam o comportamento da economia baiana a partir do PIB municipal, estadual, bem como da utilização da Tabela de Recursos e Usos; além disso, a publicação traz a análise da economia baiana considerando a vertente das finanças públicas, um importante elemento para compreensão do comportamento econômico do estado.

UMA ANÁLISE DA ECONOMIA BAIANA PELA PERSPECTIVA DO PRODUTO INTERNO BRUTO NO PERÍODO DE 2002 A 2016

PREÂMBULO

A evolução da economia baiana começa no século XVI e corresponde à fase primário-exportadora. O objetivo era apresentar uma economia voltada para o mercado externo, tendo como seus principais produtos o pau-brasil, o açúcar, o algodão e o fumo. A expansão e crescimento do Recôncavo Baiano com o cultivo do açúcar e produção da aguardente mais a fixação da pecuária no sertão representam a grande expressão no final do século XVIII. A Bahia era o principal centro comercial e produtor do país e após a sua independência a economia se diversifica ainda mais e passa a exportar inúmeros produtos.

A partir de 1925, o cacau se torna o principal produto na pauta de exportação do estado, entretanto não foi capaz de implementar novas atividades que pudessem agregar valor e diversificar sua estrutura produtiva. Permitiu apenas a manutenção do modelo primário-exportador, mantendo o setor agropecuário como mais importante na estrutura do PIB baiano.

A década de 70 da economia baiana é marcada por vários projetos industriais que tinham por objetivo a produção de bens intermediários. A principal contribuição veio com o funcionamento da Refinaria Landulpho Alves (RLAM) e do Centro Industrial de Aratu (CIA). A consolidação dessas indústrias fez com que o estado passasse por novas mudanças estruturais dentro da sua economia e a partir da década de 1980 o setor industrial tornou-se o de maior representatividade no PIB do estado.

A expansão da economia baiana, fortalecida pelo incremento no setor industrial (principalmente a indústria de transformação e da construção civil¹, este grande gerador de emprego e renda) prossegue até meados dos anos 1980, momento em que a crise fiscal e financeira do Brasil começa a afetar o desempenho das atividades baianas e iniciam-se os anos 1990 com taxas de crescimento mais modestas.

¹ O setor de construção se expandiu, em grande parte, pelos investimentos em duplicação de estradas estaduais (Linha Verde), obras de implantação para indústrias (a exemplo do polo calçadista), construção de aeroportos no interior do estado, início das obras do Complexo Sauípe (e outros investimentos na rede hoteleira de importantes municípios turísticos do interior), além dos investimentos no Programa Baía Azul.

A década de 1990 apresenta algumas características marcantes como: consolidação e ampliação da petroquímica e da metalurgia; crescimento econômico bem próximo da média nacional; a agricultura baiana alcançando um novo patamar de produção, com base na política nacional de incentivo às exportações; surgimento de novas atividades industriais, em especial bens finais, pois até então o estado apresentava um parque industrial pouco diversificado; duplicação da RLAM, consolidação dos investimentos realizados na indústria de papel e celulose e no polo calçadista e uma maior preocupação com o turismo local através de investimentos do governo estadual e de programas nacionais, a exemplo do Programa de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur).

Além disso, a implantação do Plano Real, a abertura do mercado brasileiro e a reestruturação do governo estadual fizeram com que a economia baiana voltasse a crescer e novas mudanças foram observadas na estrutura produtiva do estado a partir do ano 2000. Em seguida, políticas de atração de investimentos, para estimular fluxos de produção e renda no estado, foram implementadas como parte de um plano de diversificação produtiva das atividades industriais baianas, a exemplo do Desenvolve, a partir de 2001.

PRODUTO INTERNO BRUTO: 2002-2016

Os dados do Produto Interno Bruto 2002-2016 são resultado do Projeto de Contas Regionais, desenvolvido em parceria entre IBGE e órgãos estaduais de estatística. Neste volume da Série Estudos e Pesquisas será apresentada a nova série das Contas Regionais 2002 – 2016, elaborada sob metodologia uniforme para todas as unidades da Federação, o que permite comparabilidade entre elas, e com os resultados do Produto Interno Bruto (PIB) nacional.

A evolução do PIB, ao longo desses 15 anos, conforme será observado, sofreu impacto direto com a política de atração de indústrias - incentivos fiscais oferecidos pelo governo da Bahia com objetivo de diversificar e dinamizar a economia baiana -; com a rigorosa política macroeconômica adotada pelo governo federal no início da década; com o Programa de Aceleração do Crescimento; com a crise econômica mundial, em 2009, acarretando a primeira queda da taxa de crescimento do PIB; com a maior seca já registrada no estado, causando inúmeros prejuízos ao setor agrícola; com a queda na arrecadação de tributos; com a alta da inflação comprimindo o consumo e a atividade econômica, principalmente da indústria e do comércio, e com a falta de apoio no cenário político diante das dificuldades encontradas no Congresso Nacional. É neste cenário nacional e internacional que a economia baiana será analisada pela ótica do PIB e seus impactos nos grandes setores econômicos.

A proposta do artigo é dividir esse período (2002-2016) em dois, antes e depois da crise econômica mundial em 2009, para melhor compreender o crescimento distinto da economia baiana. Assim, o **primeiro período (2002-2008)** antecederá a crise e o **segundo**, o pós-crise. De acordo com os dados elaborados pela Coordenação de Contas Regionais da SEI, nos anos 2003-2016 a atividade econômica baiana registrou taxa média de crescimento de 2,3% acumulando, no período, crescimento de 38,2%. O setor de serviços foi o que mais cresceu – taxa média de crescimento de 2,3% e no acumulado 38,1%. O setor industrial acumulou alta de 27,4%. A agropecuária foi o que apresentou o menor volume de crescimento, média de 1,2% e acumulado de 18,9%. Esse baixo desempenho no setor deve-se principalmente ao período 2009 - 2016, quando a taxa média de crescimento foi de -1,9%. Vide tabela abaixo.

O **primeiro período** é marcado por altas taxas de crescimento em todos os grandes setores e por uma trajetória contínua de crescimento do PIB. Nesses sete anos o PIB baiano cresceu em média 4,8% por ano e acumulou alta de 32,4%. A agropecuária e a indústria foram favorecidas ao longo desses anos e expandiram em média 5,7%. Pode-se creditar o bom desempenho do setor industrial à expansão em volume da indústria de transformação – atividade com

maior peso dentro do setor –, que cresceu acima dos 10% em 2003 e 2004, e da construção civil. Outra característica marcante é a perda de participação do setor agropecuário, o que será justificado mais adiante.

O **segundo período (2009-2016)** é trajado pela crise econômica mundial e pela seca no estado. Esses fatores influenciaram diretamente na taxa média de crescimento do PIB baiano (0,5%) e em taxas menos expressivas nos grandes setores econômicos. A característica marcante são as taxas negativas de 14,5% e 8,5% no acumulado da agropecuária e da indústria, respectivamente, e a perda de participação desses setores dentro do estado.

Tabela 1

Taxa de crescimento média e acumulada por períodos dos grandes setores e PIB – Bahia – 2003-2016

Taxas	2003-2008 Primeiro período		2009-2016 Segundo período		2003-2016	
	Média	Acumulada	Média	Acumulada	Média	Acumulada
PIB	4,8	32,4	0,5	4,4	2,3	38,2
Agropecuária	5,7	39,1	-1,9	-14,5	1,2	18,9
Indústria	5,7	39,2	-1,1	-8,5	1,7	27,4
Serviços	3,9	25,7	1,2	9,8	2,3	38,1

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.
Elaboração: SEI/Coref (2019).

É importante destacar que no **segundo período (2009-2016)** foram registradas três taxas negativas do PIB em volume: 2009 (-0,3%), 2015 (-3,4%) e 2016 (-6,2%), o que influenciou nas taxas média e acumulada serem menores se comparadas ao primeiro período, conforme ilustra o gráfico abaixo.

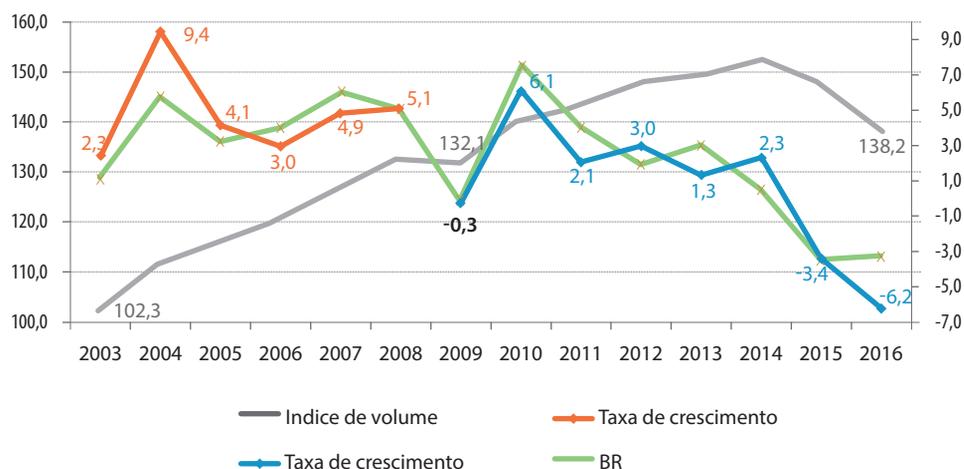


Gráfico 1

Índice de volume e taxa de crescimento do Produto Interno Bruto – Bahia – 2003-2016

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.
Elaboração: SEI/Coref.

Outro ponto relevante nesse **segundo período** é a recuperação, nos dois últimos anos, da participação do PIB baiano em relação ao nacional. Ao longo da série percebe-se que a participação gira em torno de 4,0% no primeiro período. A partir de 2009 observa-se uma tendência de queda que se prolonga até o ano de 2012 quando a participação do estado (3,79%) alcança o menor patamar de toda série histórica. Entretanto, nos quatro anos seguintes o estado volta a elevar sua participação frente às demais unidades da Federação devido às altas taxas de preços praticadas nos grandes setores, encerrando a série com a representatividade de 4,13% em 2016.

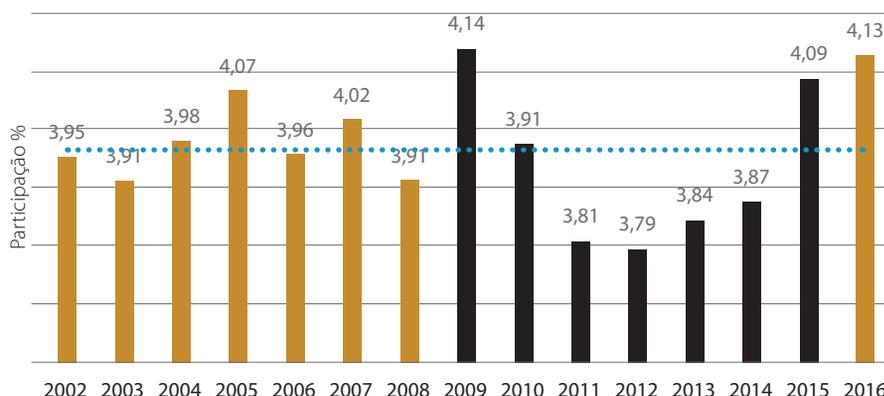


Gráfico 2
Participação do PIB baiano em relação ao PIB Nacional – 2002-2016

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.

ANÁLISE DO PRIMEIRO PERÍODO (2002-2008)

Diante do exposto acima, em que foram observadas as taxas médias e acumuladas dos grandes setores, serão elencados a partir de agora os pontos marcantes da série que contribuirão de forma positiva e/ou negativa para a evolução do PIB no estado. Importante destacar que este **primeiro período** é caracterizado por mudanças estruturais da economia baiana e pela forte participação de políticas de atração de investimentos industriais.

O primeiro ano da série foi marcado por uma conjuntura instável que atravessou o país no período, caracterizada por sucessivas crises de natureza econômica e política. Às incertezas colocadas pela eleição presidencial, provocando oscilações nos índices de confiança dos investidores (risco-país e câmbio), agregam-se a persistência de taxas de juros elevadas e a queda dos investimentos externos, agravando este cenário os reflexos da crise do petróleo no Oriente Médio, a menor oferta de crédito dos bancos internacionais e o agravamento da crise Argentina, importante parceira comercial do Brasil.

Esse panorama se refletiu na Bahia em diversos indicadores, sobretudo nos elevados índices de desemprego, redução da renda real dos trabalhadores e aumento da inflação, que no acumulado do ano atingiu 11,4%, segundo o Índice de Preços ao Consumidor de Salvador (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2017), calculado pela SEI. Além desses indicadores, a desvalorização cambial teve reflexos imediatos no comportamento dos preços dos produtos importados e a elevação das taxas de juros no sistema de crediário, impulsionadas pela Taxa Selic, reduziu o consumo de bens duráveis e desestimulou as compras a prazo, afetando o resultado da atividade produtiva.

Em 2002, o PIB baiano atingiu a marca de R\$ 58,8 bilhões a preços de mercado, representando 4,0% do PIB do Brasil. Esse montante posicionou a economia baiana como a sexta maior economia do país. O PIB *per capita* foi de R\$ 4.416,58 ocupando a quarta posição no *ranking* do Nordeste. Vide tabela 03 e anexos.

A estrutura por grandes setores do estado no primeiro ano da série (2002-2008) era representada por 13,1% do setor agropecuário; 23,5% do setor industrial e 63,4% do setor de serviços. Ao longo desses anos (2002-2008) percebe-se uma redução em participação do setor agropecuário (-3,3 pontos percentuais) que foram absorvidos pelo setor industrial (+1,2 p.p.), principalmente pelas atividades extrativa mineral e indústria de transformação, além do setor de serviços, (+2,1 p.p.), mais especificamente pelo comércio.

Tabela 2
Estrutura por grandes setores – Bahia – 2002-2008 %

Ano	Setor agropecuário	Setor industrial	Setor de serviços	Total
2002	13,1	23,5	63,4	100,00
2003	13,2	24,2	62,6	100,00
2004	13,1	25,9	61,0	100,00
2005	10,3	26,7	63,0	100,00
2006	9,9	25,6	64,5	100,00
2007	10,5	23,8	65,7	100,00
2008	9,8	24,7	65,5	100,00

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.

Nesse período (2002-2008), o setor da agropecuária é o que mais perde em termos de participação. Mesmo apresentando o segundo maior crescimento acumulado entre os setores (39,1%), a agricultura baiana vem sofrendo com o aumento constante na relação CI/VP² (razão entre o consumo intermediário e o valor da produção), que sai de 27% em 2002 para 38% em 2008. Esse aumento no CI – consumo intermediário – impacta diretamente no VA do setor, reduzindo sua participação no PIB e, conseqüentemente, faz com que o setor venha perdendo representatividade dentro do estado.

² Quanto maior a sua participação, ou seja, mais próximo de 100%, menor será o seu valor adicionado.

A expansão do CI da agropecuária está atrelada ao aumento nas despesas com sementes, adubação, agrotóxicos, energia elétrica, contratação de mão de obra de terceiros, além da moderna agricultura mecanizada, principalmente na região oeste. Estes fatores contribuíram significativamente com o aumento do CI ao longo desse primeiro período da série. Ao visualizar o gráfico abaixo, percebe-se a expansão da relação CI/VP ao longo dos anos, resultando em um menor valor adicionado para o setor agropecuário.

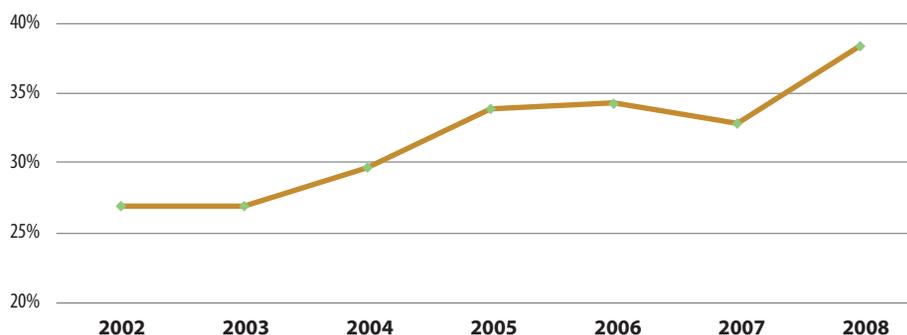


Gráfico 3
Evolução da relação CI/VP do setor agropecuário – Bahia – 2002-2008

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.
Elaboração: SEI/Coref.

O ano de 2004 é o grande destaque na evolução da série do PIB baiano (2002-2008). A maturação dos investimentos industriais determinou o crescimento recorde do estado. A taxa de crescimento em volume alcançou o patamar de 9,4% ficando, aproximadamente, 4,0 pontos percentuais acima do resultado do Brasil (+5,8%). Esta expansão atingiu a marca de R\$ 77,9 bilhões e contribuiu para manter a posição de sexta maior economia do país (posição esta que seria mantida até 2010). Esse resultado da economia baiana está associado ao bom desempenho dos três grandes setores da economia. Na agropecuária, alta de 20,8%; na indústria, de 11,8% - deve-se, em grande parte, ao vultoso investimento no polo automobilístico de Camaçari - e nos serviços, expansão de 5,7%.

Tabela 3
Produto Interno Bruto total, população e PIB *per capita* – Bahia – 2002-2008

Anos	PIB Total (valores correntes - R\$ milhão)	Taxa de crescimento do PIB (%)	População (habitantes)	PIB <i>per capita</i> (valores correntes R\$ 1,00)	Taxa do PIB <i>per capita</i> (%)
2002	58.843	...	13.323.212	4.416,58	...
2003	67.174	2,3	13.435.612	4.999,71	1,5
2004	77.932	9,4	13.682.074	5.695,90	7,6
2005	88.292	4,1	13.815.334	6.390,86	3,2
2006	95.348	3,0	13.950.146	6.834,90	2,0
2007	109.330	4,9	14.080.670	7.764,51	3,9
2008	121.667	5,1	14.502.575	8.389,37	2,1

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.
 Elaboração: SEI/Coref.

A economia baiana em 2004 mostrou-se equilibrada – baixa taxa de inflação, aumento na produção e das vendas externas, queda no desemprego com recuperação no nível de renda - e o Brasil sinalizou traços de recuperação em função do crescimento da demanda interna, do consumo das famílias, da manutenção do dinamismo das exportações e melhoria no mercado de trabalho.

Os destaques do setor industrial ficaram por conta da indústria de transformação e da construção civil, com taxas de crescimento de 11,9% e 15,2%, respectivamente. Em relação ao desempenho da indústria de transformação, devem ser mencionadas duas observações: primeiro, essa atividade posicionou-se como a segunda mais importante na geração de riqueza para o estado, com participação de 11,9% no PIB do estado; segundo, deve-se destacar que, ao contrário dos grandes centros industriais do país, a Bahia cresceu sobre uma base já bem expandida de 19,2%.

Com relação ao refino de petróleo e produção de álcool, segundo dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP), ocorreu um aumento na produção de derivados de petróleo no estado, que passou de 6,24 milhões de m³ no primeiro semestre de 2003 para 7,13 milhões de m³ em 2004, representando um aumento de 14,2% no período. A produção de óleo diesel aumentou 30,9%, atingindo um total de 2,29 milhões m³, e a de óleo combustível, 1,62 milhão m³, com um aumento de 12,5%. (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2010, p. 99).

Em relação à agricultura, recuperada do baixo dinamismo verificado em 2003 (-0,5%), o desempenho em 2004 apontou uma expansão de 20,8% (vide anexo), sobretudo ocorrida em função do excelente resultado da produção de grãos. Fatores estruturais e conjunturais foram decisivos para esse desempenho, a exemplo das boas condições climáticas durante o

ano de 2004, dos programas de controle de pragas e da alta nos preços de algumas *commodities* no mercado internacional.

Em 2005, a economia baiana voltou a apresentar uma expansão no nível de sua atividade interna. A taxa de crescimento do PIB baiano foi de 4,1% e atingiu patamar de R\$ 88,2 bilhões. O resultado está diretamente relacionado ao setor agropecuário – mais uma vez atrelado à expansão da fronteira agrícola do estado em direção à região do oeste – e à indústria de transformação, que apresentaram respectivamente alta de 7,5% e 6,4%. Além do crescimento no VA verificado no setor agropecuário, os setores da indústria e dos serviços tiveram alta de 3,2% e 3,3%, respectivamente. Vide anexo.

Assim como nos dois anos anteriores, o crescimento industrial deve-se a indústria de transformação. Esse bom desempenho é resultado da política de atração de investimentos focados, sobretudo, no segmento da celulose. Quanto ao setor dos serviços, o destaque foi a atividade de comércio, que expandiu 8,0%, corroborada pelo aumento na massa salarial e no nível de empregos, principalmente os formais, que, segundo os dados do Ministério do Trabalho (2005), atingiu 63.952 postos criados nesse ano, o que significa um nível 6,3% maior que o registrado em 2004 (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2018). Praticamente todos os setores do varejo baiano apresentaram expansão nas vendas, com destaque para o segmento de móveis e eletrodomésticos — fortemente relacionado à oferta de crédito —, que, por 25 meses, apresentou expansão ininterrupta no volume de vendas (em 2005, a taxa de crescimento do segmento chegou a 40% em relação a 2004).

Nos anos subsequentes a economia baiana manteve a trajetória de crescimento justamente pelo bom desempenho registrado na indústria e nos serviços. A taxa do PIB baiano em 2006 só não foi maior em função da frustração no desempenho da safra agrícola da Bahia, que se ressentiu de uma conjuntura interna desfavorável (com chuvas irregulares nas principais regiões produtoras de grãos e descapitalização dos agricultores) bem como a diminuição dos preços de importantes *commodities* agrícolas no mercado internacional.

A maior parte dos investimentos no setor produtivo foi realizada com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), principalmente nos segmentos de infraestrutura e logística, com reflexos duplamente positivos. Esses investimentos contribuíram para o estabelecimento de um grande número de empregos formais gerados em 2007. As indústrias extrativas do estado merecem destaque nesse ano, pois se mostram promissoras no que diz respeito à mineração, registrando a maior taxa de crescimento da série, com alta de 8,2%, contribuindo de forma decisiva para os 5,4% do setor industrial em 2007. Essa atividade representa 3,1% do VA e é uma aliada na expansão da economia baiana (vide anexo). Os destaques são a produção de níquel, magnésia calcinada, cobre, ouro, quartzo, feldspato e a extração de areia siliciosa. Cabe frisar que esta atividade é favorecida pela alta dos preços das *commodities*, que incluem petróleo, gás e minérios.

Um ano depois, o PIB registrou expansão em volume de 5,1%. Isso sinaliza que, após ter apresentado uma elevação de 4,9% em 2007, a atividade econômica do estado voltou a crescer sobre uma base bem expandida. A atividade da construção civil foi o destaque nesse ano e apresentou alta de 12,1%, contribuindo para manter aquecido o setor industrial. A participação dessa atividade ganha 0,6 ponto percentual em relação ao ano anterior, saindo de 5,6% para 6,2% dentro do VA do estado. Dessa forma, cabe ressaltar que o ganho em participação na construção civil foi importante no resultado global da economia baiana. Vide anexo.

Antes de abordar o **segundo período**, cabe lembrar que o agravamento da crise econômica nos EUA vivida no segundo trimestre de 2008 – momento mais crítico - não comprometeu o resultado do PIB nacional nem do estadual, conforme foi visto. Porém o cenário a seguir, o que antes se visualizava com uma estabilidade progressiva nos resultados dos seus indicadores econômicos, passou a sofrer com certo grau de incerteza do ambiente econômico no curto e médio prazos. Aos poucos a trajetória de bons resultados apresentados ao longo desses anos sinalizava sintomas de que a crise afetaria no ano seguinte a economia brasileira e, conseqüentemente, a baiana.

ANÁLISE DO SEGUNDO PERÍODO (2009-2016)

O segundo período é marcado pela crise econômica mundial e pelas políticas macroeconômicas adotadas pelo governo federal, que serão em boa parte responsáveis pela perda de participação do setor industrial (setor que sofrerá o maior impacto na economia baiana).

Para tentar driblar os efeitos da crise, o governo federal realizou uma política fiscal ativa em 2009 com aumento de gastos e desonerações de impostos. Na linha das desonerações, a equipe econômica do governo apostou em uma redução do IPI para os setores automobilístico e de móveis e eletrodomésticos. Criou ainda novas faixas de Imposto de Renda, tentando incentivar a liquidez do sistema econômico e a manutenção do consumo. Realizou também aumento nos chamados gastos permanentes (como os de custeio). As despesas com pessoal, por exemplo, cresceram de R\$ 130,8 bilhões em 2008 para R\$ 151,7 bilhões em 2009 (+15,9%). Outros aumentos foram dados ao Programa Bolsa Família (+10%), salário mínimo (+9,7%) e aos benefícios dos aposentados com nível salarial acima de um salário mínimo (+5,9%). (SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA, 2010, p. 64, 65)

O setor industrial começa a série com participação de 25,0% em relação ao estado, chegando a 20,5% em 2013, perda de 4,5 pontos percentuais. Entretanto, a partir 2014 o setor começa a mostrar sinais de recuperação e encerra 2016 com a participação de 23,7%.

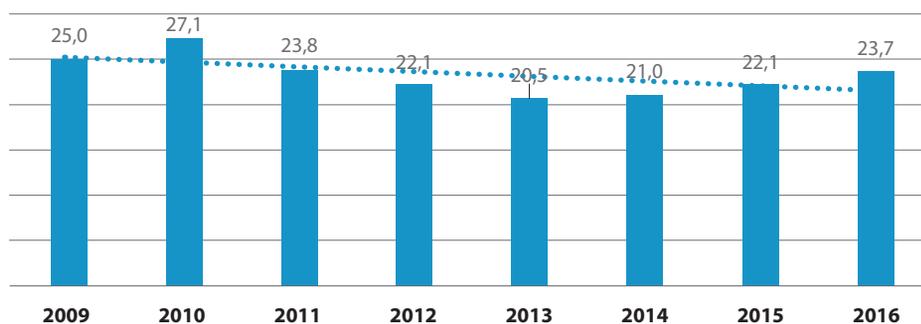


Gráfico 4
Participação do setor industrial – Bahia – 2009-2016

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.

Ao longo desses anos em análise, o setor industrial baiano registrou uma taxa média de crescimento de -1,1% e acumulada de -8,5%. Pode-se afirmar que esse setor foi o principal responsável pelo baixo desempenho no volume do PIB baiano ao longo desses anos, sobretudo nos últimos três anos da série na qual apresentou taxas de -3,2% em 2014; -7,9% em 2015 e -5,6% em 2016. Conforme será visto mais adiante, esse desempenho negativo verificado no setor industrial, mais especificamente na indústria de transformação, afetou diretamente a participação do estado em relação ao Brasil e, por conseguinte, a perda de posição no ranking nacional.

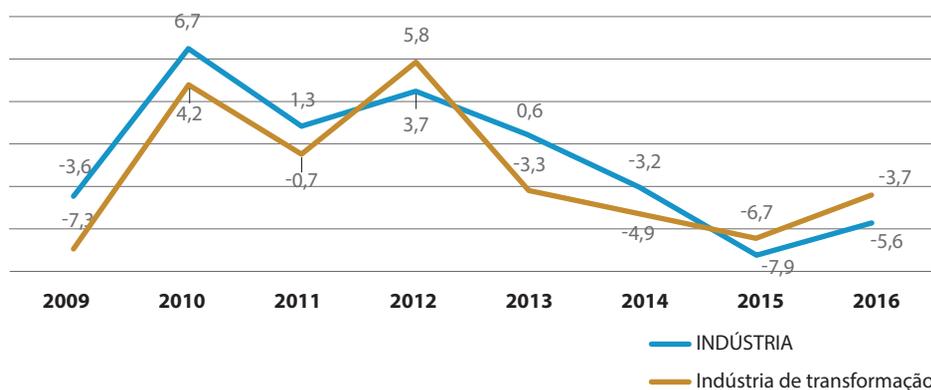


Gráfico 5
Taxa de crescimento do setor industrial – Bahia – 2009-2016

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.

O ano de 2009 começa com o impacto da crise em algumas atividades caracterizada por ausência de crédito e endividamento de empresas e famílias. Esse panorama compromete a taxa de crescimento logo no primeiro ano do segundo período analisado, com retrações de 0,1% no Brasil e de 0,3% no PIB da Bahia em relação ao ano anterior. Percebe-se que mesmo com o esforço do governo federal para incentivar a demanda interna, foi a queda na formação bruta de capital fixo (FBCF) a responsável pelo maior impacto na demanda agregada, ficando muito aquém da taxa de crescimento do ano anterior (13,6% em 2008 contra -6,7% em 2009).

Esse recuo no montante dos investimentos do país em 2009 está diretamente atrelado à redução na demanda agregada, principalmente na absorção externa, queda nos lucros de grandes conglomerados multinacionais, diminuição na capacidade instalada na indústria e também devido às incertezas em relação à demanda futura. Além desses fatores, a queda do PIB pode ser associada às exportações, ao menor fôlego da demanda internacional, e à queda das importações de bens e serviços.

Os impactos da crise contribuíram negativamente no desempenho da indústria de transformação baiana, acarretando sua maior queda ao longo da série (-7,3%). Essa atividade responde em 2009 por 53,1% do setor industrial e corrobora incisivamente a retração do setor industrial (-3,6%).

Com esse cenário fortemente influenciado pela crise econômica internacional e seus rebaixamentos a nível nacional, a economia baiana, não diferentemente da economia do Brasil, apresentou retração de 0,3% em sua taxa de crescimento do PIB, conforme já citado. Cabe destacar que, mesmo com essa taxa negativa, a economia baiana continuava a ocupar a sexta posição no *ranking* nacional, perfazendo um montante total, em valores correntes, da ordem de R\$ 137,9 bilhões.

Após a retração verificada no PIB em 2009 e seus impactos gerados na economia baiana em 2010, a taxa de crescimento foi de 6,1% e o estado apresentava participação de 4,0% em âmbito nacional, mantendo-se na sexta posição entre as 27 unidades da Federação.

No ano seguinte, o destaque negativo, de acordo com a divulgação dos dados das Contas Regionais, publicado pelo IBGE, ficou por conta da queda de posição do estado em relação a Santa Catarina (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2007, 2011, 2016, 2017, 2018). A Bahia, que ocupava a sexta posição desde o início da série das Contas Regionais em 2002, perdia uma posição no *ranking* e passara a ocupar a posição de sétima economia do país em 2011. Sua participação apresentava uma perda de 0,2 ponto percentual, participando com 3,8%.

Tabela 4

Ranking do Produto Interno Bruto das unidades da Federação – 2011

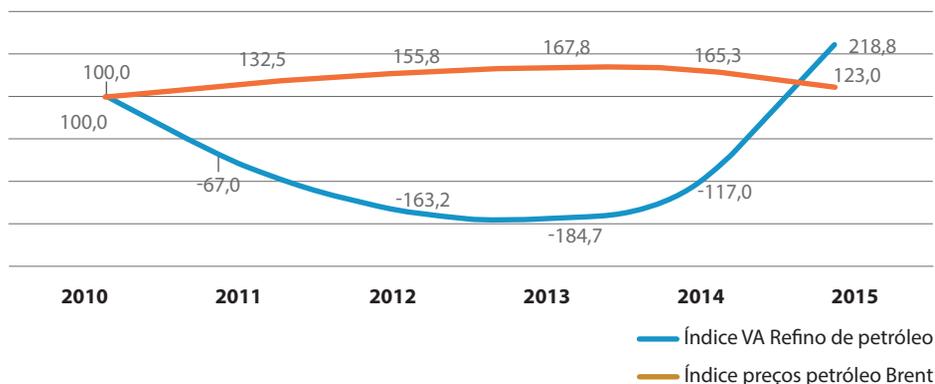
Posição	Unidades da Federação	Produto Interno Bruto (R\$1.000.000)	Participação (%)
1º	São Paulo	1.436.673	32,8
2º	Rio de Janeiro	512.768	11,7
3º	Minas Gerais	400.125	9,1
4º	Rio Grande do Sul	265.056	6,1
5º	Paraná	257.122	5,9
6º	Santa Catarina	174.068	4,0
7º	Bahia	166.603	3,8
8º	Distrito Federal	154.569	3,5
9º	Goiás	121.297	2,8
10º	Pernambuco	110.162	2,5
	Brasil	4.376.382	-

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Nota: Parceria com os órgãos estaduais de estatística, secretarias estaduais de governo e superintendência.

Essa queda foi decorrente, especificamente, do baixo desempenho da indústria de transformação e, em particular, do refino de petróleo, que, devido às alterações de preço internacional, impactou negativamente o valor adicionado da atividade, consequentemente perdendo participação (8,9% em 2011 ante 12,6% em 2010).

Nesse caso, a atividade de refino de petróleo foi influenciada negativamente por duas variáveis. A primeira veio dos preços do petróleo – principal insumo do refino – no mercado internacional, que se mantiveram acima de US\$ 100,00. Esse quadro foi agravado pela desvalorização de 10% do real frente ao dólar, o que fez com que o preço final do petróleo em reais aumentasse, aproximadamente, 9,4%. Ou seja, verificou-se, em média, elevação de 9,4% nos custos associados ao principal insumo da atividade.

**Gráfico 6****Evolução do VA do refino x preços de petróleo – Bahia – 2010-2015**

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.

Elaboração: SEI/Coref.

A segunda variável a influenciar negativamente a atividade foi o preço dos derivados do petróleo no mercado interno, que teve variação média de 5,83%, segundo dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) entre janeiro e dezembro de 2012. Nesse sentido, observa-se grande defasagem entre os valores dos insumos e dos produtos derivados do processo produtivo, fato este que impactou negativamente os resultados da atividade e, por consequência, o PIB baiano (indústria de transformação). Nesse sentido, pode-se afirmar que

[...] a perda de participação do PIB da Bahia em relação à economia nacional foi motivada por características do seu perfil econômico, mas também pelas questões conjunturais que caracterizaram a economia brasileira, principalmente entre 2010 e 2013. E essa conjuntura afetou sobremaneira a indústria baiana de forma diferenciada em relação aos outros espaços subnacionais. A despeito de todos os investimentos industriais que foram feitos ao longo dos últimos 14 anos buscando diversificação, adensamento de cadeias e interiorização, a indústria química e petroquímica ainda exerce grande influência nos determinantes de crescimento do setor industrial baiano. (PESSOTI; PESSOTI, 2015, p. 80).

Nos anos subsequentes, a expectativa de crescimento e melhora no quadro econômico do estado esteve atrelada aos impactos da política macroeconômica implementada pelo governo federal. Os investimentos em infraestrutura teriam papel fundamental nesse processo de desenvolvimento e expansão da economia.

Entretanto, em 2012, o estado atravessou a pior seca da história e isso afetou significativamente todo o setor agropecuário. A taxa de crescimento foi de -14,2%, a maior queda verificada nesses 15 anos da nova série de Contas Regionais. A seca atingiu mais da metade dos municípios da Bahia e concentrou-se, principalmente, no Semiárido. Os impactos econômicos foram diversos e afetaram desde as perdas em relação à produção agrícola às instituições que financiam a produção no Semiárido; levaram à queda da receita para os governos estaduais e municipais; afetaram as indústrias por meio da redução na produção de máquinas e fertilizantes e contribuíram também para a retração dos investimentos voltados a este setor.

Algumas culturas de extrema importância para a safra de grãos se perderam em 100%, como foi o caso do milho e do feijão. Além desses problemas na agricultura, os pecuaristas também registraram enormes prejuízos. Esses fatores também levaram à perda de participação³ do setor em relação ao estado no segundo período da série (2009-2016). Em 2013 a participação da agropecuária alcançou a marca de 7,3%, a mais baixa em toda série 2002-2016.

Por ora, a perspectiva era recuperar a economia e manter o crescimento verificado em 2010 e conservar as taxas positivas de crescimento do PIB baiano para os próximos anos. Assim como o país, a Bahia conseguiu registrar expansão até o ano de 2014, com alta do PIB nesse ano de 2,3%. Porém, o Brasil nesse ano registrou taxa de crescimento positiva de 2002-2016 (0,5%), sinalizando que a economia baiana em 2015 poderia apresentar nova retração no PIB. Vide anexo.

Para evitar taxas de crescimento negativas nos setores e, conseqüentemente, a retração do PIB, a economia nacional teria que recuperar a confiança dos agentes econômicos, principalmente para a retomada dos investimentos. A continuidade dos investimentos previstos para a Bahia poderia assegurar crescimento acima da média nacional. A tendência seria, mesmo que de forma gradual, a manutenção do emprego e da renda com uma taxa abaixo da verificada no ano de 2014, entretanto positiva. Do contrário, haveria um choque no ajuste da política econômica e o resultado seria de uma possível retração no PIB nacional e estadual. E é neste cenário turbulento que se inicia o ano de 2015, com as quedas verificadas desde as taxas trimestrais (em todos os quatro trimestres) do Brasil e da Bahia.

Em 2015, assim como todas as unidades da Federação, a atividade econômica do estado registra queda (-3,4%). Os sinais econômicos apontados no ano anterior já sinalizavam a queda do PIB tendo em vista forte pressão inflacionária (especialmente nos preços dos alimentos), a elevação na taxa de juros, a alta do dólar, a restrição do crédito (principalmente para aquelas empresas que dependem de crédito para a manutenção dos seus negócios) entre outros fatores. Diante disso a taxa de crescimento em volume do PIB nacional foi de -3,5%.

³ Conforme visto no primeiro período (2002-2008), o que corroborou a perda de participação do setor no PIB do estado, tendo em vista os altos volumes de crescimento do setor, foi a crescente relação CIVP.

Pode-se dizer que o cenário baiano foi fortemente influenciado pelas questões conjunturais, mas também pelas características do seu perfil econômico. A elevada inflação – um dos fatores – contribuiu para reprimir o consumo e a atividade econômica, principalmente nos setores da indústria e do comércio, com impacto negativo no poder de compra dos salários. Estes setores - indústria e serviços - registraram queda de 7,9% e 3,0%.

A indústria baiana se retraiu em três atividades, das quatro que compõe o setor. A maior retração foi verificada na construção civil (-11,3%), segmento que desde o ano anterior vinha registrando queda (-2,1%). A indústria de transformação baiana registra a segunda maior queda na taxa de crescimento nesse período (-6,7%). O impacto do encolhimento da indústria também foi sentido nas exportações baianas, conforme pode ser visto no Boletim de Comércio Exterior da Bahia.

A balança comercial registrou déficit de US\$ 404 milhões em 2015 – no ano anterior foi observado um superávit de apenas US\$ 29 milhões. Apesar da queda de 10,7% das importações, decorrente da redução das compras de bens intermediários, de capital e de bens duráveis e não duráveis e do desaquecimento da demanda interna, a diminuição das exportações foi ainda maior (-15%). Na comparação com 2014, o valor das exportações de básicos cresceu apenas 0,8%, enquanto o de manufaturados recuou 33,0%. (BOLETIM DE COMERCIO EXTERIOR DA BAHIA, 2015).

O setor de serviços também contribuiu negativamente para o VA do estado. O setor pesa cerca de 70% de tudo que é produzido no estado e a queda em volume foi de 3,0%, sendo que a atividade mais importante do setor, o comércio, caiu 9,4% (maior retração na taxa desde 2002). Vide anexo.

O único resultado positivo em 2015 ficou por conta do setor agropecuário, que cresceu 9,9% em cima de um crescimento no ano anterior, de 16%, amenizando a queda do PIB baiano. Esse bom resultado da agricultura deve-se especificamente às condições climáticas favoráveis – distribuição regular das chuvas – mais o controle de pragas, o que incentivou os produtores a ampliar a área plantada e, conseqüentemente, um aumento na área colhida. Mais uma vez a principal contribuição veio da soja, principal cultura do estado, pois a desvalorização do real garantiu maior competitividade externa à *commodity*. E assim encerra-se o ano de 2015 com alta apenas no setor agropecuário e queda nos setores da indústria e dos serviços.

Em relação ao último ano da série (2016), o destaque ficou por conta da recuperação da sexta posição do estado no *ranking* nacional, participando com 29% do PIB do Nordeste e 4,1% no Brasil. O Produto Interno Bruto a preços de mercado (PIBpm) foi de R\$ 258 bilhões, sendo R\$ 228 bilhões o valor adicionado (VA) a preço básico. O PIB *per capita* baiano foi de R\$ 16.937 no ano.

A taxa de crescimento negativa do PIB em 6,2% em 2016 contribuiu de forma decisiva para a taxa acumulada no período 2009-2016 ser de apenas 4,4% e a média de 0,5%. O baixo crescimento no ano está atrelado à queda dos três grandes setores da economia baiana: agropecuária (-23,8%), indústria (-5,6%) e serviços (-4,0%), que resultou na retração de 6,0% do valor adicionado (VA).

Dentre os grandes setores da economia, a maior queda foi registrada no setor agropecuário, com taxa de -23,8%. Um dos fatores que contribuíram para a retração – de origem exógena – foi a forte seca que atingiu a Bahia no ano vigente, resultando em grandes perdas diretas nesse setor. A pecuária também colaborou com a contração, pois apresentou um índice de volume de -6,2%.

O setor industrial teve retração de 5,6% e o melhor desempenho foi da atividade de eletricidade e água, com alta de 5,4%. A indústria de transformação caiu 3,7%. A extrativa mineral registrou queda de 10,6%, atrelada ao baixo desempenho da extração de minerais não metálicos (queda em volume de 21,2%) e da extração de petróleo e gás natural (-6,8%).

A construção civil, segunda atividade mais importante, acompanhou o desempenho da média nacional e verificou redução em volume de 11,3%, atrelada à diminuição dos lançamentos no mercado imobiliário, em face da crise da economia nacional e da incerteza dela derivada. Os números mostram que desde 2006 a atividade apresentava crescimentos satisfatórios no VA devido a uma conjuntura favorável, ocasionando assim boas expectativas no mercado imobiliário. Políticas públicas voltadas ao Programa Minha Casa Minha Vida garantiram o acesso da população de baixa renda à aquisição de moradias. Outro fator que contribuiu positivamente com a atividade foi a organização da Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos. Porém, um encolhimento natural já era esperado por parte do governo. Mas, além disso, ocorreu o arrefecimento da economia brasileira, culminando nesta baixa taxa verificada em 2016.

O setor de serviços caiu 4,0%, com destaque para a atividade de comércio, que reduziu 11,6%. A queda verificada no setor foi a segunda registrada desde o início da série em 2002. De fato, a economia baiana sentiu os efeitos da forte recessão enfrentada pela economia nacional, que apresentou queda acentuada na demanda doméstica, em particular dos investimentos e do consumo. A desvalorização do real também contribuiu para o avanço da inflação e, conseqüentemente, reduziu o potencial de crescimento da economia, refletindo em menor geração de emprego e renda no estado.

Percebe-se com isso que o **primeiro período** analisado (2002-2008) sob a ótica do PIB mostrou ter sido um bom momento vivido pela economia baiana. Os maiores destaques foram as altas taxas de crescimento acumulado nos setores da indústria (+39,2%) e da agropecuária (+39,1%). Além desses dois setores, o de serviços cresceu (+25,7%) e deve-se em parte ao crescimento acumulado das atividades do comércio (+29,3%), de alojamento e alimentação (+34,9%) e imobiliárias (+37,5%). Esse período foi marcado por grande aporte de investimentos

industriais, principalmente através das isenções fiscais, respaldando o bom desempenho do setor industrial.

No caso do **segundo período** constatou-se que os efeitos da crise econômica mundial, da seca que afetou todo semiárido e de alguns ajustes equivocados da política macroeconômica contribuíram negativamente para o desempenho do estado, ainda dependente da conjuntura nacional. Assim, seus reflexos foram sentidos diretamente no setor industrial baiano (taxa acumulada de -8,5%), especialmente na indústria de transformação. Pode-se dizer que o cenário da Bahia foi fortemente influenciado pelas questões conjunturais, mas também pelas características do seu perfil econômico.

ANEXOS

Posição relativa do PIB das Unidades da Federação no PIB do Brasil – 2002-2016							
Unidades da Federação	Produto Interno Bruto						
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
	Participação (%)						
São Paulo	34,9	34,4	33,4	34,2	34,2	34,4	33,5
Rio de Janeiro	12,4	11,8	12,3	12,4	12,4	11,9	12,2
Minas Gerais	8,3	8,4	8,8	8,7	8,8	8,8	9,0
Rio Grande do Sul	6,6	6,9	6,7	6,3	6,1	6,2	6,1
Paraná	5,9	6,4	6,3	5,9	5,7	6,1	6,0
Bahia	3,95	3,91	3,98	4,07	3,96	4,02	3,91
Santa Catarina	3,7	3,7	3,8	3,8	3,8	3,8	3,9
Distrito Federal	3,6	3,4	3,4	3,5	3,5	3,4	3,5
Goiás	2,6	2,7	2,6	2,5	2,5	2,6	2,7
Pernambuco	2,4	2,3	2,3	2,3	2,3	2,3	2,3
Ceará	1,9	1,9	1,9	1,9	1,9	1,9	1,9
Pará	1,8	1,8	1,9	1,9	1,9	1,9	2,0
Mato Grosso	1,3	1,6	1,7	1,6	1,3	1,4	1,6
Espírito Santo	1,8	1,8	2,0	2,2	2,2	2,2	2,3
Mato Grosso do Sul	1,1	1,3	1,2	1,1	1,1	1,1	1,2
Amazonas	1,5	1,5	1,6	1,6	1,7	1,6	1,5
Maranhão	1,1	1,1	1,1	1,2	1,2	1,1	1,2
Rio Grande do Norte	0,9	0,9	0,9	0,9	1,0	1,0	0,9
Paraíba	0,9	0,9	0,8	0,8	0,9	0,8	0,9
Alagoas	0,8	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7
Piauí	0,5	0,5	0,5	0,5	0,6	0,5	0,5
Rondônia	0,5	0,5	0,6	0,6	0,5	0,5	0,6
Sergipe	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7
Tocantins	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4
Amapá	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Acre	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Roraima	0,2	0,2	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência.

Posição relativa do PIB das Unidades da Federação no PIB do Brasil – 2002-2016								
Unidades da Federação	Produto Interno Bruto							
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
	Participação (%)							
São Paulo	33,8	33,3	32,8	32,4	32,2	32,2	32,4	32,5
Rio de Janeiro	11,8	11,6	11,7	11,9	11,8	11,6	11,0	10,2
Minas Gerais	8,6	9,0	9,1	9,2	9,2	8,9	8,7	8,7
Rio Grande do Sul	6,1	6,2	6,1	6,0	6,2	6,2	6,4	6,5
Paraná	5,9	5,8	5,9	5,9	6,3	6,0	6,3	6,4
Bahia	4,14	3,97	3,81	3,79	3,84	3,87	4,09	4,13
Santa Catarina	3,9	4,0	4,0	4,0	4,0	4,2	4,2	4,1
Distrito Federal	3,7	3,7	3,5	3,4	3,3	3,4	3,6	3,8
Goiás	2,8	2,7	2,8	2,9	2,8	2,9	2,9	2,9
Pernambuco	2,4	2,5	2,5	2,7	2,6	2,7	2,6	2,7
Ceará	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,2	2,2	2,2
Pará	1,9	2,1	2,3	2,2	2,3	2,2	2,2	2,2
Mato Grosso	1,6	1,5	1,6	1,7	1,7	1,8	1,8	2,0
Espírito Santo	2,1	2,2	2,4	2,4	2,2	2,2	2,0	1,7
Mato Grosso do Sul	1,2	1,2	1,3	1,3	1,3	1,4	1,4	1,5
Amazonas	1,5	1,6	1,6	1,5	1,6	1,5	1,4	1,4
Maranhão	1,2	1,2	1,2	1,3	1,3	1,3	1,3	1,4
Rio Grande do Norte	0,9	0,9	0,9	1,0	1,0	0,9	1,0	1,0
Paraíba	0,9	0,9	0,8	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9
Alagoas	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,8	0,8
Piauí	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,7	0,7	0,7
Rondônia	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6
Sergipe	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,6	0,6	0,6
Tocantins	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,5	0,5	0,5
Amapá	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Acre	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Roraima	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência.

Posição relativa do PIB das Unidades da Federação no PIB do Brasil – 2002-2016																
Unidades da Federação	Produto Interno Bruto															
	2002		2003		2004		2005		2006		2007		2008		2009	
	%	Posição relativa	%	Posição relativa	%	Posição relativa	%	Posição relativa	%	Posição relativa	%	Posição relativa	%	Posição relativa	%	Posição relativa
São Paulo	34,9	1º	34,4	1º	33,4	1º	34,2	1º	34,2	1º	34,4	1º	33,5	1º	33,8	1º
Rio de Janeiro	12,4	2º	11,8	2º	12,3	2º	12,4	2º	12,4	2º	11,9	2º	12,2	2º	11,8	2º
Minas Gerais	8,3	3º	8,4	3º	8,8	3º	8,7	3º	8,8	3º	8,8	3º	9,0	3º	8,6	3º
Rio Grande do Sul	6,6	4º	6,9	4º	6,7	4º	6,3	4º	6,1	4º	6,2	4º	6,1	4º	6,1	4º
Paraná	5,9	5º	6,4	5º	6,3	5º	5,9	5º	5,7	5º	6,1	5º	6,0	5º	5,9	5º
Bahia	4,0	6º	3,9	6º	4,0	6º	4,1	6º	4,0	6º	4,0	6º	3,9	6º	4,1	6º
Santa Catarina	3,7	7º	3,7	7º	3,8	7º	3,8	7º	3,8	7º	3,8	7º	3,9	7º	3,9	7º
Distrito Federal	3,6	8º	3,4	8º	3,4	8º	3,5	8º	3,5	8º	3,4	8º	3,5	8º	3,7	8º
Goiás	2,6	9º	2,7	9º	2,6	9º	2,5	9º	2,5	9º	2,6	9º	2,7	9º	2,8	9º
Pernambuco	2,4	10º	2,3	11º	2,4	10º										
Ceará	1,9	11º	1,9	11º	1,9	13º	1,9	12º	1,9	12º	1,9	13º	1,9	13º	2,0	12º
Pará	1,8	13º	1,8	13º	1,9	12º	1,9	13º	1,9	13º	1,9	12º	2,0	12º	1,9	13º
Mato Grosso	1,3	15º	1,6	14º	1,7	14º	1,6	14º	1,3	15º	1,4	15º	1,6	14º	1,6	14º
Espírito Santo	1,8	12º	1,8	12º	2,0	11º	2,2	11º	2,2	11º	2,2	11º	2,3	10º	2,1	11º
Mato Grosso do Sul	1,1	16º	1,3	16º	1,2	16º	1,1	17º	1,1	17º	1,1	17º	1,2	17º	1,2	17º
Amazonas	1,5	14º	1,5	15º	1,6	15º	1,6	15º	1,7	14º	1,6	14º	1,5	15º	1,5	15º
Maranhão	1,1	17º	1,1	17º	1,1	17º	1,2	16º	1,2	16º	1,1	16º	1,2	16º	1,2	16º
Rio Grande do Norte	0,9	18º	0,9	18º	0,9	18º	0,9	18º	1,0	18º	1,0	18º	0,9	18º	0,9	18º
Paraíba	0,9	19º	0,9	19º	0,8	19º	0,8	19º	0,9	19º	0,8	19º	0,9	19º	0,9	19º
Alagoas	0,8	20º	0,7	20º												
Piauí	0,5	23º	0,5	23º	0,5	23º	0,5	23º	0,6	22º	0,5	23º	0,5	23º	0,6	23º
Rondônia	0,5	22º	0,5	22º	0,6	22º	0,6	22º	0,5	23º	0,5	22º	0,6	22º	0,6	22º
Sergipe	0,7	21º	0,7	21º	0,7	21º	0,7	21º	0,7	21º	0,7	21º	0,7	21º	0,7	21º
Tocantins	0,4	24º	0,4	24º	0,4	24º	0,4	24º	0,4	24º	0,4	24º	0,4	24º	0,4	24º
Amapá	0,2	25º	0,2	25º	0,2	25º	0,2	25º	0,2	25º	0,2	25º	0,2	25º	0,2	25º
Acre	0,2	26º	0,2	26º	0,2	26º	0,2	26º	0,2	26º	0,2	26º	0,2	26º	0,2	26º
Roraima	0,2	27º	0,2	27º	0,1	27º	0,1	27º	0,2	27º	0,2	27º	0,2	27º	0,2	27º

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

Posição relativa do PIB das Unidades da Federação no PIB do Brasil – 2002-2016														
Unidades da Federação	2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016	
	%	Posição relativa												
São Paulo	33,3	1º	32,8	1º	32,4	1º	32,2	1º	32,2	1º	32,4	1º	32,5	1º
Rio de Janeiro	11,6	2º	11,7	2º	11,9	2º	11,8	2º	11,6	2º	11,0	2º	10,2	2º
Minas Gerais	9,0	3º	9,1	3º	9,2	3º	9,2	3º	8,9	3º	8,7	3º	8,7	3º
Rio Grande do Sul	6,2	4º	6,1	4º	6,0	4º	6,2	5º	6,2	4º	6,4	4º	6,5	4º
Paraná	5,8	5º	5,9	5º	5,9	5º	6,3	4º	6,0	5º	6,3	5º	6,4	5º
Bahia	4,0	6º	3,8	7º	3,8	7º	3,8	7º	3,9	7º	4,1	7º	4,1	6º
Santa Catarina	4,0	7º	4,0	6º	4,0	6º	4,0	6º	4,2	6º	4,2	6º	4,1	7º
Distrito Federal	3,7	8º	3,5	8º	3,4	8º	3,3	8º	3,4	8º	3,6	8º	3,8	8º
Goiás	2,7	9º	2,8	9º	2,9	9º	2,8	9º	2,9	9º	2,9	9º	2,9	9º
Pernambuco	2,5	10º	2,5	10º	2,7	10º	2,6	10º	2,7	10º	2,6	10º	2,7	10º
Ceará	2,0	13º	2,0	13º	2,0	13º	2,0	13º	2,2	12º	2,2	12º	2,2	11º
Pará	2,1	12º	2,3	12º	2,2	12º	2,3	11º	2,2	13º	2,2	11º	2,2	12º
Mato Grosso	1,5	15º	1,6	15º	1,7	14º	1,7	14º	1,8	14º	1,8	14º	2,0	13º
Espírito Santo	2,2	11º	2,4	11º	2,4	11º	2,2	12º	2,2	11º	2,0	13º	1,7	14º
Mato Grosso do Sul	1,2	16º	1,3	16º	1,3	16º	1,3	16º	1,4	16º	1,4	16º	1,5	15º
Amazonas	1,6	14º	1,6	14º	1,5	15º	1,6	15º	1,5	15º	1,4	15º	1,4	16º
Maranhão	1,2	17º	1,2	17º	1,3	17º	1,3	17º	1,3	17º	1,3	17º	1,4	17º
Rio Grande do Norte	0,9	18º	0,9	18º	1,0	18º	1,0	18º	0,9	18º	1,0	18º	1,0	18º
Paraíba	0,9	19º	0,8	19º	0,9	19º								
Alagoas	0,7	20º	0,8	20º	0,8	20º								
Piauí	0,6	23º	0,6	23º	0,6	23º	0,6	22º	0,7	21º	0,7	21º	0,7	21º
Rondônia	0,6	22º	0,6	22º	0,6	22º	0,6	23º	0,6	23º	0,6	23º	0,6	22º
Sergipe	0,7	21º	0,7	21º	0,7	21º	0,7	21º	0,6	22º	0,6	22º	0,6	23º
Tocantins	0,4	24º	0,4	24º	0,4	24º	0,4	24º	0,5	24º	0,5	24º	0,5	24º
Amapá	0,2	26º	0,2	25º	0,2	25º	0,2	25º	0,2	26º	0,2	25º	0,2	25º
Acre	0,2	25º	0,2	26º	0,2	26º	0,2	26º	0,2	25º	0,2	26º	0,2	26º
Roraima	0,2	27º												

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

Produto Interno Bruto, Variação real anual e Produto Interno Bruto *per capita*, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2002-2016

Anos	2002			2003			2004		
	Produto Interno Bruto		Produto Interno Bruto <i>per capita</i>	Produto Interno Bruto		Produto Interno Bruto <i>per capita</i>	Produto Interno Bruto		Produto Interno Bruto <i>per capita</i>
	R\$1.000.000	Variação real anual (%)		R\$1.000.000	Variação real anual (%)		R\$1.000.000	Variação real anual (%)	
	Preço		R\$	Preço		R\$	Preço		R\$
Brasil	1.488.787	...	8.440	1.717.950	1,1	9.598	1.957.751	5,8	10.782
Norte	69.902	...	5.093	81.554	5,8	5.805	97.051	9,7	6.752
Rondônia	7.468	...	5.147	9.425	3,3	6.374	11.005	13,3	7.045
Acre	2.971	...	4.876	3.377	2,1	5.394	3.784	13,5	6.003
Amazonas	22.093	...	7.353	25.862	5,0	8.387	31.091	10,6	9.906
Roraima	2.392	...	6.737	2.594	1,9	7.066	2.823	6,7	7.391
Pará	26.482	...	4.044	30.270	7,1	4.525	37.273	8,4	5.441
Amapá	3.173	...	5.977	3.413	7,9	6.182	3.825	6,5	6.987
Tocantins	5.323	...	4.344	6.612	9,3	5.281	7.252	7,7	5.743
Nordeste	194.848	...	3.957	220.572	1,6	4.426	251.730	6,7	4.992
Maranhão	15.924	...	2.718	19.503	5,0	3.283	22.127	7,2	3.675
Piauí	7.123	...	2.441	8.415	5,7	2.855	9.406	7,7	3.159
Ceará	28.719	...	3.712	32.687	1,3	4.161	36.891	5,2	4.625
Rio Grande do Norte	13.567	...	4.710	14.865	2,4	5.089	17.252	4,1	5.824
Paraíba	12.747	...	3.628	14.738	5,2	4.162	15.758	3,5	4.416
Pernambuco	36.056	...	4.427	38.816	(2,7)	4.714	44.983	5,1	5.404
Alagoas	11.537	...	3.963	12.624	(1,1)	4.285	14.045	6,0	4.712
Sergipe	10.332	...	5.530	11.750	2,6	6.179	13.336	6,5	6.894
Bahia	58.843	...	4.388	67.174	2,3	4.960	77.932	9,4	5.696
Sudeste	854.310	...	11.362	969.803	(0,1)	12.713	1.105.766	5,4	14.291
Minas Gerais	124.071	...	6.703	144.189	2,1	7.690	171.871	5,9	9.049
Espírito Santo	27.049	...	8.349	31.519	2,9	9.563	39.733	4,3	11.853
Rio de Janeiro	184.311	...	12.415	202.641	(1,0)	13.487	241.207	2,7	15.865
São Paulo	518.879	...	13.444	591.454	(0,5)	15.084	652.956	6,2	16.396
Sul	241.565	...	9.304	293.463	2,8	11.159	328.263	5,0	12.324
Paraná	88.236	...	8.927	110.039	4,0	10.993	123.452	5,4	12.180
Santa Catarina	54.482	...	9.746	64.098	2,1	11.281	73.619	7,5	12.750
Rio Grande do Sul	98.847	...	9.424	119.325	2,0	11.249	131.192	3,3	12.231
Centro-Oeste	128.163	...	10.444	152.558	3,3	12.184	174.941	6,4	13.699
Mato Grosso do Sul	16.440	...	7.599	21.847	6,5	9.943	23.372	(0,8)	10.478
Mato Grosso	19.191	...	7.265	26.697	5,2	9.905	33.389	14,8	12.145
Goiás	38.629	...	7.308	45.558	4,7	8.441	51.104	6,7	9.278
Distrito Federal	53.902	...	24.721	58.456	0,7	26.199	67.077	5,0	29.393

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa); e Coordenação de População e Indicadores Sociais.

Produto Interno Bruto, Variação real anual e Produto Interno Bruto per capita, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2002-2016

Anos	2005			2006			2007		
	Produto Interno Bruto		Produto Interno Bruto per capita	Produto Interno Bruto		Produto Interno Bruto per capita	Produto Interno Bruto		Produto Interno Bruto per capita
	R\$1.000.000	Variação real anual (%)		R\$1.000.000	Variação real anual (%)		R\$1.000.000	Variação real anual (%)	
	Preço		R\$	Preço		R\$	Preço		R\$
Brasil	2.170.585	3,2	11.785	2.409.450	4,0	12.901	2.720.263	6,1	14.785
Norte	106.523	5,5	7.247	121.372	5,0	8.080	135.632	3,8	9.275
Rondônia	12.512	1,4	8.153	13.055	4,8	8.355	14.438	6,9	9.932
Acre	4.301	2,7	6.421	4.662	7,2	6.789	5.458	4,4	8.328
Amazonas	33.981	9,0	10.513	39.933	2,2	12.061	43.480	4,7	13.495
Roraima	3.193	7,3	8.161	3.802	9,3	9.427	4.203	(1,9)	10.622
Pará	40.523	4,2	5.813	45.983	6,7	6.467	51.847	2,2	7.338
Amapá	4.306	6,3	7.243	5.281	6,9	8.577	6.013	4,4	10.237
Tocantins	7.707	4,2	5.903	8.656	4,0	6.496	10.193	5,3	8.196
Nordeste	282.846	3,8	5.544	317.948	4,6	6.161	354.392	4,7	6.877
Maranhão	25.104	5,9	4.113	29.711	3,6	4.804	30.731	7,0	5.022
Piauí	10.712	3,9	3.562	13.360	5,6	4.400	13.736	5,4	4.530
Ceará	41.059	2,5	5.071	46.500	8,2	5.659	50.819	3,1	6.209
Rio Grande do Norte	19.967	2,4	6.649	22.890	3,0	7.520	26.318	3,0	8.733
Paraíba	17.557	2,7	4.883	20.838	7,7	5.751	22.910	2,2	6.291
Pernambuco	50.240	4,3	5.971	55.485	4,9	6.526	62.459	5,4	7.361
Alagoas	15.485	3,6	5.134	17.396	2,8	5.702	19.871	5,2	6.543
Sergipe	14.430	4,3	7.333	16.420	4,3	8.207	18.218	6,3	9.394
Bahia	88.292	4,1	6.391	95.348	3,0	6.835	109.330	4,9	7.765
Sudeste	1.248.258	3,7	15.907	1.390.391	4,1	17.476	1.560.365	6,3	20.037
Minas Gerais	188.364	4,0	9.792	212.660	3,9	10.917	240.355	5,5	12.471
Espírito Santo	47.021	3,5	13.796	53.464	8,5	15.433	60.658	7,1	18.098
Rio de Janeiro	269.830	2,8	17.540	299.738	4,1	19.261	323.698	3,4	20.991
São Paulo	743.043	4,0	18.373	824.529	3,9	20.083	935.653	7,5	23.493
Sul	345.377	(0,4)	12.804	376.334	2,9	13.781	436.947	6,8	16.344
Paraná	127.465	0,6	12.421	137.648	1,9	13.251	165.209	7,2	16.064
Santa Catarina	81.549	2,0	13.901	91.063	2,6	15.284	103.728	6,3	17.681
Rio Grande do Sul	136.363	(2,7)	12.574	147.623	4,1	13.465	168.010	6,7	15.876
Centro-Oeste	187.580	4,5	14.406	203.405	3,5	15.329	232.927	6,9	17.615
Mato Grosso do Sul	23.725	2,6	10.477	26.668	5,7	11.605	30.085	4,7	13.278
Mato Grosso	34.257	4,6	12.220	30.700	(2,0)	10.746	38.028	12,2	13.321
Goiás	53.865	3,5	9.585	61.375	3,1	10.710	71.411	5,6	12.646
Distrito Federal	75.733	5,8	32.460	84.661	5,5	35.516	93.404	6,6	38.032

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa); e Coordenação de População e Indicadores Sociais.

Produto Interno Bruto, Variação real anual e Produto Interno Bruto *per capita*, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2002-2016

Anos	2008			2009			2010		
	Produto Interno Bruto		Produto Interno Bruto <i>per capita</i>	Produto Interno Bruto		Produto Interno Bruto <i>per capita</i>	Produto Interno Bruto		Produto Interno Bruto <i>per capita</i>
	R\$1.000.000	Variação real anual (%)		R\$1.000.000	Variação real anual (%)		R\$1.000.000	Variação real anual (%)	
	Preço		R\$	Preço		R\$	Preço		R\$
Brasil	3.109.803	5,1	16.401	3.333.039	(0,1)	17.407	3.885.847	7,5	20.372
Norte	156.677	3,9	10.347	166.210	0,0	10.821	207.094	10,1	13.040
Rondônia	17.286	2,3	11.573	19.725	7,1	13.116	23.908	11,8	15.321
Acre	6.410	6,2	9.426	7.408	2,5	10.718	8.342	7,3	11.384
Amazonas	48.115	2,5	14.401	50.560	(0,2)	14.900	60.877	9,8	17.489
Roraima	4.842	6,6	11.730	5.672	5,7	13.457	6.639	8,9	14.714
Pará	60.957	4,7	8.326	61.665	(3,4)	8.298	82.685	9,0	10.875
Amapá	6.950	3,0	11.335	7.491	2,3	11.954	8.238	8,9	12.319
Tocantins	12.116	6,0	9.462	13.690	2,9	10.595	16.405	16,9	11.858
Nordeste	406.102	5,4	7.650	451.906	1,0	8.432	522.769	6,6	9.849
Maranhão	37.932	5,0	6.016	40.995	0,6	6.438	46.310	8,2	7.049
Piauí	16.203	6,2	5.194	18.946	6,3	6.024	22.269	4,2	7.140
Ceará	60.416	7,9	7.149	67.200	0,4	7.862	79.336	6,8	9.391
Rio Grande do Norte	28.899	4,3	9.303	30.941	1,2	9.862	36.185	4,1	11.421
Paraíba	26.890	4,5	7.185	30.230	1,4	8.019	33.522	10,5	8.899
Pernambuco	70.414	4,9	8.062	79.761	1,6	9.053	97.190	7,2	11.049
Alagoas	22.262	6,8	7.118	24.182	1,0	7.662	27.133	5,3	8.694
Sergipe	21.418	2,6	10.713	21.707	4,3	10.748	26.405	5,8	12.768
Bahia	121.667	5,1	8.389	137.942	(0,3)	9.424	154.420	6,1	11.013
Sudeste	1.771.495	5,6	22.092	1.875.404	(0,6)	23.177	2.180.988	7,6	27.142
Minas Gerais	278.608	4,7	14.036	287.444	(3,9)	14.348	351.123	9,1	17.919
Espírito Santo	72.091	8,6	20.874	69.215	(6,9)	19.848	85.310	15,2	24.286
Rio de Janeiro	378.286	4,1	23.833	391.651	1,9	24.462	449.858	5,0	28.127
São Paulo	1.042.510	6,2	25.420	1.127.094	(0,1)	27.235	1.294.696	7,6	31.385
Sul	497.391	3,0	18.088	530.119	(1,1)	19.125	620.180	7,6	22.647
Paraná	185.684	4,0	17.534	196.676	(1,7)	18.405	225.205	9,9	21.572
Santa Catarina	121.477	1,7	20.070	129.099	(0,0)	21.099	153.726	5,4	24.597
Rio Grande do Sul	190.230	2,9	17.524	204.345	(1,1)	18.723	241.249	6,9	22.556
Centro-Oeste	278.139	5,7	20.308	309.401	2,5	22.266	354.816	7,0	25.253
Mato Grosso do Sul	36.219	5,3	15.504	39.518	0,7	16.741	47.271	11,7	19.299
Mato Grosso	49.203	7,8	16.635	52.693	2,1	17.555	56.601	6,0	18.656
Goiás	82.418	6,4	14.101	92.866	0,2	15.670	106.770	9,0	17.783
Distrito Federal	110.300	4,5	43.134	124.324	5,0	47.691	144.174	4,4	56.253

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus (Sufama); e Coordenação de População e Indicadores Sociais.

Produto Interno Bruto, Variação real anual e Produto Interno Bruto per capita, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2002-2016

Anos	2011			2012			2013		
	Produto Interno Bruto		Produto Interno Bruto per capita	Produto Interno Bruto		Produto Interno Bruto per capita	Produto Interno Bruto		Produto Interno Bruto per capita
	R\$1.000.000	Variação real anual (%)		R\$1.000.000	Variação real anual (%)		R\$1.000.000	Variação real anual (%)	
	Preço		R\$	Preço		R\$	Preço		R\$
Brasil	4.376.382	4,0	22.749	4.814.760	1,9	24.825	5.331.619	3,0	26.521
Norte	241.028	6,5	14.975	259.101	3,2	15.878	292.442	2,9	17.219
Rondônia	27.575	5,2	17.492	30.113	3,3	18.939	31.121	0,8	18.008
Acre	8.949	4,3	11.990	10.138	6,2	13.361	11.474	2,3	14.777
Amazonas	70.734	10,4	19.991	72.243	1,4	20.118	83.051	4,4	21.810
Roraima	7.304	3,2	15.872	7.711	4,8	16.424	9.011	5,5	18.462
Pará	98.711	4,4	12.839	107.081	3,2	13.741	121.225	2,5	15.211
Amapá	9.409	3,6	13.750	11.131	9,2	15.933	12.763	3,4	17.365
Tocantins	18.346	8,8	13.096	20.684	5,2	14.590	23.797	2,2	16.099
Nordeste	583.413	4,1	10.905	653.067	3,0	12.115	724.524	3,1	12.986
Maranhão	52.144	6,5	7.846	60.490	4,3	9.009	67.695	5,6	9.963
Piauí	25.941	5,2	8.261	28.638	6,1	9.060	31.284	2,3	9.825
Ceará	89.696	3,9	10.515	96.974	1,6	11.268	109.037	5,1	12.421
Rio Grande do Norte	40.993	5,4	12.816	46.412	0,6	14.377	51.518	4,5	15.269
Paraíba	37.109	5,7	9.788	42.488	4,1	11.137	46.377	5,8	11.848
Pernambuco	110.162	4,5	12.427	127.989	3,9	14.331	141.150	2,9	15.328
Alagoas	31.657	4,7	10.071	34.650	2,0	10.946	37.283	0,4	11.295
Sergipe	29.108	4,8	13.929	32.853	1,5	15.564	35.336	1,0	16.094
Bahia	166.603	2,1	11.818	182.573	3,0	12.880	204.844	1,3	13.616
Sudeste	2.455.542	3,5	30.324	2.693.052	1,8	33.017	2.948.744	2,0	34.911
Minas Gerais	400.125	2,5	20.281	442.283	3,3	22.275	488.005	0,5	23.697
Espírito Santo	105.976	7,4	29.877	116.851	(0,7)	32.657	117.274	(0,1)	30.545
Rio de Janeiro	512.768	2,6	31.824	574.885	2,0	35.418	628.226	1,3	38.379
São Paulo	1.436.673	3,8	34.546	1.559.033	1,5	37.207	1.715.238	2,8	39.283
Sul	696.247	4,3	25.261	765.002	(0,4)	27.586	880.286	6,1	30.570
Paraná	257.122	4,6	24.459	285.620	(0,0)	27.002	333.481	5,5	30.323
Santa Catarina	174.068	3,5	27.555	191.795	1,7	30.046	214.512	3,5	32.334
Rio Grande do Sul	265.056	4,6	24.695	287.587	(2,1)	26.701	332.293	8,5	29.765
Centro-Oeste	400.153	4,6	28.092	444.538	4,4	30.819	485.623	3,9	32.390
Mato Grosso do Sul	55.133	3,4	22.253	62.013	6,0	24.755	69.203	6,6	26.748
Mato Grosso	69.154	5,7	22.482	79.666	11,0	25.572	89.213	3,5	28.036
Goiás	121.297	5,8	19.948	138.758	4,5	22.544	151.300	3,1	23.516
Distrito Federal	154.569	3,7	59.222	164.101	0,8	61.959	175.907	3,7	63.054

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa); e Coordenação de População e Indicadores Sociais.

Produto Interno Bruto, Variação real anual e Produto Interno Bruto <i>per capita</i> , segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2002-2016									
Anos	2014			2015			2016		
	Produto Interno Bruto		Produto Interno Bruto <i>per capita</i>	Produto Interno Bruto		Produto Interno Bruto <i>per capita</i>	Produto Interno Bruto		Produto Interno Bruto <i>per capita</i>
	R\$1.000.000	Variação real anual (%)		R\$1.000.000	Variação real anual (%)		R\$1.000.000	Variação real anual (%)	
	Preço		R\$	Preço		R\$	Preço		R\$
Brasil	5.778.953	0,5	28.500	5.995.787	(3,5)	29.326	6.267.205	(3,3)	30.411
Norte	308.077	3,0	17.879	320.775	(2,6)	18.359	337.213	(4,6)	19.043
Rondônia	34.031	3,7	19.463	36.563	(3,1)	20.678	39.451	(4,2)	22.073
Acre	13.459	4,4	17.034	13.622	(1,5)	16.953	13.751	(2,4)	16.838
Amazonas	86.669	0,2	22.373	86.560	(5,4)	21.979	89.017	(6,8)	22.245
Roraima	9.744	2,5	19.608	10.354	(0,3)	20.477	11.011	0,2	21.414
Pará	124.585	4,1	15.431	130.883	(0,9)	16.010	138.068	(4,0)	16.690
Amapá	13.400	1,7	17.845	13.861	(5,5)	18.080	14.339	(4,9)	18.329
Tocantins	26.189	6,2	17.496	28.930	(0,4)	19.094	31.576	(4,1)	20.599
Nordeste	805.099	2,8	14.329	848.533	(3,4)	15.002	898.083	(4,6)	15.779
Maranhão	76.842	3,9	11.216	78.475	(4,1)	11.366	85.286	(5,6)	12.264
Piauí	37.723	5,3	11.808	39.148	(1,1)	12.219	41.406	(6,3)	12.890
Ceará	126.054	4,2	14.255	130.621	(3,4)	14.669	138.379	(4,1)	15.438
Rio Grande do Norte	54.023	1,6	15.849	57.250	(2,0)	16.632	59.661	(4,0)	17.169
Paraíba	52.936	2,9	13.422	56.140	(2,7)	14.133	59.089	(3,1)	14.774
Pernambuco	155.143	1,9	16.722	156.955	(4,2)	16.795	167.290	(2,9)	17.777
Alagoas	40.975	4,8	12.335	46.364	(2,9)	13.878	49.456	(1,4)	14.724
Sergipe	37.472	0,4	16.883	38.554	(3,3)	17.189	38.867	(5,2)	17.154
Bahia	223.930	2,3	14.804	245.025	(3,4)	16.116	258.649	(6,2)	16.931
Sudeste	3.174.691	(0,5)	37.299	3.238.716	(3,8)	37.771	3.332.051	(3,3)	38.585
Minas Gerais	516.634	(0,7)	24.917	519.326	(4,3)	24.885	544.634	(2,0)	25.938
Espírito Santo	128.784	3,3	33.149	120.363	(2,1)	30.627	109.227	(5,3)	27.487
Rio de Janeiro	671.077	1,5	40.767	659.137	(2,8)	39.827	640.186	(4,4)	38.482
São Paulo	1.858.196	(1,4)	42.198	1.939.890	(4,1)	43.695	2.038.005	(3,1)	45.542
Sul	948.454	(0,1)	32.687	1.008.018	(4,1)	34.486	1.066.968	(2,4)	36.242
Paraná	348.084	(1,5)	31.411	376.960	(3,4)	33.769	401.662	(2,6)	35.726
Santa Catarina	242.553	2,4	36.056	249.073	(4,2)	36.525	256.661	(2,0)	37.140
Rio Grande do Sul	357.816	(0,3)	31.927	381.985	(4,6)	33.960	408.645	(2,4)	36.207
Centro-Oeste	542.632	2,5	35.653	579.745	(2,1)	37.543	632.890	(2,6)	40.412
Mato Grosso do Sul	78.950	2,6	30.138	83.082	(0,3)	31.337	91.866	(2,7)	34.248
Mato Grosso	101.235	4,4	31.397	107.418	(1,9)	32.895	123.834	(6,3)	37.463
Goiás	165.015	1,9	25.297	173.632	(4,3)	26.265	181.692	(3,5)	27.135
Distrito Federal	197.432	2,0	69.217	215.613	(1,0)	73.971	235.497	(0,0)	79.100

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus (Sufama); e Coordenação de População e Indicadores Sociais.

Produto Interno Bruto total e per capita índices e taxas de crescimento – Bahia – 2002-2016							
Anos	PIB total (Valores Correntes - R\$ Milhão)	Índice do PIB Real (2002 = 100)	Taxa de crescimento do PIB (%)	População (Habitantes)	PIB per capita (Valores Correntes R\$ 1,00)	Índice do PIB per capita Real (2002 = 100)	Taxa do PIB per capita (%)
2002	58.843	100,0	...	13.323.212	4.416,58	100,0	...
2003	67.174	102,3	2,3	13.435.612	4.999,71	101,5	1,5
2004	77.932	112,0	9,4	13.682.074	5.695,90	109,2	7,6
2005	88.292	116,6	4,1	13.815.334	6.390,86	112,7	3,2
2006	95.348	120,1	3,0	13.950.146	6.834,90	114,9	2,0
2007	109.330	126,0	4,9	14.080.670	7.764,51	119,5	3,9
2008	121.667	132,4	5,1	14.502.575	8.389,37	122,0	2,1
2009	137.942	132,1	-0,3	14.637.364	9.424,00	120,5	-1,2
2010	154.420	140,1	6,1	14.021.432	11.013,11	133,0	10,3
2011	166.603	143,0	2,1	14.097.534	11.817,87	135,0	1,5
2012	182.573	147,2	3,0	14.175.341	12.879,59	138,2	2,4
2013	204.844	149,2	1,3	15.044.137	13.616,22	131,6	-4,8
2014	223.930	152,7	2,3	15.126.371	14.803,95	133,9	1,8
2015	245.044	147,4	-3,4	15.203.934	16.117,12	128,6	-3,9
2016	258.649	138,2	-6,2	15.276.566	16.931,10	120,0	-6,7

Fonte: SEI, IBGE.

Estrutura por grandes setores – Bahia – 2002-2016					(%)
Ano	Setor agropecuário	Setor industrial	Setor serviços	Total	
2002	13,1	23,5	63,4	100,00	
2003	13,2	24,2	62,6	100,00	
2004	13,1	25,9	61,0	100,00	
2005	10,3	26,7	63,0	100,00	
2006	9,9	25,6	64,5	100,00	
2007	10,5	23,8	65,7	100,00	
2008	9,8	24,7	65,5	100,00	
2009	8,8	25,0	66,3	100,00	
2010	7,9	27,1	65,0	100,00	
2011	8,2	23,8	68,1	100,00	
2012	8,0	22,1	69,9	100,00	
2013	7,3	20,5	72,2	100,00	
2014	7,9	21,0	71,1	100,00	
2015	8,3	22,1	69,6	100,00	
2016	7,2	23,7	69,1	100,00	

Fonte: SEI, IBGE.

Valor adicionado por grandes setores – Bahia – 2002-2016			
	R\$ milhão		
Ano	Setor primário	Setor secundário	Setor terciário
2002	6.612	11.848	32.015
2003	7.612	14.018	36.229
2004	8.696	17.167	40.517
2005	7.732	20.014	47.176
2006	7.958	20.683	52.037
2007	9.837	22.418	61.835
2008	10.249	25.845	68.539
2009	10.606	30.277	80.254
2010	10.709	36.740	87.966
2011	11.886	34.634	99.207
2012	12.779	35.142	111.375
2013	13.102	36.471	128.688
2014	15.484	41.143	139.576
2015	17.854	47.768	150.363
2016	16.534	54.082	157.623

Fonte: SEI, IBGE.

Nota: Em valores correntes.

Valor Adicionado segundo atividades, Impostos Líquidos e PIB – Bahia – 2002-2016													R\$ milhão
Ano	AGROPECUÁRIA	Agricultura e serviços relacionados	Pecuária, pesca, aquicultura e serviços relacionados	Produção florestal, pesca e aquicultura	INDÚSTRIA	Indústria extrativa	Indústrias de transformação	Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	Construção	SERVIÇOS	Comércio, manutenção e reparação de veículos automotores e motocicletas	Transporte, armazenagem e correio	Serviços de alojamento e alimentação
2002	6.612	11.848	1.115	4.868	2.153	3.711	32.015	4.221	1.744	1.350
2003	7.612	14.018	1.388	6.932	2.676	3.022	36.229	5.909	1.854	1.202
2004	8.696	17.167	1.948	7.893	3.074	4.252	40.517	7.002	2.141	1.361
2005	7.732	20.014	2.208	10.274	3.440	4.092	47.176	8.159	2.609	2.418
2006	7.958	20.683	2.720	9.475	3.478	5.010	52.037	8.977	2.926	1.903
2007	9.837	22.418	2.926	10.228	3.965	5.299	61.835	12.046	3.563	2.360
2008	10.249	25.845	3.848	11.031	4.488	6.477	68.539	14.004	4.616	2.255
2009	10.606	30.277	2.159	16.087	3.828	8.203	80.254	16.717	4.975	4.020
2010	10.709	7.303	2.694	713	36.740	3.727	17.046	5.031	10.935	87.966	17.779	5.874	3.477
2011	11.886	8.253	2.886	748	34.634	4.364	12.933	5.171	12.165	99.207	19.646	7.077	4.683
2012	12.779	8.973	2.987	819	35.142	6.187	10.572	5.410	12.972	111.375	21.106	7.689	4.561
2013	13.102	8.668	3.443	992	36.471	5.500	12.935	2.984	15.053	128.688	25.416	8.916	5.699
2014	15.484	10.645	3.835	1.004	41.143	3.682	15.964	4.927	16.570	139.576	26.408	9.256	6.393
2015	17.854	12.332	4.301	1.221	47.768	2.548	24.475	4.944	15.801	150.363	26.856	10.898	6.437
2016	16.534	10.504	4.432	1.598	54.082	1.269	31.490	6.563	14.760	157.623	28.373	8.766	6.643

Fonte: SEI, IBGE.

Nota: Na retopolação (2002-2009), não foram divulgadas as atividades separadas do setor agropecuário. E atividades como "Artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades" e "Serviços domésticos" foram divulgadas como "Outros Serviços".

Valor Adicionado segundo atividades, Impostos líquidos e PIB – Bahia – 2002-2016												RS milhão
Ano	Serviços de informação e comunicação	Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	Atividades imobiliárias	Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares	Administração, educação, saúde, pesquisa e desenvolvimento públicas, defesa, seguridade social	Educação e saúde mercantis	Outros Serviços	Artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços	Serviços Domésticos	VA total	Impostos líquidos	PIB
2002	1.489	2.020	5.339	2.428	9.692	1.972	1.759	50.475	8.368	58.843
2003	1.814	1.787	5.830	3.080	10.804	2.193	1.757	57.858	9.316	67.174
2004	1.913	1.905	6.337	3.656	11.737	2.405	2.059	66.380	11.552	77.932
2005	2.137	2.209	6.875	4.089	14.018	2.193	2.470	74.922	13.369	88.292
2006	2.329	2.404	7.354	4.562	16.008	2.585	2.990	80.678	14.669	95.348
2007	2.508	2.707	8.204	6.572	17.808	2.831	3.235	94.090	15.240	109.330
2008	2.564	2.716	9.633	6.042	20.068	3.028	3.613	104.633	17.035	121.667
2009	2.608	3.336	10.784	7.004	23.237	3.356	4.217	121.137	16.806	137.942
2010	2.689	4.036	11.782	8.671	25.766	3.668	4.225	2.414	1.811	135.415	19.005	154.420
2011	2.782	4.268	13.140	9.953	29.060	4.140	4.458	2.469	1.989	145.727	20.876	166.603
2012	2.874	5.010	16.954	10.819	32.045	5.119	5.198	3.006	2.192	159.296	23.277	182.573
2013	3.253	5.296	18.250	12.222	36.554	7.157	5.925	3.507	2.418	178.262	26.583	204.844
2014	3.239	6.404	20.068	13.948	40.237	7.433	6.190	3.465	2.725	196.203	27.727	223.930
2015	3.462	7.491	22.117	13.160	44.305	8.985	6.652	3.481	3.171	215.986	29.058	245.025
2016	3.374	8.691	23.532	13.936	46.557	10.894	6.858	3.589	3.269	228.239	30.410	258.649

Fonte: SEI, IBGE.

Nota: Na retropolação (2002-2009), não foram divulgadas as atividades separadas do setor agropecuário. E atividades como "Artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades" e "Serviços domésticos" foram divulgadas como "Outros Serviços".

Taxa de crescimento segundo atividades, Impostos líquidos e PIB – Bahia – 2002-2016 (2002=100) %

Ano	AGROPECUÁRIA	INDÚSTRIA	Indústria extrativa	Indústria de transformação	Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	Construção	SERVIÇOS	Comércio, manutenção e reparação de veículos automotores e motocicletas	Transporte, armazenagem e correio	Serviços de alojamento e alimentação
2002	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2003	-0,5	6,8	7,5	19,2	4,5	-8,4	1,2	-1,3	-3,2	2,0
2004	20,8	11,8	4,4	13,3	8,2	15,2	5,7	8,0	13,3	3,7
2005	7,5	3,2	-6,9	6,4	6,3	-0,4	3,3	3,4	3,6	6,6
2006	-1,3	2,0	-5,3	0,5	4,5	7,4	3,7	4,6	-0,2	5,7
2007	4,8	5,4	8,2	3,8	10,7	3,3	4,5	5,1	10,5	5,7
2008	4,1	5,1	0,7	3,3	3,6	12,1	5,0	6,7	10,3	7,2
2009	1,0	-3,6	-5,9	-7,3	-6,2	6,1	1,3	-1,5	-8,5	1,1
2010	7,1	6,7	14,6	4,2	-0,3	12,9	4,9	10,7	10,9	-0,6
2011	-0,9	1,3	-12,6	-0,7	5,9	7,0	2,6	-0,1	8,6	5,9
2012	-14,2	3,7	7,5	5,8	0,5	1,4	3,9	4,7	3,6	4,3
2013	-4,5	0,6	0,3	-3,3	-1,1	4,6	1,7	1,7	-3,1	-1,4
2014	16,1	-3,2	-2,2	-4,9	-2,6	-2,1	2,2	3,2	6,9	3,0
2015	9,9	-7,9	-10,3	-6,7	1,5	-11,3	-3,0	-9,4	-2,7	-6,8
2016	-23,8	-5,7	-10,7	-3,8	5,3	-11,4	-4,0	-11,6	-13,7	-1,9

Fonte: SEI, IBGE.

Taxa de crescimento segundo atividades, Impostos líquidos e PIB – Bahia – 2002-2016 (2002=100) %										
Ano	Serviços de informação e comunicação	Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	Atividades imobiliárias	Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares	Administração, educação, saúde, pesquisa e desenvolvimento públicas, defesa, seguridade social	Educação e saúde mercantis	Outros Serviços	VA total	Impostos líquidos	PIB
2002	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2003	1,0	-1,1	5,2	1,0	2,1	1,4	-3,0	2,3	2,6	2,3
2004	3,4	9,5	6,2	10,1	2,8	3,2	1,0	9,2	10,9	9,4
2005	6,0	5,4	3,0	6,8	0,2	3,7	7,8	3,8	6,1	4,1
2006	-1,1	6,7	5,6	3,5	3,9	-1,6	2,7	2,7	4,7	3,0
2007	5,7	12,7	6,6	5,0	1,8	-0,1	1,2	4,8	5,3	4,9
2008	8,0	11,6	6,1	4,8	-0,3	6,0	9,5	4,9	6,3	5,1
2009	-11,6	9,1	3,6	2,8	3,4	3,0	5,9	0,1	-2,3	-0,3
2010	5,4	9,2	5,3	6,6	0,4	3,0	-0,8	5,6	10,0	6,1
2011	2,5	4,0	2,2	6,3	1,2	3,4	3,7	2,0	2,0	2,1
2012	6,9	8,2	7,6	4,8	0,8	5,8	1,3	2,4	6,1	3,0
2013	2,3	2,4	5,3	2,6	1,5	1,3	0,0	1,0	3,2	1,3
2014	1,7	5,3	1,1	5,4	-0,9	6,5	-1,0	2,1	3,0	2,3
2015	-6,9	1,3	-1,8	-3,4	0,0	0,9	-0,5	-3,0	-6,7	-3,4
2016	-5,8	-3,5	1,1	-3,7	-1,3	2,9	-4,7	-6,0	-7,7	-6,2

Fonte: SEI, IBGE.

Taxa de crescimento acumulada do Produto Interno Bruto – Bahia – 2003-2016															%
Ano inicial	Ano final														
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
2002	2,3	12,0	16,6	20,1	26,0	32,4	32,1	40,1	43,0	47,2	49,2	52,7	47,4	38,2	
2003		9,4	14,0	17,4	23,1	29,4	29,0	36,9	39,7	43,9	45,8	49,2	44,0	35,1	
2004			4,1	7,3	12,5	18,3	17,9	25,1	27,7	31,5	33,2	36,3	31,6	23,4	
2005				3,0	8,0	13,5	13,2	20,2	22,6	26,3	27,9	30,9	26,4	18,5	
2006					4,9	10,2	9,9	16,6	19,0	22,6	24,2	27,1	22,7	15,1	
2007						5,1	4,8	11,2	13,5	16,9	18,4	21,2	17,0	9,7	
2008							-0,3	5,8	8,0	11,2	12,7	15,3	11,3	4,4	
2009								6,1	8,3	11,5	13,0	15,6	11,6	4,7	
2010									2,1	5,1	6,5	8,9	5,2	-1,4	
2011										3,0	4,3	6,7	3,1	-3,3	
2012											1,3	3,7	0,1	-6,1	
2013												2,3	-1,2	-7,4	
2014													-3,4	-9,4	
2015														-6,2	

Fonte: SEI, IBGE.

Nota: A leitura da tabela deve ser feita considerando o ano anterior ao que estiver procurando na coluna vertical (n-1) e avançando até a coluna na horizontal do ano final (n).

Taxa Média de Crescimento do Produto Interno Bruto – Bahia – 2003-2016															%
Ano inicial	Ano final														
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
2002	2,3	5,8	5,3	4,7	4,7	4,8	4,1	4,3	4,1	3,9	3,7	3,6	3,0	2,3	
2003		9,4	6,8	5,5	5,3	5,3	4,3	4,6	4,3	4,1	3,8	3,7	3,1	2,3	
2004			4,1	3,6	4,0	4,3	3,4	3,8	3,6	3,5	3,2	3,1	2,5	1,8	
2005				3,0	3,9	4,3	3,2	3,7	3,5	3,4	3,1	3,0	2,4	1,6	
2006					4,9	5,0	3,2	3,9	3,5	3,5	3,1	3,0	2,3	1,4	
2007						5,1	2,4	3,6	3,2	3,2	2,9	2,8	2,0	1,0	
2008							-0,3	2,9	2,6	2,7	2,4	2,4	1,5	0,5	
2009								6,1	4,1	3,7	3,1	2,9	1,8	0,7	
2010									2,1	2,5	2,1	2,2	1,0	-0,2	
2011										3,0	2,1	2,2	0,8	-0,7	
2012											1,3	1,8	0,0	-1,6	
2013												2,3	-0,6	-2,5	
2014													-3,4	-4,8	
2015														-6,2	

Fonte: SEI, IBGE.

Nota: A leitura da tabela deve ser feita considerando o ano anterior ao que estiver procurando na coluna vertical (n-1) e avançando até a coluna na horizontal do ano final (n).

Dados sujeitos a retificação. Cálculo com base no trimestral Bahia.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS. Dados Estatísticos. Disponível em: <http://www.anp.gov.br/dados-estatisticos>. Acesso em: 14 mar. 2018.

BOLETIM DE COMERCIO EXTERIOR DA BAHIA. Salvador: SEI, dez. 2015. Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/bce/bce_dez_2015.pdf. Acesso em: 2 abr. 2018.

GUERRA, Oswaldo; TEIXEIRA, Francisco. 50 anos de industrialização baiana: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 10, n. 1, jun. 2000. p. 87-98.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Contas regionais do Brasil: 2002 - 2005*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv36840.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Contas regionais do Brasil: 2005-2009*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv54776.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Contas regionais do Brasil: 2010-2014*. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98881.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Contas regionais do Brasil: 2015*. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101307_informativo.pdf. Acesso em: 12 dez. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Contas regionais do Brasil: 2016*. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101619_informativo.pdf. Acesso em: 12 dez. 2018.

ORNELAS, Jackson. Seca na Bahia: prejuízos para o setor agrícola (2012-2016). *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n. 192, p. 91-109, jan./jun. 2017.

PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL PRODUÇÃO FÍSICA – REGIONAL. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pimpfrg/bahia>. Acesso em: 28 ago. 2019.

PESQUISA MENSAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pmc/bahia>. Acesso em: 28 ago. 2019.

PESSOTI, Gustavo Casseb; PESSOTI, Fernanda Calasans. Tendências recentes e perspectivas para a economia baiana. In: ENCONTRO DE ECONOMIA BAIANA, 11., 2015, Salvador. *Anais [...]*. Salvador: SEI, 2015. Disponível em: http://www.eeb.sei.ba.gov.br/pdf/2015/eb/tendencias_recentes_e_perspectivas_para_a_economia_baiana.pdf. Acesso em: 10 dez. 2018.

SILVA, Denis Veloso da; PESSOTI, Gustavo Casseb. PIB apresenta grande expansão no quarto trimestre e economia baiana tem crescimento de 1,7% em 2009. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n. 166, jan./mar. 2010. Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/cep/c&p_166.zip. Acesso em: 12 dez. 2018.

SILVA, Denis Veloso *et al.* Análise da economia baiana, de 2002 a 2007, sob o enfoque da nova série das contas regionais do Brasil. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, p. 28-53, jul./set. 2008. Número especial.

SPINOLA, Noelio Dantaslé. A trilha perdida: caminhos e descaminhos do desenvolvimento baiano no século XX. Salvador: Fapesb, 2009.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. Índice de preços ao consumidor de Salvador. Salvador: SEI, dez. 2017. Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/ipc/rel_IPC_dez17.pdf. Acesso em: 12 dez. 2018.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *PIB da Bahia 1995–2008: a nova base das contas regionais*. Salvador: SEI, 2010. 150 p. (Série estudos e pesquisas, 85).

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *PIB da Bahia registra crescimento de 4,8% em 2005 acumulando 16,9% nos últimos três anos*. Disponível em: http://sei.ba.gov.br/images/pib/pdf/estadual/anual/relpib_estadual_2005.pdf. Acesso em: 10 dez. 2018.

A DINÂMICA DO PERFIL ECONÔMICO NO PERÍODO DE 2002 A 2016 PELA ÓTICA DO PIB MUNICIPAL DA BAHIA

A vocação econômica municipal implica no conjunto de atividades, aptidões naturais e capacidade produtiva de um determinado município, que, junto à atração de investimentos, vão se traduzir no crescimento econômico. Contudo, observa-se movimento nas atividades econômicas quando focamos o município; é um processo de mudança ao longo do tempo de uma atividade econômica para outra. Essa dinâmica de transformação pode se dar de forma gradual, seguindo uma lógica de crescimento setorial (agricultura, indústria e serviços) ou focada num único setor.

Dentre as mudanças observadas na estrutura produtiva dos municípios, o setor agrícola é o que apresenta menor dinâmica de crescimento quando comparado aos demais. Contudo, as novas técnicas de produção agrícola – com aumento da produtividade no campo – têm propiciado que regiões com predominância da agricultura apresentem um nível de desenvolvimento que, em alguns casos, pode inclusive credenciar a localidade ou região a se destacar dentro da economia estadual, como é o caso da região oeste.

Por outro lado, nas regiões com excelência no setor industrial, a tendência é apresentar um panorama de crescimento econômico consistente e contínuo – ainda que não seja diretamente pelo crescimento da atividade industrial – haja vista a influência desse setor com as demais atividades econômicas (agricultura e serviços). Por se tratar de um setor relevante, não deixa de apresentar alguns problemas estruturais no contexto econômico baiano, como por exemplo, o alto valor do consumo intermediário⁴ da indústria de transformação, que influencia negativamente o valor adicionado em alguns municípios onde a indústria tem relevância econômica.

O setor de serviços vem apresentando a maior dinâmica contributiva para o desenvolvimento econômico regional dada a sua inserção em grande parte das economias, favorecendo um contínuo processo de interação entre as atividades econômicas e, conseqüentemente, com o desenvolvimento.

⁴ O Consumo Intermediário consiste no valor de bens e serviços consumidos durante o processo de produção no período contábil considerado. Exclui bens de capital e os serviços ligados à transferência ou instalação de ativos fixos (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2016).

A análise de indicadores econômicos contribui para o entendimento dessa realidade

O PIB e o Índice de Gini permitem fazer esse olhar específico das atividades econômicas. As perspectivas apresentadas acima delinham o objetivo deste trabalho, que é analisar o movimento de mudança na característica do perfil econômico, pela ótica do PIB Municipal na Bahia, tendo como prisma a dinâmica econômica observada em grande parte do estado, período compreendido entre 2002 e 2016. Particularmente, buscam-se identificar quais foram as principais causas que determinaram mudanças de perfil econômico de uma região para outra. Para tanto, será tomado como referência o conceito de perfil econômico. Observando-se aquelas que apresentaram, nesse período, ganhos de participação no conjunto do Produto Interno Bruto (PIB) da Bahia.

MUDANÇA DO PERFIL ECONÔMICO

Podemos chamar de perfil econômico todo conjunto de atividades, aptidões naturais que cada município ou região tem. **Vocação é um termo derivado do verbo no latim *vocare* que significa chamar.** É uma inclinação, tendência, aptidão ou habilidade natural que o município ou região tem ou venha ter, que conseqüentemente será explorado por indivíduos favorecendo o desenvolvimento e crescimento econômico e satisfação para toda sociedade, levando a definir um perfil econômico local que pode ser modificado ao longo do tempo (DIAS, 2019).

Dessa forma, podemos descrever que o perfil econômico do município é permeado por um conjunto de segmentos dinâmicos que propiciam o desenvolvimento de um município ou região. Esses segmentos ou vetores estão associados a diversos fatores, dentre os quais se pode citar a disponibilidade de recursos naturais, influência política, nível cultural e intelectual da população e integração com regiões já desenvolvidas. Além disso, fatores como investimentos, centros comerciais, variações climáticas, tecnologia, geografia, etc. atuam de forma a contribuir para a mudança do perfil econômico do município.

Considerando que os elementos citados acima podem contribuir para o crescimento e desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, determinar mudança na estrutura econômica de uma determinada região ou município, cabe analisar alguns conceitos associados aos temas: desenvolvimento, crescimento, planejamento. Nesse sentido, Fonseca (2006, p. 14), destaca que:

O desenvolvimento econômico consiste fundamentalmente em um processo de enriquecimento dos países e dos seus habitantes, ou seja, em uma acumulação de recursos econômicos, sejam eles ativos individuais ou de infra-estrutura social, e também em um crescimento da produção nacional e das remunerações obtidas pelos que participam da atividade econômica.

Assim, crescimento e desenvolvimento econômico apresentam distinção no conceito. Sandroni (1998) entende como crescimento o aumento da capacidade produtiva da economia e, portanto, da produção de bens e serviços de determinado país ou área econômica. O crescimento econômico é representado basicamente pelas variações do Produto Interno Bruto (PIB) ao longo do tempo, que permite observar trajetórias desse crescimento econômico. Já o desenvolvimento econômico tem conceito mais qualitativo, é caracterizado pelo crescimento econômico acompanhado pela melhoria do padrão de vida da população com melhores condições sociais, que pode ser observado nos melhores índices de educação, saúde, segurança, saneamento, etc. (SANDRONI, 1994 *apud* MACHADO; VIEIRA, 2016).

Dessa forma, o crescimento econômico de uma região ou município depende e está associado a influências das mais diversas variáveis: clima, processos de industrialização, instalações de novos empreendimentos, etc. Essas variáveis podem influenciar tanto de forma positiva como negativa uma determinada região ou especificamente um município.

Se tomarmos em consideração o clima, por exemplo, tanto a indústria quanto a agricultura são afetadas com essas alterações, e as demais atividades atreladas podem também sofrer consequências. Por exemplo: na agricultura, observou-se que nos anos de 2011 e 2012 culturas foram afetadas pelo prolongado período de estiagem que afetou quase todo o estado da Bahia, apresentaram oscilações nas áreas, quantidades e também no preço – este, muitas vezes apresentou valor elevado devido à queda na oferta do produto. No estado, o feijão em 2012, comparando com 2011, apresentou uma perda de 52% na quantidade e o tomate, 46% nesse mesmo período, assim como outras culturas (PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL, 2011, 2012). Essas perdas se tornam mais evidentes ao analisarmos dados para os municípios, conforme será visto no capítulo 4, onde é possível constatar esse evento quando ao se constatar uma forte migração de municípios com características agropecuárias para atividades de serviços ou do setor industrial. Além da agropecuária, o período de estiagem afetou também outras atividades econômicas, como exemplo, as geradoras hidrelétricas que, devido aos baixos níveis pluviométricos, deixaram de ser acionadas, havendo necessidade de acionar as geradoras termelétricas, as quais possuem elevado custo operacional, gerando consequências negativas no consumo intermediário da grande maioria das atividades econômicas, devido à elevação nas tarifas de consumo de energia elétrica.

Por outro lado, pode-se perceber que o grande potencial de geração eólica – decorrente de fatores climáticos, geográficos, topográficos – beneficiou alguns municípios baianos como centro de atração de investimento para instalação de parques de geração de energia eólica. Atrelada a essa nova atividade e buscando melhor logística, os municípios também se beneficiaram com a produção local de turbinas e geradores, que se instalaram nos municípios, trazendo maior dinâmica para as atividades de serviços, com geração de postos de trabalho.

Além dos setores econômicos mencionados acima, a discussão sobre o crescimento econômico também está associada à análise de um segmento econômico com forte presença na grande maioria dos municípios baianos; os dados do PIB dos municípios evidenciam a

administração pública como principal atividade econômica de mais da metade dos municípios baianos, o que tem limitado o crescimento econômico desses municípios, visto que essa atividade é caracterizada pelo baixo dinamismo econômico. Apesar de se considerar a “oferta de serviços públicos de infraestrutura como um dos aspectos mais relevantes nas políticas de desenvolvimento econômico e social” (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2010b), constata-se que a grande participação da administração pública nos municípios não tem gerado efeitos positivos para o crescimento econômico em virtude dessa participação estar associada à prestação de serviços básicos, os quais não têm se revertido em grandes efeitos positivos para a melhoria econômica local. O relatório IPEA destaca ainda que “a eficiente prestação de tais serviços condiciona de forma significativa a produtividade e a competitividade do sistema econômico, ao mesmo tempo em que melhora o bem-estar social” (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2010b). Outro fator que pode estar associado ao crescimento econômico é o planejamento. Para Fonseca (2006, p. 26) “o planejamento econômico consiste na aplicação à economia, de modo coordenado e coerente, de determinados princípios e métodos apoiados no conhecimento científico para a obtenção de resultados previamente selecionados”.

O planejamento consiste em uma base teórica utilizada por gestores para tomada de decisões no que se refere a novos investimentos e qualquer outra atitude que traga melhorias futuras para o município ou atividade econômica específica.

Já para Bromley (1982, p. 125):

“O planejamento econômico consiste em definir e alcançar interesses para o futuro. E que, dessa forma, o futuro de certas sociedades ou nações não seja determinado por circunstâncias fortuitas ou externas, mas seja resultado de decisões e propósitos gerados por alguns ou todos os seus habitantes”.

Conforme destacado nos parágrafos anteriores, o crescimento econômico de um município está associado a uma série de eventos de natureza vocacional (aptidões naturais, geológicas, geográficas, etc.) bem como pela indução focalizada através da atração de investimentos produtivos. Esse processo pode ser observado em algumas economias municipais mas, na grande maioria delas, isso não se observou e, como consequência, em muitos municípios, a dinâmica e o crescimento econômico ficaram dependentes do desempenho da administração pública – um setor econômico que, apesar de ser importante e essencial em qualquer economia, não se caracteriza pelo dinamismo capaz de propiciar expansão sustentada da economia local.

Na seção seguinte, será analisado o crescimento econômico com base na dinâmica das atividades presente no cálculo do PIB Municipal nos anos de 2002 a 2016.

PRODUTO INTERNO BRUTO MUNICIPAL

Com base nos dados do PIB municipal é possível avaliar a dinâmica de crescimento econômico, bem como as transformações econômicas observadas nos municípios entre os anos de 2002 e 2016. Nesse sentido, busca-se quantificar, com base nos aspectos destacados na seção anterior, a dinâmica comportamental dos municípios baianos. Os gráficos 1 e 2 mostram a Curva de Lorenz relativa ao PIB Municipal em 2002 e 2016. A Curva de Lorenz⁵ vem representar a distribuição relativa de uma variável em domínio determinado, por exemplo, a renda de uma região ou país. O resultado obtido pela Curva de Lorenz e pelo Índice de Gini⁶ evidencia uma concentração, ou seja, uma desigualdade, visto que a sua diagonal está distante da linha da igualdade, demonstrando que poucos municípios detêm a metade do PIB.

No que diz respeito à desigualdade, é possível perceber que a agropecuária é a atividade econômica que apresenta o menor grau de concentração em relação aos demais setores e do PIB, ocorrendo o inverso com a indústria, que evidencia grande concentração. O Índice de Gini para o PIB em 2002 foi de 0,77 e 0,78 em 2016, evidenciando concentração econômica.

A Tabela 1 mostra a distribuição do PIB por faixa, segundo a participação relativa dos municípios no total para os anos de 2002 e 2016. Pode-se destacar que em 2002, dos 417 municípios, apenas nove⁷ geravam a metade do PIB da Bahia, permanecendo essa mesma concentração em 2016, agora com oito municípios – essa faixa concentrou 30,8% e 30,4% da população para os anos de 2002 e 2016 respectivamente. Em 2016, pode-se notar que 165 municípios que pertencem à última faixa, como apresentados na tabela, respondem por 5% do PIB e concentram 12,12% da população. Estes números mostram a concentração da geração interna da renda e distribuição espacial desta riqueza.

⁵ Curva de Lorenz serve para representar graficamente a concentração de uma distribuição.

⁶ Índice de Gini mede o grau de concentração de uma distribuição, cujo valor varia de zero (perfeita igualdade) até 1 (desigualdade máxima).

⁷ Municípios que representam, em 2016, 50% do PIB: Salvador, Camaçari, Feira de Santana, São Francisco do Conde, Vitória da Conquista, Lauro de Freitas e Luis Eduardo Magalhães.

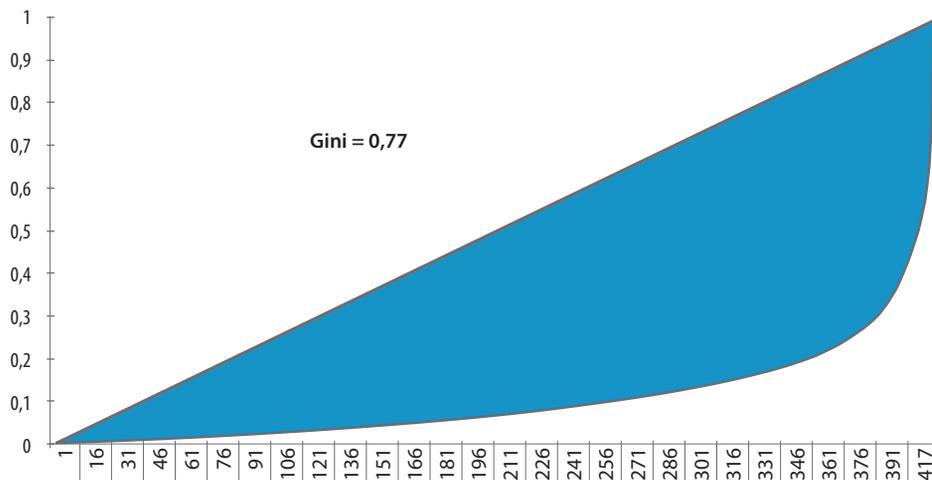


Gráfico 1
Curva de Lorenz do Produto Interno Bruto Municipal – Bahia – 2002

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2016).

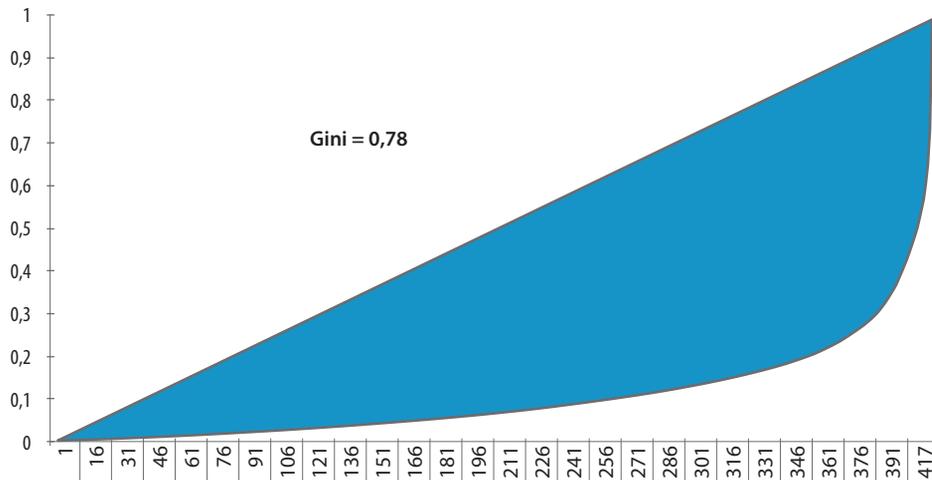


Gráfico 2
Curva de Lorenz do Produto Interno Bruto Municipal – Bahia – 2016

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2016).

Tabela 1
Número de municípios e participação relativa dos municípios e da população segundo as faixas de distribuição do PIB – 2002/2016

Faixas de distribuição do PIB	Número de Municípios	Participação relativa dos municípios (%)	Participação relativa da população (%)	Número de municípios acumulados	Participação relativa acumulada dos municípios %	Participação relativa acumulada da população %
2002						
até 50%	9	2,15	30,81	9	2,15	30,81
De 50% a 75%	40	9,59	18,73	49	11,74	49,54
De 75% a 95%	207	49,65	37,27	256	61,39	86,81
De 95% a 100%	161	38,61	13,19	417	100,00	100,00
2016						
até 50%	8	1,92	30,44	8	1,92	30,44
De 50% a 75%	38	9,11	22,33	46	11,03	52,77
De 75% a 95%	206	49,40	35,12	252	60,43	87,88
De 95% a 100%	165	39,57	12,12	417	100,00	100,00

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016), Suprintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2016).

Municípios que agregam 50% do PIB Municipal

Os municípios que agregam até 50% do PIB (Gráfico 3) devido ao crescimento da participação relativa, ao longo da série, sendo a indústria e serviços os setores responsáveis por esse incremento. As atividades industriais nos setores de produtos químicos, petróleo, automobilístico, metalurgia do cobre, bebidas bem como as atividades do comércio, educação, turismo, alojamento, alimentação, serviços de informação e financeiros são as principais que evidenciam esse crescimento.

Dentre os municípios que apresentaram as maiores variações (Gráfico 4), destaca-se São Francisco do Conde, que apresentou a maior variação nominal dentre os demais, motivada pela atividade do refino, principalmente, seguido por Luís Eduardo Magalhães, com a expansão do agronegócio, e pela atração de empreendimentos industriais, que alavancou o setor de serviços desse município e de outros localizados no seu entorno. Lauro de Freitas e Feira de Santana foram municípios que também apresentaram uma elevada variação nominal, favorecidos pelas atividades de comércio, intermediação financeira, serviço de informação, alojamento e alimentação.

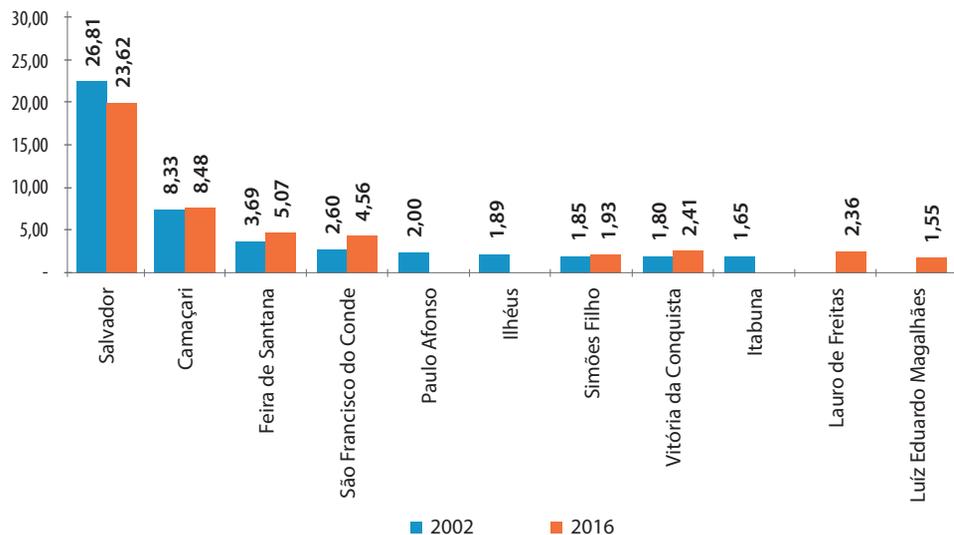


Gráfico 3
Municípios que Agregam 50% do Produto Interno Bruto – Bahia – 2002/2016

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016), Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2016).

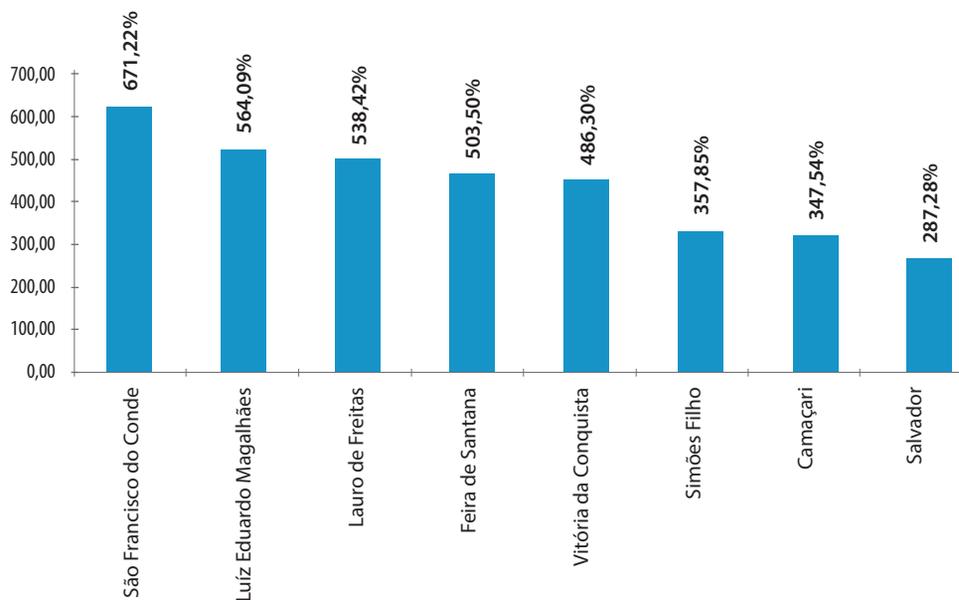


Gráfico 4
Variação dos Municípios que agregam 50% do Produto Interno Bruto – Bahia – 2016/2002

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016), Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2016).

Valor adicionado da agropecuária

Como foi explicitado na seção anterior, esse setor foi o que apresentou menor grau de concentração quando comparado com os demais setores de atividade econômica. No decorrer da série, percebe-se pontos de concentração, por exemplo, na região do oeste, uma região relevante em grãos, e o norte, com a fruticultura e outros pontos de menor relevância, não esquecendo as regiões da silvicultura e pecuária, de grande importância.

A Curva de Lorenz para o valor adicionado da agropecuária evidencia a concentração deste setor na economia estadual. O Índice de Gini em 2002 foi de 0,60 e, em 2016, de 0,57 apresentando uma ligeira queda na concentração. Os gráficos 5 e 6 apresentam a Curva de Lorenz para a agropecuária no período analisado.

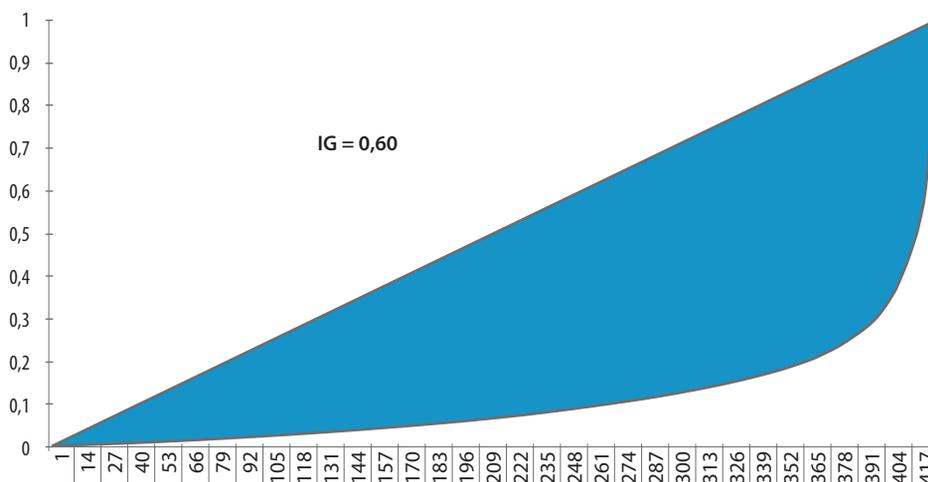


Gráfico 5
Curva de Lorenz do VA da Agropecuária – Bahia – 2002

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2016).

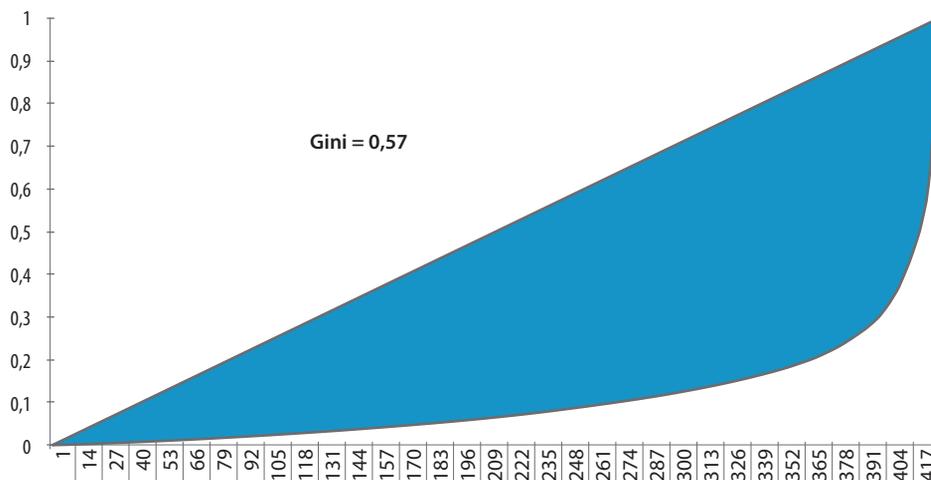


Gráfico 6
Curva de Lorenz do VA da Agropecuária – Bahia – 2016

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2016).

A Tabela 2 mostra a distribuição do valor adicionado da agropecuária por faixa e a participação relativa dos municípios no total da Bahia para os anos de 2002 e 2016. Há evidências de que houve uma leve desconcentração da agropecuária nestes 14 anos ao observa-se que, em 2002, 42 municípios agregavam até 50% do valor adicionado da agropecuária na Bahia e em 2016 este número aumenta para 51 municípios que agregam o mesmo percentual. Ressalta-se que 112 dos municípios baianos agregam apenas 5% do valor adicionado da agropecuária. Os principais municípios que agregam até 50% do valor adicionado da agropecuária estão na região do oeste. Destacam-se os municípios de São Desidério, Formosa do Rio Preto, Barreiras, Correntina e Luís Eduardo Magalhães. Estes municípios se caracterizam pela atração de investimentos produtivos que impulsionaram não apenas o crescimento econômico local, mas de toda a economia estadual. Dentre esses municípios, destaca-se também o município de Rio Real, que não faz parte dessa região, porém tem importância econômica relevante.

Tabela 2
Número de municípios e participação relativa dos municípios e da população segundo as faixas de distribuição do valor adicionado da Agropecuária – 2002/2016

Faixas de distribuição do valor adicionado da Agropecuária	Número de Municípios	Participação relativa dos municípios (%)	Participação relativa da população (%)	Número de municípios acumulados	Participação relativa acumulada dos municípios %	Participação relativa acumulada da população %
2002						
até 50%	42	10,07	18,39	42	10,07	18,39
De 50% a 75%	89	21,34	20,83	131	31,41	39,22
De 75% a 95%	170	40,77	46,71	301	72,18	85,93
De 95% a 100%	116	27,82	14,07	417	100,00	100,00
2016						
até 50%	51	12,23	19,61	51	12,23	19,61
De 50% a 75%	93	22,30	41,93	144	34,53	61,54
De 75% a 95%	161	38,61	26,13	305	73,14	87,67
De 95% a 100%	112	26,86	12,33	417	100,00	100,00

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016), Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2016).

Valor adicionado da indústria

A indústria é o segundo maior setor econômico e de maior concentração no estado. Em termos espaciais, a indústria de transformação está localizada essencialmente na região metropolitana, que detém maior número de municípios por força das atividades de refino, química, indústria do petróleo, diesel, metalurgia e bebidas, dentre outras.

A Curva de Lorenz para o valor adicionado da indústria evidencia concentração deste setor na economia estadual. Em 2002, os municípios onde se observava as maiores concentrações industriais eram Camaçari, Salvador, Simões Filho, Candeias e Paulo Afonso. Este último, único município que não está localizado na região metropolitana e que tem como atividade principal a geração de energia elétrica. Já em 2016, Paulo Afonso, Simões Filho e Candeias saem do *ranking* dos municípios de maior concentração, entrando São Francisco do Conde, pela importância da atividade do refino, e Feira de Santana, pela localização e infraestrutura. É relevante destacar que essa concentração ao longo dos 14 anos se deve, dentre outras, pela solidificação de investimentos industriais na região metropolitana e sua importante localização, junto da capital do estado. O Índice de Gini em 2002 foi de 0,91 e em 2016 de 0,90, mostrando uma leve desconcentração da atividade. Os gráficos 7 e 8 apresentam a Curva de Lorenz para indústria baiana.

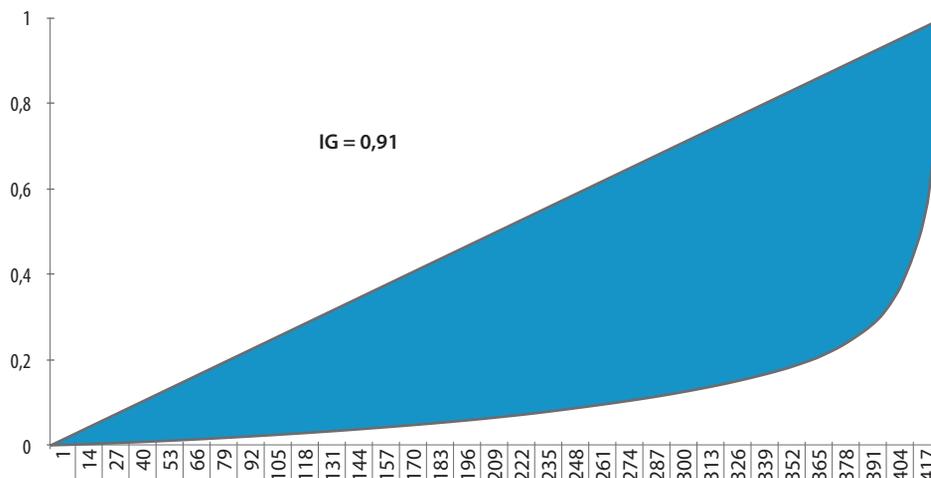


Gráfico 7
Curva de Lorenz do VA da Indústria – Bahia – 2002

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2016).

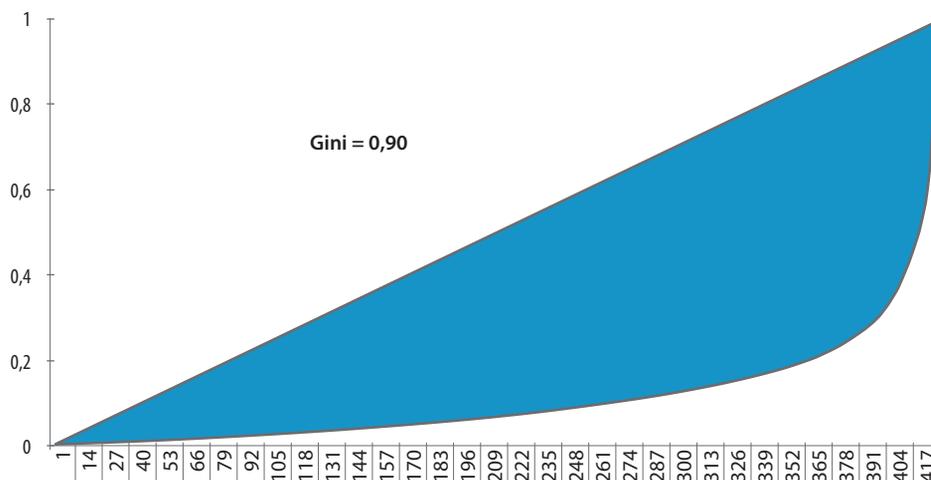


Gráfico 8
Curva de Lorenz do VA da Indústria – Bahia – 2016

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2016).

A Tabela 3 mostra a distribuição do valor adicionado da indústria por faixa e a participação relativa dos municípios no total da Bahia para os anos de 2002 e 2016. Pode-se observar que em 2002, dos 417 municípios, apenas cinco concentravam 50% do valor adicionado da indústria, ou seja, a metade do valor adicionado da indústria, aumentando essa concentração em 2016, quando apenas quatro municípios respondiam por 50% do

valor adicionado do setor. Esta faixa concentrou 22,28% e 25,50% da população baiana para os anos de 2002 e 2016 respectivamente. Em 2016 pode-se notar que 312 municípios respondem por 5% do valor adicionado da indústria e concentram 35,41% da população. Os de municípios de Camaçari, Salvador, Paulo Afonso, Simões Filho e Candeias são os que se destacam nessa atividade. Camaçari, pelo grande aporte industrial nos setores químico e automobilístico; Salvador tem como atividade principal na indústria a construção civil; Paulo Afonso, a hidrelétrica; Simões Filho, a atividade metalúrgica e a indústria de bebidas e, por fim, Candeias, a indústria de biodiesel. Em 2016, Camaçari e Salvador permanecem no mesmo *ranking*.

Tabela 3
Número de municípios e participação relativa dos municípios e da população segundo as faixas de distribuição do valor adicionado da indústria – 2002/2016

Faixas de distribuição do valor adicionado de Indústria	Número de Municípios	Participação relativa dos municípios (%)	Participação relativa da população (%)	Número de municípios acumulados	Participação relativa acumulada dos municípios (%)	Participação relativa acumulada da população (%)
2002						
até 50%	5	1,20	22,28	5	1,20	22,28
De 50% a 75%	11	2,64	10,21	16	3,84	32,49
De 75% a 95%	61	14,63	23,83	77	18,47	56,32
De 95% a 100%	340	81,53	43,68	417	100,00	100,00
2016						
até 50%	4	0,96	25,50	4	0,96	25,50
De 50% a 75%	12	2,88	10,69	16	3,84	36,19
De 75% a 95%	89	21,34	28,40	105	25,18	64,59
De 95% a 100%	312	74,82	35,41	417	100,00	100,00

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016), Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2016).

Valor Adicionado de serviços

O setor serviços é o principal da atividade econômica baiana, representando 69,06% em 2016 do VA total do estado e, devido a essa representatividade, consiste no principal motor da dinâmica da economia dos municípios. A Curva de Lorenz para o valor adicionado dos serviços fica bem próxima à do PIB; o Índice de Gini do PIB em 2002 foi de 0,77 em 2016 0,78, já o de serviços foi 0,76 em 2002 e 0,76 em 2016, demonstrando concentração e estabilidade ao longo do tempo. Os gráficos 9 e 10 apresentam a Curva de Lorenz para o setor de serviços baiano.

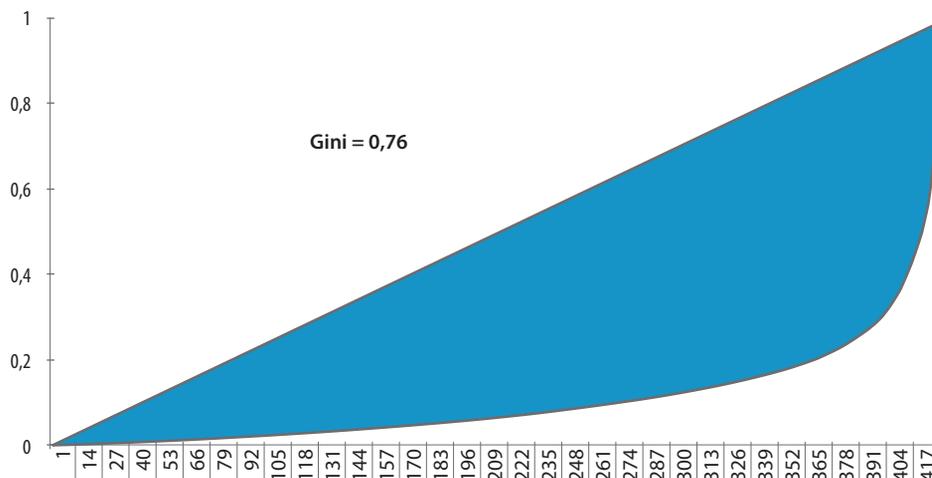


Gráfico 9
Curva de Lorenz do VA de Serviços – Bahia – 2002

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2016).

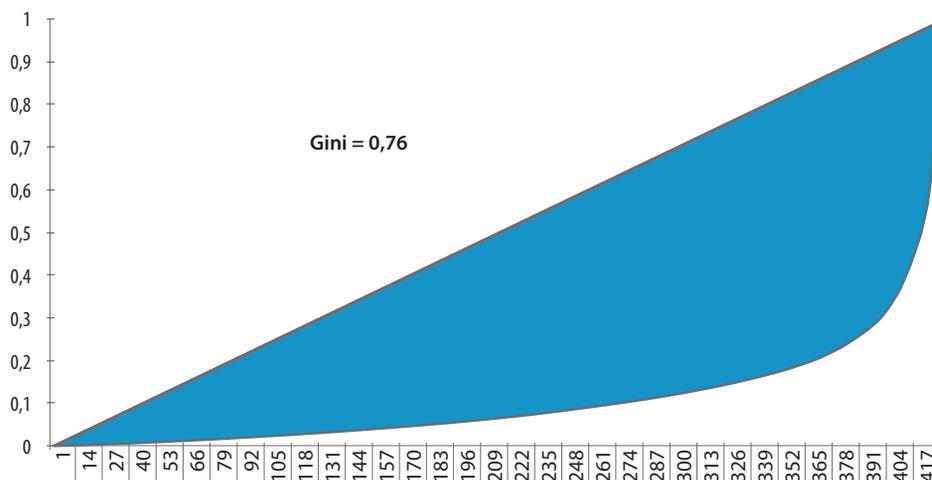


Gráfico 10
Curva de Lorez do VA dos Serviços – Bahia – 2016

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2016).

A Tabela 4 mostra a distribuição do valor adicionado dos serviços por faixa segundo a participação relativa dos municípios no total da Bahia para os anos de 2002 e 2016. Houve modificação na composição dos municípios que agregam até 50% do valor adicionado dos serviços. Em 2002, sete municípios concentravam essa participação no valor adicionado dos serviços e 29,33% da população. Em 2016 observa-se uma pequena desconcentração, pas-

sando para nove municípios que detêm a metade do valor adicionado dos serviços e 32,79% da população; no mesmo ano pode-se notar que 148 municípios respondem por 5% do valor adicionado e concentram 10,13% da população.

Vale ressaltar que os municípios que concentravam em 2002, continuam a concentrar em 2016, porém com a inserção de mais três municípios: Lauro de Freitas, Luís Eduardo Magalhães e Juazeiro, sendo que Itabuna substitui Ilhéus por conta da sua economia, que se torna mais dinâmica. Destaca-se que a maioria dos municípios é da região metropolitana, Salvador como principal e mais importante município do estado, com presença de grandes empresas associadas a este setor e que oferece desde segmentos de turismo, passando pelo comércio até atividades financeiras e administração pública. Camaçari, pela sua relevância econômica, Lauro de Freitas e São Francisco do Conde, pelo comércio e turismo. Luís Eduardo Magalhães, pela característica principal de agronegócio que, conseqüentemente, vai concentrar os principais serviços e agentes de negócios, empresas, bancos dentre outros. Por fim, Juazeiro, com o desenvolvimento da indústria da fruticultura, que proporcionou o crescimento da economia local, impulsionando comércio e pequenos negócios.

Tabela 4
Número de municípios e participação relativa dos municípios e da população segundo as faixas de distribuição do valor adicionado de serviço – 2002/2016

Faixas de distribuição do valor adicionado de Serviços	Número de Municípios	Participação relativa dos municípios (%)	Participação relativa da população (%)	Número de municípios acumulados	Participação relativa acumulada dos municípios %	Participação relativa acumulada da população %
2002						
até 50%	7	1,68	29,33	7	1,68	29,33
De 50% a 75%	49	11,75	23,52	56	13,43	52,85
De 75% a 95%	217	52,04	36,38	273	65,47	89,23
De 95% a 100%	144	34,53	10,77	417	100	100,00
2016						
até 50%	9	2,16	32,79	9	2,16	32,79
De 50% a 75%	46	11,03	23,30	55	13,19	56,09
De 75% a 95%	214	51,32	33,78	269	64,51	89,87
De 95% a 100%	148	35,49	10,13	417	100	100,00

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016), Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2016).

MUNICÍPIOS QUE MUDARAM DE PERFIL ECONÔMICO NO PERÍODO DE 2002 A 2016

Tendo como base os dados relativos às grandes atividades econômicas –agropecuárias, indústrias e serviços –, observa-se na agropecuária os maiores movimentos em termos de estrutura de participação na economia municipal.

Tomando como referencia a representatividade dos setores de atividade nos municípios, para os anos de 2002 e 2016 foi feita uma análise da dinâmica dessas atividades e com base nessa análise é importante mencionar que as mudanças de participação de uma atividade em função de outra nos municípios se dá motivada pelos mais diversos fatores, sejam eles condições climáticas favoráveis ou não, inserção de novas tecnologias, instalação de uma indústria no município, descoberta de uma reserva mineral etc. Essas variações nas participações das atividades econômicas nos municípios podem não só ser observadas em uma série em estudos como também de um ano para outro.

Em 2002, de um total de 174 municípios que tinham o setor agropecuário com 50% ou mais de participação na sua estrutura econômica, apenas oito se mantiveram em 2016 com a mesma significância da agropecuária na estrutura produtiva local. Por outro lado, ao se analisar o setor serviços, observa-se que em 2002 o mesmo tinha maior representatividade (mais de 50%) em 133 municípios; já em 2016 esse grupo cresce para 389 municípios com participação no setor de atividade serviços superior a 50%. Essa dinâmica pode estar diretamente associada a diversos fatores e ações locais como ausência ou presença de investimentos em geral, além das condições climáticas que podem ser também favoráveis ou não, etc. Esses fatores afetam atividades produtivas, principalmente as diretamente relacionadas à agricultura e pecuária, reduzindo também a empregabilidade nessa área. Isto pode ser observado nos movimentos migratórios que acontecem das áreas rurais para as áreas urbanas, tais movimentos motivados principalmente pela falta de água e conseqüentemente falta de emprego, onde se busca novas oportunidades nas atividades terciárias, e também pelas crescentes inovações tecnológicas, relacionadas à informática, inovações organizacionais e novas técnicas de comercialização, são características que enfatizaram mudanças nos setores de atividade.

No setor agropecuário no ano de 2002, 174 municípios tinham participação nessa atividade superior a 50%; em 2016, com essa mesma participação, temos oito municípios apenas. São eles: Mucugê, Jaborandi, Jandaíra, Rio Real, São Desidério, Formosa do Rio Preto, Riachão das Neves e Wenceslau Guimarães. Formosa do Rio Preto, São Desiderio, Riachão das Neves e Jaborandi, localizados no oeste baiano, são municípios produtores de soja e algodão. O município de Mucugê, localizado na Chapada Diamantina, é hoje forte produtor de batata-inglesa e tomate. Jandaíra e Rio Real, localizados no nordeste baiano, têm na fruticultura seu maior potencial (laranja, maracujá e coco) e por fim o município de Wenceslau Guimarães, que é o maior produtor baiano de banana. Na atividade serviços em 2002, 12 municípios tinham participação acima de 75% nessa atividade, já em 2016 esse número

crece para 201 municípios com participação nessa atividade acima de 75%. Essa movimentação nas participações das atividades econômicas nos municípios pode ser observada nos cartogramas anexo.

Na Tabela 5, pode-se perceber algumas principais mudanças de participação de 2002 para 2016 e essas mudanças se fizeram mais presentes na atividade agropecuária. Municípios como Adustina, Coronel João Sá e Sítio do Quinto, que tinha em 2002 a agropecuária como principal atividade, em 2016 a principal atividade passa a ser serviços. São municípios produtores de feijão e milho, que apresentaram redução das áreas plantadas, isso pode estar diretamente relacionado aos fatores climáticos e preços, proporcionando essa mudança de atividade econômica principal no município. Diante do exposto, a estiagem foi o fator de maior contribuição para desaceleração nas atividades agrícola e pecuária, variando de município para município. Por outro lado, pela importância do setor de serviços, no aspecto das atividades terciárias e do trabalho informal que é bastante relevante, isso somado ao crescimento das seguintes atividades: administração pública, atividades imobiliárias, comércio e turismo, que contribuíram para que esses municípios apresentassem esse setor como de maior relevância.

Um exemplo é o município de Nova Viçosa, localizado no extremo sul da Bahia, onde se observou uma inversão significativa nos setores de atividades; nesse caso, os serviços que antes representavam 18% em 2002 passam para 75% da atividade econômica em 2016. Esse movimento foi incentivado pelas vocações turísticas, por exemplo, a exploração do ecoturismo, proporcionando desenvolvimento econômico no município. Outras atividades como administração pública, imobiliária e a expansão do comércio foram determinantes para a mudança de participação das atividades nesse município.

O município de Conceição de Jacuípe, que aumentou a participação do setor industrial devido à instalação de uma indústria de eletrodomésticos; Iraquara, localizado na microrregião da Chapada Diamantina, também mudou o perfil de participação dos setores econômicos em função do seu acervo turístico natural e pela implantação da indústria de biodiesel.

Tabela 5
PIB Municipal Peso das atividade em alguns municípios – Bahia – 2002/2016

Municípios	2016 (1)			2002		
	Agropecuária	Indústria	Serviços	Agropecuária	Indústria	Serviços
Abaira	0,20	0,06	0,75	0,65	0,07	0,28
Adustina	0,15	0,05	0,81	0,78	0,05	0,17
América Dourada	0,26	0,07	0,67	0,65	0,07	0,27
Araças	0,09	0,23	0,67	0,03	0,74	0,23
Barro Alto	0,11	0,05	0,84	0,66	0,06	0,28
Barrocas	0,05	0,51	0,44	0,52	0,11	0,36
Caatiba	0,28	0,05	0,67	0,67	0,05	0,28
Cafarnaum	0,10	0,39	0,51	0,65	0,06	0,29
Catu	0,02	0,10	0,88	0,03	0,60	0,37
Conceição do Jacuípe	0,02	0,70	0,28	0,15	0,20	0,65
Conde	0,16	0,17	0,67	0,68	0,06	0,26
Coronel João Sá	0,16	0,05	0,79	0,75	0,06	0,19
Feira da Mata	0,23	0,06	0,71	0,75	0,05	0,20
Gentio do Ouro	0,02	0,63	0,35	0,61	0,05	0,34
Guajeru	0,22	0,07	0,72	0,66	0,05	0,28
Ibiquera	0,19	0,04	0,76	0,73	0,04	0,23
Ibititá	0,12	0,08	0,80	0,66	0,08	0,26
Iraquara	0,10	0,35	0,55	0,69	0,06	0,25
Iuiú	0,25	0,05	0,70	0,65	0,10	0,25
Jaguarari	0,03	0,20	0,78	0,02	0,65	0,34
Jussiape	0,21	0,06	0,72	0,68	0,06	0,26
Lafaiete Coutinho	0,25	0,05	0,70	0,77	0,03	0,20
Lajedinho	0,10	0,05	0,85	0,14	0,69	0,18
Lajedo do Tabocal	0,26	0,08	0,66	0,68	0,07	0,24
Malhada	0,25	0,05	0,70	0,71	0,06	0,23
Mulungu do Morro	0,11	0,05	0,83	0,67	0,06	0,26
Nova Viçosa	0,15	0,10	0,75	0,75	0,07	0,18
Paratinga	0,16	0,05	0,80	0,66	0,05	0,29
Paulo Afonso	0,02	0,47	0,51	0,01	0,85	0,14
Pedro Alexandre	0,24	0,03	0,73	0,74	0,06	0,20
Pojuca	0,01	0,47	0,52	0,02	0,70	0,27
Rio de Contas	0,23	0,05	0,72	0,65	0,05	0,30
Sebastião Laranjeiras	0,25	0,04	0,71	0,70	0,06	0,24
Sento Sé	0,19	0,32	0,49	0,57	0,10	0,34
Sítio do Quinto	0,13	0,05	0,82	0,76	0,06	0,18
Tapiramutá	0,26	0,05	0,68	0,68	0,09	0,23
Teofilândia	0,06	0,08	0,86	0,03	0,72	0,25

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.

Nota: (1) Dados sujeitos a retificação.

Vale destacar ainda os municípios que tiveram a sua vocação natural pautada na indústria extrativa mineral, que atraiu investimentos de empresas privadas, proporcionando ao setor industrial ganho de participação. Dentre estes, se pode citar os municípios de Itagibá, Barrocas e Cairu. Outra atividade importante que tem agregado valor ao setor industrial de alguns municípios é a de parques eólicos, que desde sua instalação tem dinamizado as atividades de serviços e geração de energia eólica, influenciando diretamente na dinâmica econômica dos municípios. Dentre estes, se destacam Sento Sé, Cafarnaum e Gentio do Ouro.

Municípios que perderam participação significativa na indústria foram os que apresentaram desaceleração na extração de petróleo, como Araçás, Mata de São João, Catu, e crescimento das atividades relacionadas a serviços, como administração pública, imobiliárias, destacando o município de Mata de São João, que atraiu investimentos pelo potencial turístico, com toda infraestrutura de hospedagem e culinária, bem como o atrativo das praias ali localizadas.

O setor terciário é sem dúvida o que mais absorve atividades de outros setores, por abranger bens e prestações de serviços e atividades de comércio, que o torna relevante para toda economia. Ao longo da série observa-se que este setor foi o que agregou peso, seja pelo aumento da administração pública, pelo crescimento das atividades imobiliárias, pelo dinamismo na exploração de riquezas naturais, pelo turismo, pelas novas técnicas de comercialização e trabalho informal, que é bastante relevante nesse setor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises apresentadas no presente estudo, conclui-se que os municípios apresentam grande sensibilidade a qualquer fato que venha ocorrer no mesmo. Fatores climáticos favoráveis ou não, instalação ou fechamento de uma indústria, obras de infraestrutura etc., esses acontecimentos vão movimentar a economia local de forma positiva ou negativa e isso pode ser observado na leitura acima. A atividade de geração de energia eólica, por exemplo, vem movimentando positivamente a economia local e seu entorno, assim como os municípios produtores de petróleo apresentaram uma desaceleração nessa atividade. Sendo assim, é determinante para expansão da atividade econômica municipal investimentos nos mais diversos setores de atividades nos quais o município já apresenta uma vocação natural.

REFERÊNCIAS

- BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. *Quadro macroeconômico Brasil e Nordeste: 2000 a 2010*. [Fortaleza]: BNB, 2012. Disponível em: https://www.bnb.gov.br/documents/88765/89729/indicadores_macroeconomicos_brasil_nordeste_fev12.pdf/d6a134e4-99c0-472f-a244-d771397550c5. Acesso em: 18 abr. 2018.
- BROMLEY, R. O processo de planejamento: lições do passado e um modelo para o futuro. In: BROMLEY, R.; BUSTELO, E. (org.). *Política versus técnica no planejamento: perspectivas críticas*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- CLÉSIA, M. D. *Café: histórico, negócios e elite*. São Paulo: Olho d'Água, 2004.
- DIAS, C. O que é vocação? In: PORTAL Administradores Negócios Digitais. João Pessoa, 17 abr. 2019. Disponível em: <https://administradores.com.br/artigos/o-que-e-vocacao>. Acesso em: 19 abr. 2019.
- DINIZ, J. A.; DUARTE, A. C. (coord.). *A região cacauzeira da Bahia*. Recife: SUDENE, 1983.
- FONSECA, A. C. *Aspecto do desenvolvimento regional do recôncavo no sul baiano: o caso do município de Cachoeira – Bahia - Brasil*. 2006. 343 f. Tese (Doutorado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Regional) - Faculdade de Geografia e História, Universidade de Barcelona, Barcelona, 2006. Disponível em: https://www.tdx.cat/bitstream/handle/10803/1950/01.ACNO_THESE.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 8 maio 2018.
- GUIMARÃES NETO, L. *Introdução à formação econômica do Nordeste*. Recife: Massangana, 1997.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Estimativas preliminares para 1º de julho de 2011*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2011/estimativa.shtm>. Acesso em: 21 dez. 2011a.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Participação das Grandes Regiões e Unidades da Federação no Produto Interno Bruto 2005-2009*. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2009/tabelas_pdf/tab02.pdf. Acesso em 21 dez. 2011b.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Sistema de Contas Nacionais Brasil: Brasil: ano de referência 2010*. 3. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. 229 p. (Relatórios metodológicos, 24).
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Brasil em desenvolvimento 2010: Estado, planejamento e políticas públicas*. Brasília: IPEA, 2010a. v. 1. (Brasil: o estado de uma nação).
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Infraestrutura econômica no Brasil: diagnósticos e perspectivas para 2025*. Brasília: IPEA, 2010b. v. 1.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Infraestrutura social e urbana no Brasil: subsídios para uma agenda de pesquisa e formulação de políticas públicas*. Brasília: IPEA, 2010c. v. 2.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Inserção internacional brasileira: temas de política externa*. Brasília: IPEA, 2010d.
- LOMANTO NETO, R. *Caracterização da degradação e resposta de pastagens com Brachiaria decumbens Stapf: à interação de N:P na região de Amargosa - BA*. 2002. 131 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Agrárias) – Universidade Federal da Bahia, Cruz das Almas, 2002.
- MACHADO, B. B.; VIEIRA, E. T. Aspectos do crescimento econômico e do desenvolvimento humano

no município de Jambuí na década de 2000. *Revista Competitividade e Sustentabilidade*, Paraná, v. 3, n. 2, p. 1-13, jul./dez. 2016. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/comsus/article/download/14742/11021>. Acesso em: 18 abr. 2018.

MENEZES, E. O. *Seca no Nordeste: desafios e soluções*. 3. ed. São Paulo: Atual, 2002.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL 2011: culturas temporárias e permanentes. Rio de Janeiro: IBGE, v.38, 2011. 94 p.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL 2012: culturas temporárias e permanentes. Rio de Janeiro: IBGE, v.39, 2012. 98 p.

SANDRONI, P. *Novíssimo dicionário de economia*. São Paulo: Best Seller, 1999.

SANTOS, J. P. C.; SILVA, K. M.; PEREIRA, S. M. Interiorização produtiva e novos vetores de crescimento econômico na Bahia. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v.26, n.1, p. 109-119, jan./jun. 2016.

SANTOS, M. *A natureza do espaço habitado*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SANTOS, M. *A região de Amargosa*. Salvador: CPE, 1963.

SANTOS, M. *Economia espacial: críticas e alternativas*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2003.

SANTOS, M. *Espaço e método*. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1997.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. São Paulo: Record, 2000.

SASSEN, S. *As cidades na economia mundial*. São Paulo: Nobel, 1998.

SOUZA, M. L. de. Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. (org.). *Geografia conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

WEBER, M. Capitalismo e sociedade rural na Alemanha. In: WEBER, M. *Ensaios de Sociologia*. 5. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1979.

INSTRUMENTOS DE CONTAS REGIONAIS A SERVIÇO DO PLANEJAMENTO - AS TABELAS DE RECURSOS E USOS E A MATRIZ DE INSUMO-PRODUTO DA BAHIA

Desde de 2012, a Coordenação de Contas Regionais e Finanças Públicas (Coref), da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), vem realizando um esforço crescente de ampliação e fortalecimento do Sistema de Contas Regionais (SCR) do Estado da Bahia. Em 2013, este processo se aprofundou com a construção das Tabelas de Recursos e Usos (TRU).

As primeiras TRU para o estado da Bahia foram elaboradas por meio de contratação de uma consultoria externa, tendo 2009 como ano de referência. Deste processo de construção surgiram os primeiros esforços no sentido de internalizar no corpo técnico da própria coordenação a metodologia de elaboração das TRU estaduais. A partir de 2014 iniciou-se então a construção de novas TRU, construídas internamente no âmbito da SEI.

Juntamente com a construção das novas TRU, realizou-se o processo de migração do Sistema de Contas Nacionais (SCN) e do SCR para o ano de referência 2010. Esta mudança promovida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) teve como objetivo seguir as novas recomendações internacionais com base no *System of National Accounts* (SNA) 2008 e adequar o SCN e o SCR à Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) 2.0.

Assim, as novas TRU elaboradas no âmbito da SEI foram construídas para o ano de 2012, já incorporando as alterações promovidas pelo IBGE no SCN e SCR e utilizando a CNAE 2.0. Mas as mudanças da nova TRU vão além da nova base de referência promovida pelo IBGE. As novas TRU, em sua versão completa (que inclui a conta de Valor Adicionado Bruto), apresentam uma abertura de 15 setores de atividades e produtos, em contraste com os 12 setores e produtos da TRU 2009, permitindo uma melhor análise da dinâmica das atividades que compõem o segmento de serviços. Em sua versão mais desagregada, as TRU 2012 apresentam uma compatibilização entre setores de atividades e produtos, que passam a ser 41 cada, configurando em uma matriz quadrada, o que facilita o processo de análise dos fluxos econômicos do estado e de geração de Matrizes de Insumo-Produto, sem necessidade de adaptações. Outras alterações de cunho mais técnico incluem a adoção da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) 2008/2009, trazendo uma leitura mais atual da estrutura de consumo das famílias; a substituição da Declaração de Apuração Mensal do ICMS (DMA) pela Nota Fiscal Eletrônica, trazendo uma leitura mais assertiva dos fluxos de comércio interestaduais; adoção do Censo Agropecuário 2006; consumo intermediário ajustado biproportionalmente, trazendo maior fidedignidade à realidade estadual.

Após a elaboração das TRU 2012, iniciou-se prontamente a elaboração das Matrizes de Insumo-Produto (MIP) estaduais. A utilização das TRU como matéria-prima principal das MIP estaduais reduz alguns dos problemas causados pela estimação de matrizes regionais, por meio da regionalização de matrizes nacionais. Na ausência de TRU, a construção de MIP e demais Matrizes de Relações Intersectoriais (MRI) para o estado da Bahia (e demais estados da Federação), ficavam a cargo de técnicas de regionalização de matrizes nacionais como o Método do Quociente Locacional (QL) e o Método RAS. Entretanto, como muitos destes métodos tratam de ajustes realizados na matriz Brasil, em casos de diferenças grandes entre a estrutura produtiva nacional e a estrutura produtiva estadual estas estimações podem gerar distorções que podem enviesar as análises de Insumo-Produto, reduzindo o nível de confiança dos dados estimados. Neste sentido, para elaboração de MIP para a Bahia é imprescindível a utilizações de TRU robustas, que traduzam o mais próximo possível a realidade da economia do estado. Todos os esforços da SEI no sentido de aperfeiçoar a elaboração das TRU se justificam pela sua importância neste processo.

Este trabalho apresenta, assim, os resultados dos esforços desenvolvidos pela SEI no sentido de melhorar a leitura sobre a realidade e os fluxos de bens e serviços da economia baiana, trazendo aspectos de construção das TRU e MIP da Bahia e algumas análises possibilitadas pelo instrumental disponibilizado. A utilização de instrumentos robustos e consolidados, como as TRU e a MIP, na análise econômica, é imprescindível para o melhor planejamento da ação do estado na economia.

TABELAS DE RECURSOS E USOS

As Tabelas de Recursos e Usos retratam a estrutura produtiva (fluxo de bens e serviços), a demanda final e a absorção da renda gerada na economia em torno dos setores de atividade econômica. Por meio delas, é possível estimar o Produto Interno Bruto (PIB) da economia pelas óticas do produto, da despesa e da renda. A construção das TRU é fundamentada em dois pilares: as atividades (conjuntos de agentes do processo produtivo) e os produtos (conjunto de bens e serviços).

A unidade básica considerada na análise do processo de produção é a unidade produtiva (unidade local), definida como o local físico onde se realiza uma única atividade econômica. As atividades são compostas a partir da agregação de estabelecimentos com estruturas relativamente homogêneas de consumo e produção. Em alguns casos, a unidade de produção coincide com a empresa; quando, no entanto, esta tem uma produção diversificada, é desmembrada em unidades locais, podendo cada qual ser classificada numa atividade distinta. Por sua vez, mesmo desenvolvendo uma única atividade, os estabelecimentos podem produzir acessoriamente, por necessidade de ordem técnica ou questões de mercado, produtos típicos de outras atividades; neste caso, os estabelecimentos são classificados em função

de sua produção principal, resultando, assim, uma produção secundária de produtos não característicos de sua atividade principal.

Nas TRU são mostradas, detalhadamente, a forma pelo qual o Valor Bruto da Produção (VBP), o Consumo Intermediário (CI) e a renda gerada no processo de produção são repartidos por cada setor de atividade econômica em um dado ano. Há, ainda, a visualização dos produtos produzidos e dos produtos utilizados como insumos por cada um dos setores, permitindo acompanhar a mudança dos coeficientes técnicos das atividades econômicas e servindo de base para a construção de matrizes insumo-produto.

TRU BAHIA 2012

As últimas TRU construídas para a Bahia são referentes ao ano de 2012. Em sua versão completa, com as Tabela de Recursos, Tabela de Usos e os Componentes do Valor Adicionado, as TRU apresentam dados para 15 setores e produtos, conforme listagem no quadro a seguir:

Quadro 1	
Relação de Setores e Produtos da TRU 2012: 15x15	
1	Agropecuária
2	Indústria extrativa
3	Indústrias de transformação
4	Produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana
5	Construção civil
6	Comércio e serviços de manutenção e reparação
7	Transportes, armazenagem e correio
8	Serviços de informação
9	Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados
10	Atividades imobiliárias e aluguéis
11	Serviços de alojamento e alimentação
12	Serviços prestados às empresas
13	Saúde e educação mercantis
14	Serviços prestados às famílias e associativas e serviços domésticos
15	Serviço público e seguridade social, saúde e educação públicas

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2018b).

Na sua versão mais desagregada, as TRU 2012 são divulgadas em uma abertura de 41 produtos e setores, com os dados da Tabela de Recursos e da Tabela de Usos, sem informação para os Componentes do Valor adicionado.

Quadro 2
Relação de Setores e Produtos da TRU 2012: 41x41

1	Cultivo de cereais
2	Cultivo de algodão herbáceo
3	Cultivo de cana-de-açúcar
4	Cultivo de soja
5	Cultivo de outros produtos da lavoura temporária
6	Cultivo de laranja
7	Cultivo de café
8	Cultivo de outros produtos da lavoura permanente
9	Pecuária, pesca e aquicultura
10	Produção florestal
11	Petróleo e gás natural
12	Outros da indústria extrativa
13	Alimentos, bebidas e fumo
14	Têxtil, vestuário e couros
15	Madeira e celulose
16	Refino de petróleo
17	Álcool e biocombustíveis
18	Produtos químicos
19	Perfumaria, higiene e limpeza
20	Produtos farmacêuticos
21	Borracha e plásticos
22	Outros produtos de minerais não metálicos
23	Metalurgia e produtos de metal
24	Máquinas para escritórios, informática e comunicação
25	Máquinas e materiais elétricos
26	Máquinas e equipamentos industriais
27	Automóveis e peças para veículos
28	Outros equipamentos de transporte
29	Móveis e indústrias diversas
30	Eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana
31	Construção civil
32	Comércio
33	Transporte, armazenagem e correio
34	Alojamento e alimentação
35	Serviços de informação
36	Intermediação financeira
37	Atividades imobiliárias e aluguéis
38	Serviços prestados às empresas
39	Administração pública
40	Saúde e educação mercantis
41	Serviços prestados às famílias

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2018b).

Além de permitir uma leitura do PIB do estado pelas três óticas (produção, demanda e renda), as Tabelas de Recursos e Usos possibilitam a realização de algumas análises sobre a estrutura econômica do estado, que podem subsidiar o planejamento. Por exemplo, observando a tabela 15x15 e os dados do VBP, do CI e do Valor Adicionado (VA) para cada um dos 15 setores, temos que, as empresas que compõem o setor das Indústrias de Transformação apresentaram agregadamente as maiores cifras para o Valor Bruto de Produção e para o Consumo Intermediário. Entretanto, enquanto o VBP gerado pelo setor correspondeu a pouco mais de 31% de todo o VBP do estado em 2012, o CI correspondeu a 52% do total do valor do consumo intermediário do estado. Este fato fez com que, mesmo exibindo o maior valor de VBP de todo o estado, o setor Indústrias de Transformação apresentasse apenas a sétima colocação em relação ao Valor Adicionado em 2012. Despencou de 31% de todo o VBP criado em 2012 para apenas 7% do VA do estado. Esta informação reflete a constatação dos altos custos envolvidos nas Indústrias de Transformação baiana. Essas e demais relações entre VBP, CI e VA podem ser visualizadas na Tabela 1.

Setor	VBP		CI		VA	
	Valor	Pos.	Valor	Pos.	Valor	Pos.
Agropecuária	20.969	5	8.190	5	12.779	5
Indústria Extrativa	10.266	11	4.078	10	6.187	9
Indústrias de Transformação	110.625	1	100.054	1	10.571	7
Produção e Distribuição de Eletricidade, Gás, Água, Esgoto e Limpeza Urbana	13.049	9	7.638	6	5.410	10
Construção Civil	27.475	4	14.503	2	12.972	4
Comércio e Serviços de Manutenção e Reparação	31.393	3	10.287	4	21.106	2
Transporte, Armazenagem e Correio	14.757	8	7.068	7	7.689	8
Serviços de Alojamento e Alimentação	11.487	10	6.927	8	4.561	14
Serviços de Informação	6.460	15	3.587	11	2.874	15
Intermediação Financeira, Seguros e Previdência Complementar e Serviços Relacionados	8.443	13	3.433	12	5.010	13
Atividades Imobiliárias e Aluguéis	18.444	6	1.490	15	16.954	3
Serviços Prestados às Empresas	15.559	7	4.740	9	10.819	6
Administração, Saúde e Educação Públicas e Seguridade Social	45.061	2	13.015	3	32.046	1
Saúde e Educação mercantis	8.540	12	3.421	13	5.119	12
Serviços Prestados às Famílias e Associativas e Serviços Domésticos	8.256	14	3.059	14	5.198	11

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2018b).

A observação dos dados da Tabela 1, conjuntamente com o gráfico 1, permite uma visão mais clara sobre a relação entre VBP, CI e VA em cada um dos 15 setores em 2012 e o peso de cada setor na economia do estado, como uma medida da importância relativa de cada um em 2012.

Além da análise setorial, as TRU permitem uma visualização da composição do PIB. Do ponto de vista da demanda, seus componentes apresentam a seguinte configuração: 63% da riqueza produzida pelo estado em 2012 corresponderam ao Consumo das Famílias e Instituições Sem Fins Lucrativos a Serviço das Famílias (ISFLSF); 25% deveu-se ao Consumo da Administração Pública e 18% ao investimento (Formação Bruta de Capital Fixo). As exportações líquidas (total das exportações subtraído do total das importações) apresentaram valores negativos em 2012, assim como a variação de estoques no período.

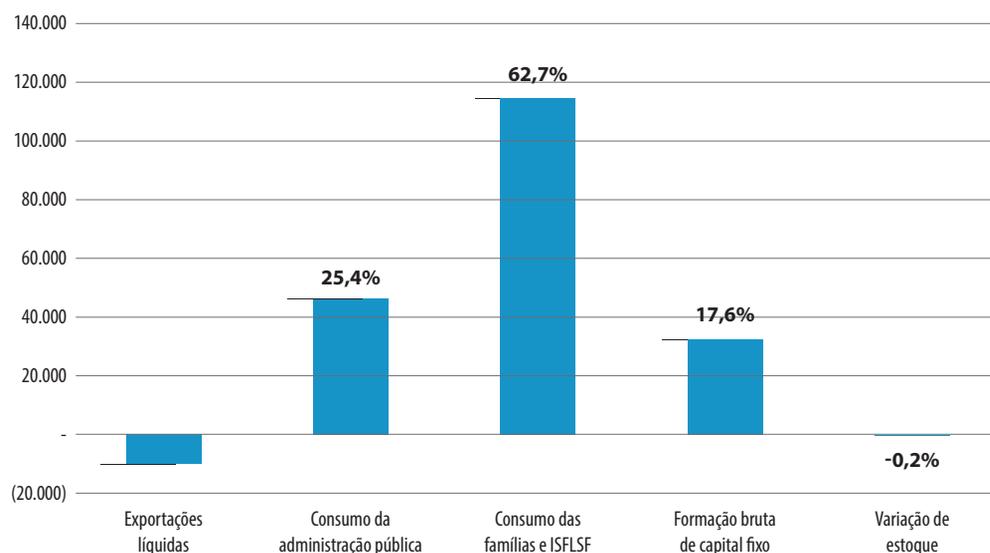


Gráfico 1
Composição do PIB baiano pela ótica da demanda – 2012

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2018b).

Analisando-se apenas a demanda final, que em 2012 girou em torno da casa dos R\$ 294 bilhões, visualiza-se a seguinte configuração: 39% da demanda final foi composta por Consumo das Famílias e Instituições Sem Fins Lucrativos à Serviço das Famílias (ISFLSF), 27% foi oriundo das exportações para outros estados da Federação, 16% corresponderam ao consumo da administração pública, 11% aos investimentos (Formação Bruta de Capital Fixo), 7% às exportações para outros países e uma parcela irrisória com a variação de estoques. Estes números são ilustrados pelo Gráfico 3 abaixo.



Gráfico 2
Composição demanda final – 2012

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2018b).

Outras informações extraíveis das Tabelas de Recursos e Usos são os dados sobre produtividade do trabalho e remuneração média do trabalho, podendo comparar os resultados setoriais de ambas as variáveis. Utilizando o VA como uma medida do valor gerado pelas empresas pertencentes aos setores de atividade econômica e a variável Fator Trabalho (ocupações) como a medida do total de pessoal ocupado por setor, temos que a produtividade média do trabalho por setor das TRU pode ser calculada pela seguinte expressão (DÍAZ ABRAMO, 2014):

$$PMe_{trabalho} = \frac{\text{valor adicionado}}{\text{pessoal ocupado}}$$

Com base nisso, a relação dos setores de atividade econômica divulgadas nas TRU para 2012 e suas respectivas taxas de produtividade média podem ser vistas na Tabela 2:

Tabela 2
Produtividade média do trabalho – Setores de atividade das TRU – 2012

Setor	Produtividade (em R\$ 10.000)	Posição
Agropecuária	1,20	13
Indústria extrativa	29,79	2
Indústrias de transformação	2,61	8
Produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana	17,37	3
Construção civil	2,18	10
Comércio e serviços de manutenção e reparação	1,69	12
Transporte, armazenagem e correio	2,60	9
Serviços de alojamento e alimentação	1,16	14
Serviços de informação	6,02	5
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados	14,34	4
Atividades imobiliárias e aluguéis (1)	110,60 (1)	1(1)
Serviços prestados às empresas	3,23	7
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social	5,96	6
Saúde e educação mercantis	2,03	11
Serviços prestados às famílias e associativas e serviços domésticos	0,66	15

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2018b).

Nota: (1) Os valores registrados para o setor de Atividades Imobiliárias e Aluguéis incluem os valores de alugueis imputados, ou seja, valores estimados de quanto os proprietários dos imóveis em que residem receberiam se os alugassem, segundo metodologia do IBGE com base no SNA.

Com relação ao resultado dos cálculos, uma ressalva deve ser feita ao setor de Atividades Imobiliárias e Aluguéis. Segundo metodologia elaborada pelo SNA e seguida pelo IBGE, são computados nessa conta os valores referentes aos alugueis imputados, ou seja, valores estimados de quanto os proprietários dos imóveis em que residem receberiam se os alugassem. Deste modo, parte do valor “produzido” pelo setor não circula efetivamente na economia, gerando uma espécie de “superestimação” da produção efetiva do setor.

Paralela à análise da produtividade, pode-se analisar a relação do salário médio anual por trabalhador, para cada um dos setores, conforme segue a Tabela 3.

Tabela 3
Salário médio anual – Setores de atividade das TRU – 2012

Setor	Salário médio anual	Rank
Agropecuária	1.731,60	15
Indústria extrativa	81.433,49	1
Indústrias de transformação	16.799,77	6
Produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana	28.116,48	4
Construção civil	8.908,43	10
Comércio e serviços de manutenção e reparação	6.615,49	12
Transporte, armazenagem e correio	11.081,61	9
Serviços de alojamento e alimentação	4.307,74	14
Serviços de informação	18.807,50	5
Intermediação financeira, seguros e previdência Complementar e serviços relacionados	62.396,04	2
Atividades imobiliárias e aluguéis	6.887,22	11
Serviços prestados às empresas	14.124,06	7
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social	41.640,86	3
Saúde e educação mercantis	13.844,01	8
Serviços prestados às famílias e associativas e serviços domésticos	4.592,87	13

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2018b).

Comparando os números de produtividade média do trabalhador da Tabela 2 com os dados de salário médio anual da Tabela 3, percebe-se que há uma relação bem próxima entre estas variáveis. Os setores da economia baiana que apresentam as maiores produtividades do trabalho tendem a ser os que pagam os maiores salários.

Além de permitir estas e outras análises diretas, as TRU se constituem na principal fonte de dados de elaboração das matrizes de insumo-produto, outro instrumento extremamente poderoso de análise das relações econômicas do estado.

MODELO DE INSUMO-PRODUTO

O modelo de insumo-produto ficou famoso a partir dos trabalhos desenvolvidos por Wassily Leontief na década de 1930. Nesses trabalhos, Leontief retratou, com dados estatísticos reais, como os diversos setores da economia dos Estados Unidos se relacionavam e o comportamento da estrutura produtiva do país. Para Leontief, as economias podem ser descritas por meio de um sistema integrado de fluxos de insumos e produtos entre seus diversos setores.

As matrizes que compõem o modelo de insumo-produto são ferramentas de extrema importância para o planejamento de qualquer unidade federativa. A partir dos seus dados se torna possível a realização de uma série de estudos econômicos, como análises de impactos sobre emprego, arrecadação, preços, renda, exportações, produção e de efei-

tos sinérgicos entre os setores da economia. É possível, também, medir efeitos multiplicadores de intervenções de política pública e construir cenários prospectivos para a economia do estado.

MODELO DE INSUMO-PRODUTO PARA A BAHIA 2012

Algumas das principais matrizes que compõem o modelo de insumo-produto, as Matrizes de Relações Intersetoriais (MRI) e que foram calculadas para a economia baiana são: Matriz dos Coeficientes Técnicos, Matriz de Impactos Indiretos e Matriz Inversa de Leontief. É a partir destas matrizes que são elaborados indicadores que permitem a realização das análises de insumo-produto.

A principal base de dados para a elaboração das matrizes de relações intersectoriais da Bahia para 2012 foram as tabelas de recursos e usos. Das TRU 2012, foram utilizados os dados referentes à Produção das Atividades (VBP), dentro da Tabela de Recursos de bens e serviços, e os dados de Consumo Intermediário das Atividades (CI), da Tabela de Usos de bens e serviços, ambos referentes às TRU para 41 setores. Destas informações, foram criadas duas matrizes: a matriz de produção (P) – com os dados de produção das atividades, e a matriz de insumos (Q) – com os dados de consumo intermediário das atividades. Estas duas matrizes apresentam a mesma desagregação setorial que as TRU, 41 setores de atividades e 41 produtos.

Da matriz P (produção), são extraídos dois vetores. O primeiro, o vetor de produção total por produto (q_p). O segundo, o vetor de produção setorial (q_s), sendo:

$$P = p_{ij} \quad Q = q_{ij}$$

tal que,

$$q_p = \sum_{j=1}^m p_{ij} \quad q_s = \sum_{i=1}^n p_{ij}$$

com $i = 1, 2, \dots, n$ e $j = 1, 2, \dots, m$

onde:

p_{ij} = valor da produção do produto i produzido pelo setor j ;

q_{ij} = valor do consumo intermediário do produto i por parte do setor j ;

n = número de produtos produzidos;

m = número de setores de atividades;

q_p = vetor de produção total por produto;

q_s = vetor de produção setorial.

Assim, partindo-se destas duas matrizes e dos dois vetores e seguindo a metodologia baseada nas hipóteses de *market-share* e de tecnologia do setor, constrói-se duas novas matrizes: a matriz de *market-share* (MS) e a matriz de estrutura de insumos (J).

A matriz de *market-share* (MS) tem como objetivo apontar a participação de cada setor na produção dos produtos da economia. A hipótese de *market-share* e a matriz subjacente a ela partem da percepção de existência de produção simultânea de um mesmo produto por diferentes setores e da produção de produtos diferentes por um mesmo setor. A matriz de *market-share* informa, assim, a proporção com que cada um dos produtos da economia se origina de cada um dos setores. Seus valores são obtidos por meio da pós-multiplicação do vetor q_p (vetor de produção total por produto), diagonalizado e invertido, pela matriz de produção P (AQUINO, 2004):

$$MS = P \cdot (q_p)^{-1}$$

A matriz de estrutura de insumos (J), por sua vez, explicita a proporção em que cada um dos produtos é insumido na produção dos diferentes setores de atividade. Sua utilização advém da adoção da hipótese de tecnologia de setor, apontando as relações entre os diversos setores da economia. O cálculo da matriz de estrutura de insumos (J) é feito por meio da pré-multiplicação do vetor de produção setorial (q_s), diagonalizado e invertido, pela matriz de insumos (Q):

$$J = Q \cdot (q_s)^{-1}$$

É por meio dessas duas matrizes que é gerada a matriz tecnológica ou matriz de coeficientes técnicos (A), que representa a base para os cálculos envolvendo as análises de insumo-produto. Matematicamente, a Matriz Tecnológica é calculada pela multiplicação da matriz de *market-share* (MS) pela matriz de estrutura de insumos (J).

$$A = MS \cdot J$$

Ou de forma desagregada:

$$A = P \cdot (q_p)^{-1} \cdot Q \cdot (q_s)^{-1}$$

Sendo:

$$A = a_{ij}$$

com $i = 1, 2, \dots, n$ e $j = 1, 2, \dots, m$

No modelo original, como proposto por Leontief, cada elemento da matriz tecnológica, ou cada coeficiente a_{ij} , representa a quantidade do produto i que é usado como insumo pelo setor j . Na adaptação, com o uso da quantificação em termos monetários (em reais), cada coeficiente a_{ij} representa o valor (em centavos) do insumo i necessário para que o setor j produza uma unidade monetária (um real) do seu VBP.

A partir do cálculo da matriz tecnológica, tornam-se possíveis os cálculos de duas outras importantes matrizes na análise de insumo-produto: a matriz de Leontief e a matriz inversa de Leontief.

A matriz de Leontief (L) busca inserir na análise, além das relações de insumo-produto, a produção dos setores destinada à demanda final (AQUINO, 2004). Seus valores são obtidos por meio da subtração entre a matriz identidade e a Matriz Tecnológica.

$$L = (I - A)$$

A Matriz Inversa de Leontief (Z), como o nome já antevê, é oriunda da inversão da Matriz de Leontief e expressa a magnitude das relações diretas e indiretas entre os setores da economia. Seus coeficientes apontam, desta forma, as demandas totais (diretas e indiretas) ao longo da cadeia de um setor para a produção de uma unidade monetária.

$$Z = (I - A)^{-1}$$

ÍNDICES DE ENCADEAMENTO DIRETO

A partir da matriz de coeficientes técnicos são extraídos o Índice Simples de Encadeamento Direto para Trás e o Índice Simples de Encadeamento Direto para Frente. Estes indicadores, desenvolvidos por Chenery e Watanabe no ano de 1958, consistem em uma medida de cálculo do encadeamento setorial da economia analisada (AQUINO, 2004). Matematicamente, os índices são representados pelas equações a seguir:

$$w_{oj} = \sum_{i=1}^n a_{ij}$$

Encadeamento para trás

$$w_{io} = \sum_{j=1}^n a_{ij}$$

Encadeamento para frente

onde, a_{ij} é o coeficiente da matriz tecnológica (A).

Uma análise para trás consiste em verificar o uso dos fatores. Quanto maior for o índice de encadeamento para trás, maior é a dependência (e, conseqüentemente, a influência) que a produção de um setor tem em relação aos insumos fornecidos pelos demais setores. Já a análise para frente está associada ao destino da produção. Assim, quanto maior este índice, mais dependente é a produção de um setor (como fornecedor de insumos) em relação ao consumo intermediário dos demais setores. Uma forma de classificar cada setor em relação a este índice se dá por meio da média dos setores. Desta forma, se:

$w_{oj} > \bar{w}_{oj}$ – setor secundário: alta demanda por insumos em relação à produção

$w_{oj} < \bar{w}_{oj}$ – setor primário: baixa demanda por insumos em relação à produção

$w_{io} > \bar{w}_{io}$ – setor intermediário: alta demanda dos seus produtos como insumos por outros setores

$w_{io} < \bar{w}_{io}$ – setor final: baixa demanda dos seus produtos como insumos por outros setores

Neste sentido, os dados para a Bahia, em 2012, refletem as análises retratadas a seguir. Dos 41 setores presentes na matriz insumo-produto do estado, oito se caracterizam como setores secundários intermediários, ou seja, índices de encadeamento para frente e para trás acima das médias: Produção florestal; Alimentos, bebidas e fumo; Celulose e produtos de madeira; Refino de petróleo; Produtos químicos; Borracha e plástico; Metalurgia e produtos de metal; e Eletricidade, gás, água esgoto e limpeza urbana. Nesse aspecto, constituem-se em setores com alto poder de encadeamento, que demandam muitos insumos diretos bem como fornecem muitos insumos diretos aos demais setores da economia. A classificação restante quanto aos índices de encadeamento direto pode ser vista no Quadro 3.

Quadro 3
Classificação dos setores segundo o Índice de Encadeamento de Chenery-Watanabe

	$w_{oj} < \bar{w}_{oj}$	$w_{oj} > \bar{w}_{oj}$
	Setores primários intermediários	Setores secundários intermediários
$w_{io} > \bar{w}_{io}$	Petróleo e gás natural	Produção florestal
	Outros da indústria extrativa	Alimentos, bebidas e fumo
	Construção civil	Celulose e produtos de madeira
	Transporte, armazenagem e correio	Refino de petróleo
	Serviços de informação	Produtos químicos
	Intermediação financeira	Borracha e plásticos
	Serviços prestados às empresas	Metalurgia e produtos de metal
		Eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana
	Setores primários finais	Setores secundários finais
$w_{io} < \bar{w}_{io}$	Cultivo de cereais	Cultivo de cana-de-açúcar
	Cultivo de algodão herbáceo	Têxtil, vestuário e couros
	Cultivo de soja	Álcool e biocombustíveis
	Cultivo de outros produtos da lavoura temporária	Perfumaria, higiene e limpeza
	Cultivo de laranja	Produtos de minerais não metálicos
	Cultivo de café	Máquinas para escritórios, informática e comunicação
	Cultivo de outros produtos da lavoura permanente	Máquinas e materiais elétricos
	Pecuária e pesca	Máquinas e equipamentos industriais
	Produtos farmacêuticos	Automóveis e peças para veículos
	Comércio	Outros equipamentos de transporte
	Atividades imobiliárias e aluguéis	Móveis e indústrias diversas
	Administração pública	Alojamento e alimentação
	Saúde e educação mercantis	
	Serviços prestados às famílias	

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2018a).

A totalidade dos setores ligados à atividade agropecuária é classificada como finais. O que pode significar a baixa integração dos seus produtos com a cadeia da indústria local, sendo voltados principalmente para a demanda final (consumo das famílias e/ou exportação).

Um complemento à visualização do quadro anterior pode ser obtido através da observação dos valores dos encadeamentos em um gráfico de dispersão, como na Figura 1, onde há possibilidade de se verificar a magnitude da distância entre os setores.

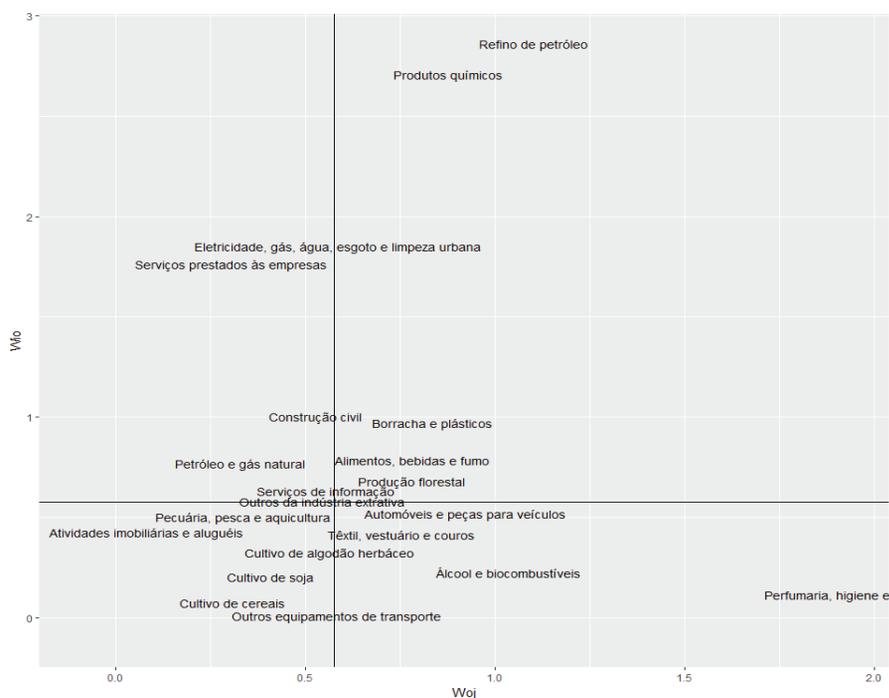


Figura 1
Dispersão dos setores quanto ao Índice de Encadeamento Direto de Chenery-Watanabe

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2018a).

Percebe-se a distância dos setores de Refino de petróleo e Produtos químicos para os demais, em termos de encadeamento direto para frente. Nesse aspecto, constituem-se nos setores mais impactados diretamente com o aumento de R\$ 1,00 na demanda final de todos os setores. Do outro lado, o setor de Perfumaria, higiene e limpeza surge como aquele com a maior demanda direta por insumos em razão da sua produção – portanto, o de maior poder de gerar impactos diretos positivos nos demais.

Esse olhar sobre os índices de encadeamento direto permite verificar que os setores da economia baiana se mostram bem divididos em termos de efeitos diretos à montante. Do total, 21 encontram-se abaixo da média e 20 acima da média. Entretanto, analisando-se estes dados juntamente com os efeitos à jusante da cadeia, visualiza-se que a economia baiana apresenta poucos setores primários intermediários, sete ao todo. Dos sete, quatro correspondem ao setor de serviços (Transporte, armazenagem e correio; Serviços de informação; Intermediação financeira; e Serviços prestados às empresas) e três são setores industriais, as chamadas indústrias de base. As indústrias de base do estado concentram-se na Construção civil e no setor extrativo, de petróleo (Petróleo e gás natural) e mineração (Outros da indústria extrativa).

Os valores dos Índices Simples de Encadeamento Direto podem ser conferidos a seguir na Tabela 4.

(Continua)

Setores	Para frente	Para trás
	Wio	Woj
Cultivo de cereais	0,07	0,31
Cultivo de algodão herbáceo	0,32	0,56
Cultivo de cana-de-açúcar	0,07	0,60
Cultivo de soja	0,20	0,41
Cultivo de outros produtos da lavoura temporária	0,25	0,36
Cultivo de laranja	0,06	0,10
Cultivo de café	0,03	0,38
Cultivo de outros produtos da lavoura permanente	0,06	0,22
Pecuária, pesca e aquicultura	0,50	0,33
Produção florestal	0,68	0,78
Petróleo e gás natural	0,77	0,33
Outros da indústria extrativa	0,58	0,54
Alimentos, bebidas e fumo	0,78	0,78
Têxtil, vestuário e couros	0,41	0,75
Madeira e celulose	0,66	0,70
Refino de petróleo	2,86	1,10
Álcool e biocombustíveis	0,22	1,04
Produtos químicos	2,71	0,88
Perfumaria, higiene e limpeza	0,12	1,94
Produtos farmacêuticos	0,07	0,14
Borracha e plásticos	0,97	0,84
Outros produtos de minerais não metálicos	0,29	0,59
Metalurgia e produtos de metal	0,93	0,85
Máquinas para escritórios, informática e comunicação	0,32	0,71
Máquinas e materiais elétricos	0,57	0,58
Máquinas e equipamentos industriais	0,47	0,82
Automóveis e peças para veículos	0,52	0,92
Outros equipamentos de transporte	0,01	0,58
Móveis e indústrias diversas	0,21	0,59
Eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana	1,85	0,59
Construção civil	1,00	0,53
Comércio	0,36	0,33
Transporte, armazenagem e correio	0,80	0,48
Alojamento e alimentação	0,24	0,60
Serviços de informação	0,63	0,56
Intermediação financeira	0,66	0,41

Setores	Para frente	Para trás
	Wio	Woj
Atividades imobiliárias e aluguéis	0,43	0,08
Serviços prestados às empresas	1,76	0,30
Administração pública	0,07	0,29
Saúde e educação mercantis	0,09	0,40
Serviços prestados às famílias	0,05	0,37

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2018a).

COEFICIENTES DE RASMUSSEN-HIRSCHMAN DE LIGAÇÃO E DISPERSÃO

Além dos índices de Chenery-Watanabe, enriquece as análises de insumo-produto um olhar sobre os coeficientes de Rasmussen-Hirschman de ligação e de dispersão. Idealizados por Rasmussen e desenvolvidos por Hirschman, os coeficientes de ligação e dispersão buscam captar os efeitos totais (diretos e indiretos) na relação entre os setores da economia. Por este motivo, no cálculo dos coeficientes são utilizados os dados da Matriz Inversa de Leontief, conforme segue:

Coeficientes de Rasmussen-Hirschman de ligação

$$u_{oj} = \frac{\frac{1}{n} z_{oj}}{\frac{1}{n^2} \sum_{i=1}^n z_{oj}}$$

Encadeamento para trás

$$u_{io} = \frac{\frac{1}{n} z_{io}}{\frac{1}{n^2} \sum_{j=1}^n z_{io}}$$

Encadeamento para frente

Sendo, $z_{oj} = \sum_{i=1}^n z_{ij}$ e $z_{io} = \sum_{j=1}^n z_{ij}$

Os coeficientes de ligação de Rasmussen-Hirschman mostram a relação da média dos impactos totais setorial com a média de todos os setores da economia. Com isso, é possível classificar os resultados dos coeficientes de ligação como setores acima e abaixo da média da economia. Setores com encadeamento para trás acima da média apresentam u_{oj} acima de 1 e aqueles

com encadeamento abaixo da média registram u_{oj} abaixo de 1. O mesmo raciocínio é aplicado com o encadeamento para frente. Assim, pode-se classificar os setores de modo:

$u_{oj} > 1$ – setor com forte poder de encadeamento para trás;

$u_{oj} < 1$ – setor com fraco poder de encadeamento para trás;

$u_{io} > 1$ – setor com forte poder de encadeamento para frente;

$u_{io} < 1$ – setor com fraco poder de encadeamento para frente.

Setores com poder de encadeamento para trás acima da unidade são considerados dinâmicos do ponto de vista da demanda de insumos – ou seja, registram valores de demanda por insumos (consumo intermediário) em relação à produção acima da média e, portanto, tem maior poder de gerar impactos à montante da cadeia. Um poder de encadeamento para frente acima de 1 significa que os produtos de certo setor são bastante utilizados como insumos pelos demais setores, de modo que tem maior poder de gerar impactos à jusante da cadeia. Assim, aqueles setores que apresentam, simultaneamente $u_{oj} > 1$ e $u_{io} > 1$, são considerados setores-chave da economia, uma vez que tem o maior poder de gerar impactos diretos e indiretos tanto à jusante quanto à montante da cadeia.

Coefficientes de Rasmussen de dispersão

$$v_{oj} = \frac{\sqrt{\frac{1}{n-1} \sum_{i=1}^n (z_{ij} - \frac{1}{n} z_{oj})^2}}{\frac{1}{n} z_{oj}}$$

Encadeamento para trás

$$v_{io} = \frac{\sqrt{\frac{1}{n-1} \sum_{j=1}^n (z_{ij} - \frac{1}{n} z_{io})^2}}{\frac{1}{n} z_{io}}$$

Encadeamento para frente

Enquanto os coeficientes de ligação buscam medir a relação dos setores com a média total, os coeficientes de dispersão buscam medir a variação, ou seja, o espalhamento em torno da média. Em outras palavras, o coeficiente de dispersão mede o quanto cada elemento da matriz inversa de Leontief (Z) se distancia da sua média vertical (análise para trás) ou horizontal (análise para frente).

Os coeficientes de ligação não conseguem medir o grau de concentração dos encadeamentos setoriais. Elevados valores de u_{oj} e u_{io} podem estar acompanhados de uma concentração setorial. Ou seja, os impactos medidos pelos coeficientes de ligação podem corresponder

a efeitos sobre poucos setores, de forma concentrada, diminuindo assim a capacidade de dinâmica do setor em questão.

Os coeficientes de dispersão se constituem, desta forma, em elementos importantes de complemento às análises dos coeficientes de ligação. Esses conseguem medir o poder de esparramento dos efeitos de um setor nos demais. Quanto menores os valores de v_{oj} e v_{io} , menos dispersos terminam sendo os impactos (para trás e para frente, respectivamente) de um setor nos outros. Assim, ao analisar os setores-chave (aqueles com u_{oj} e u_{io} maiores que a unidade) e ordená-los pela sua capacidade de dispersão, chega-se àqueles com maior dinâmica, e, portanto, com maior capacidade de alavancar mais rapidamente a economia do estado.

Neste sentido, os setores observados com os valores mais altos (e acima de 1) dos coeficientes de ligação para frente e para trás e, portanto, os setores-chave da economia baiana, em 2012, foram: Produtos químicos; Refino de petróleo; Metalurgia e produtos de metal; Borracha e plástico e Produção florestal. Conforme dito anteriormente, convém destacar, além dos coeficientes de ligação, os coeficientes de dispersão. Assim, é possível verificar que o setor que apresentou o menor coeficiente de dispersão, ou seja, um maior derramamento dos impactos no maior número de setores e a menor concentração possível foi o setor de Produtos químicos. É, portanto, o setor com a maior capacidade de dinamizar a economia do estado. Do outro lado, o setor com o maior coeficiente de dispersão e, portanto, uma maior concentração dos impactos gerados foi o setor de Produção florestal.

A classificação dos setores segundo os coeficientes de Rasmussen-Hirschman de ligação e dispersão e a relação dos setores-chave da economia para o ano de 2012 podem ser vistos nas tabelas a seguir.

(Continua)

Tabela 5 Coeficientes de Rasmussen-Hirschman de ligação e dispersão com 41 setores – 2012				
Coeficientes de Rasmussen-Hirschman de ligação e dispersão	Rasmussen-Hirschman de Ligação		Rasmussen-Hirschman de Dispersão	
	Para frente	Para trás	Para frente	Para trás
	u_{io}	u_{oj}	v_{io}	v_{oj}
Cultivo de cereais	0,426	0,724	5,661	3,346
Cultivo de algodão herbáceo	0,611	1,020	3,964	2,500
Cultivo de cana-de-açúcar	0,407	1,154	6,017	2,276
Cultivo de soja	0,524	0,897	4,677	2,848
Cultivo de outros produtos da lavoura temporária	0,516	0,760	4,846	3,302
Cultivo de laranja	0,409	0,477	6,210	5,187
Cultivo de café	0,396	0,834	6,046	2,912
Cultivo de outros produtos da lavoura permanente	0,417	0,621	5,891	3,902
Pecuária, pesca e aquicultura	0,884	0,763	2,864	3,357

Tabela 5
Coefficientes de Rasmussen-Hirschman de ligação e dispersão com 41 setores – 2012

Coefficientes de Rasmussen-Hirschman de ligação e dispersão	Rasmussen-Hirschman de Ligação		Rasmussen-Hirschman de Dispersão	
	Para frente	Para trás	Para frente	Para trás
	u_{io}	u_{oj}	v_{io}	v_{oj}
Produção florestal	1,008	1,308	5,314	4,076
Petróleo e gás natural	2,385	0,708	0,958	3,603
Outros da indústria extrativa	1,235	0,924	2,056	2,894
Alimentos, bebidas e fumo	0,971	1,108	3,284	2,905
Têxtil, vestuário e couros	0,765	1,160	3,129	2,165
Madeira e celulose	0,943	1,119	2,514	2,290
Refino de petróleo	4,080	1,666	0,921	2,600
Álcool e biocombustíveis	0,611	1,524	4,197	1,777
Produtos químicos	3,195	1,326	0,803	2,303
Perfumaria, higiene e limpeza	0,471	2,542	7,161	1,438
Produtos farmacêuticos	0,440	0,511	5,726	4,828
Borracha e plásticos	1,331	1,287	1,877	2,125
Outros produtos de minerais não metálicos	0,736	1,005	3,240	2,492
Metalurgia e produtos de metal	1,783	1,210	1,375	2,253
Máquinas para escritórios, informática e comunicação	0,672	1,096	3,576	2,285
Máquinas e materiais elétricos	0,956	0,992	2,463	2,508
Máquinas e equipamentos industriais	0,859	1,281	2,853	2,037
Automóveis e peças para veículos	0,695	1,415	4,306	2,166
Outros equipamentos de transporte	0,369	1,086	6,503	2,196
Móveis e indústrias diversas	0,553	1,028	4,224	2,340
Eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana	2,025	0,992	1,139	2,604
Construção civil	1,508	0,923	1,748	3,030
Comércio	0,740	0,713	3,260	3,415
Transporte, armazenagem e correio	1,093	0,980	2,160	2,611
Alojamento e alimentação	0,667	1,008	3,526	2,401
Serviços de informação	0,982	0,882	2,476	2,874
Intermediação financeira	1,039	0,666	2,682	4,247
Atividades imobiliárias e alugueis	0,838	0,441	3,010	5,691
Serviços prestados às empresas	2,199	0,682	1,051	3,738
Administração pública	0,430	0,654	5,694	3,700
Saúde e educação mercantis	0,423	0,777	6,099	3,244
Serviços prestados às famílias	0,406	0,735	6,022	3,263

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2018a).

Tabela 6
Setores-chave da economia baiana – 2012

Setores-chave da economia baiana	Rasmussen-Hirschman de ligação		Rasmussen-Hirschman de dispersão	
	Para frente	Para trás	Para frente	Para trás
	u_{io}	u_{oj}	v_{io}	v_{oj}
Produtos químicos	3,195	1,326	0,803	2,303
Refino de petróleo	4,080	1,666	0,921	2,600
Metalurgia e produtos de metal	1,783	1,210	1,375	2,253
Borracha e plásticos	1,331	1,287	1,877	2,125
Produção florestal	1,008	1,308	5,314	4,076

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2018a).

APLICAÇÕES E ESTUDOS POR MEIO DA MIP 2012

Desde a divulgação da Matriz de Insumo-Produto da Bahia, diversos estudos foram realizados no âmbito da SEI servindo de subsídio para políticas de governo do estado da Bahia. O Plano de Desenvolvimento Integrado (PDI), um plano de longo prazo, pensando a Bahia para 2035, utilizou, em um dos seus pilares, a matriz de insumo-produto do estado. Este instrumento serviu de base para a simulação de diversos cenários para a economia baiana, com projeções até 2035⁸.

Além de subsidiar o planejamento de longo prazo do estado, a MIP 2012 serviu de base para estudos de curto prazo, como as análises de impactos do fechamento da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados da Bahia (FAFEN)⁹ e das políticas de desinvestimento da Petrobras, realizadas a partir de 2018¹⁰.

Alguns outros estudos de pequeno porte realizados incluem a verificação do retorno econômico da instalação de plantas industriais no estado, que serviram de balizamento para a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz), na verificação das possibilidades de concessão de benefícios fiscais.

⁸ Ainda em fase de finalização.

⁹ Para maiores informações, contactar o autor.

¹⁰ Para maiores informações, contactar o autor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fortalecimento do Sistema de Contas Regionais e dos dados estatísticos para a Bahia permitiu a construção de importantes instrumentos analíticos da realidade da estrutura econômica do estado. A elaboração das Tabelas de Recursos e Usos e das Matrizes de Insumo-Produto surge com destaque neste processo. Melhorias ainda devem ser feitas no sentido de aprimorar ainda mais a qualidade da informação e tornar esses instrumentos ainda mais poderosos. Mas é inegável o avanço da disponibilidade de informações econômicas permitidas com a situação atual das ferramentas.

A identificação dos setores-chave da economia baiana e os poderes de encadeamento setorial possibilitam uma melhor visualização da importância relativa das atividades econômicas do estado. Os setores-chave identificados: Produtos químicos, Refino de petróleo, Metalurgia e produtos de metal, Borracha e plásticos e Produção florestal mostram alta capacidade de gerar impactos tanto para frente quanto para trás.

A visualização do poder de encadeamento dos setores permite uma leitura dos possíveis impactos de políticas econômicas de estímulo de determinadas atividades, além de estimação de consequências de um determinado fenômeno negativo, como o fechamento de algumas indústrias, por exemplo. A análise da produtividade e da remuneração do trabalho por setor pode trazer informações importantes, sobretudo em uma série histórica, que permitiria visualização da evolução dos dados ao longo do tempo.

Dadas as limitações tanto das TRU quanto dos modelos de insumo-produto, ainda assim constituem-se em importantes ferramentas que podem subsidiar o planejamento econômico do estado, e, portanto, devem ser fortalecidas e aprimoradas constantemente.

REFERÊNCIAS

- AQUINO, M. C. de. *Impactos dos recentes investimentos calçadistas na economia baiana: uma análise insumo-produto*. 2004. 148 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.
- ARAÚJO, J. P.; SOUSA, N. de J. Sistemas de Leontief. *Revista Teoria e Evidência Econômica*, Passo Fundo, v. 6, n. 11, p. 125-144, nov. 1998. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rtee/article/view/4789/3222>. Acesso em: 20 nov. 2018.
- CHENERY, H. B.; WATANABE, T. International comparisons of the structure of production. *Econometrica*, New York, v. 26, n. 4, p. 487-521, Oct. 1958.
- DÍAZ ABRAMO, Laura. *Economia brasileira em retrospectiva: análise da produtividade do trabalho pós-Plano Real*. 2014. 226 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/16309/1/2014_LauraDiazAbramo.pdf. Acesso em: 5 abr. 2018.
- FEIJÓ, C. A. et al. *Contabilidade social: referência atualizada das contas nacionais do Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
- GIGANTES, T. The representation of technology in input-output systems. In: CARTER A. P.; BRODY, A. *Contributions to input-output analysis*. Amsterdam: North-Holland Publishing Company, 1970. v. 1, p. 270-290.
- GUILHOTO, J. J. M. *Análise insumo-produto: teoria e fundamentos*. São Paulo: FEA USP, 2006.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Coordenação de Contas Nacionais. *Sistema de Contas Nacionais: Brasil: ano de referência 2010*. 3. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. (Relatórios metodológicos, 24).
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Diretoria de Pesquisas. *Sistema de Contas Nacionais: tabelas de recursos e usos: metodologia*. Rio de Janeiro: IBGE, 1997. 55 p. (Texto para discussão, 88).
- KUPFER, D. et al. *Impacto econômico da expansão da indústria do petróleo*. Rio de Janeiro: UFRJ: ONIP, 2000. Relatório final.

LEITE, A. P. V. *Uma metodologia para construção de matrizes regionais compatíveis – o RAS modificado agregado: uma aplicação para as grandes regiões do Brasil em 2006*. 2009. 91 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

MILLER, R. E.; BLAIR, P. D. *Input-output analysis: foundations and extensions*. Cambridge: University Press, 2009.

PEREIRA, R. M. *Aspectos econômicos dos modelos de cobrança da água pelo lançamento de efluentes: a bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul*. 2007. 227 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Matriz de insumo-produto 2012: sumário executivo*. Salvador: SEI, 2018a. No prelo.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Tabela de recursos e usos do estado da Bahia 2012*. Salvador: SEI, 2018b. Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2748&Itemid=303. Acesso em: 30 nov. 2018.

ESTATÍSTICAS DE FINANÇAS PÚBLICAS NA BAHIA

A compreensão dos conceitos estatísticos é fundamental na análise econômica e decisões de política. Esta publicação apresenta dados sobre as finanças públicas do estado da Bahia para o período 2013-2017. O objetivo é fornecer uma primeira versão sobre as Estatísticas de Finanças Públicas (EFP), elaboradas de acordo com o *Government Finance Statistics Manual 2014* (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 2014), publicado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Este trabalho constitui-se num esforço de harmonizar os conceitos da contabilidade pública às estatísticas macroeconômicas elaborado pela Coordenação de Contas Regionais e Finanças Públicas (Coref) da SEI. Desse modo, é possível ampliar o entendimento sobre as análises macroeconômicas no estado da Bahia.

As EFPs se inserem no objetivo de promover maior transparência e conhecimento das finanças e das operações governamentais. Adicionalmente, estabelecem integração das estatísticas fiscais com outros marcos metodológicos de estatísticas macroeconômicas, como o Sistema de Contas Nacionais (SCN). A estrutura analítica inclui os seguintes demonstrativos: demonstrativos de operações do governo, demonstrativos de fontes e usos de caixa, demonstrativos de outros fluxos econômicos, balanço patrimonial, demonstrativos de variações totais no patrimônio líquido e demonstrativo resumido de passivos contingentes explícitos e obrigações implícitas líquidas para benefícios futuros da seguridade social. Apenas o primeiro demonstrativo será contemplado neste trabalho devido à insuficiência de dados.

Este trabalho tem como base os dados¹¹ extraídos do banco da Secretaria da Fazenda (Sefaz-BA). Embora um guia de compilação tenha sido traduzido em suas ideias principais pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), a lista dos itens da contabilidade pública a ser enquadrada não é extensiva (BRASIL, 2012). Assim, mesmo diante de uma orientação metodológica consistente como a do FMI, esforços adicionais precisarão ser feitos para assegurar a coerência dos dados apresentados.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O avanço no compartilhamento de informações é fundamental para o monitoramento efetivo e formulação de políticas econômicas. A situação fiscal de uma região, por exemplo, tem implicações sobre o crescimento econômico bem como sobre a sustentabilidade a longo

¹¹ Fiplan Gerencial: Projetado com a finalidade de disponibilizar relatórios gerenciais relacionados à execução orçamentária e financeira do estado, tendo como origem as informações fornecidas pelo Fiplan – Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças do Estado da Bahia.

prazo. O nível de precisão das estatísticas, portanto, deve estar orientado a medir o impacto dos eventos econômicos. Assim, se faz necessário o uso de metodologias que estejam harmonizadas e alinhadas, inclusive a padrões internacionais, para aumentar o grau de confiança das informações.

O esforço em aprimorar a transparência e oferecer estatísticas precisas é fundamental para as instituições. No caso do Brasil, a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 (BRASIL, 1964) consolida a primeira experiência sobre o tratamento e estruturação de informações provenientes do orçamento público. Voltada para o orçamento público, seu foco está na arrecadação da receita, na execução da despesa e no confronto entre a previsão e a fixação das receitas e despesas incluídas na lei de orçamento. Apesar de ainda ser referência na legislação financeira no país, a contabilidade pública e os princípios contábeis cada vez mais necessitam de aprimoramentos e adequação às normas internacionais.

A criação da STN deu início a um processo de modernização institucional. Concebida por meio do Decreto nº 92.452, de 10 de março de 1986 (BRASIL, 1986), a STN representou um passo fundamental para o fortalecimento das finanças públicas do país e, conseqüentemente, para o nível de precisão das estatísticas fiscais. A missão da STN é gerir as contas públicas de forma eficiente e transparente, zelando pelo equilíbrio fiscal e pela qualidade do gasto público. Com a criação da STN o compartilhamento e a qualidade das informações alçaram o status de missão institucional, o que concorreu para outros aprimoramentos.

A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), em seu Título VI, insere outro refinamento ao disciplinar os tributos e as normas orçamentárias do Estado brasileiro. Neste caso, o avanço consistiu em organizar o sistema tributário nacional, definindo os princípios gerais da tributação, limitando o poder público de tributar, definindo os tributos, suas espécies e a quem são devidos, bem como repartindo as receitas tributárias entre os entes da Federação. Adicionalmente, também deliberou sobre as finanças públicas e as normas para elaboração do orçamento público. Assim, a questão do orçamento e das finanças públicas foi elevada a um patamar constitucional, o que uma vez mais concorreu para outros aprimoramentos.

A Lei Complementar 101, de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (BRASIL, 2000) assumiu como foco a transparência da gestão. Agir de forma transparente e planejada para prevenir riscos e desvios é um dos pressupostos da LRF, o que sinaliza a preocupação em aprofundar e qualificar o compartilhamento de informações e as estatísticas fiscais. A ampla divulgação, inclusive através de meios eletrônicos de acesso público, dos planos, prestações de contas e relatórios concorreu para o desenvolvimento e acompanhamento das finanças públicas.

Um desses desenvolvimentos foi a publicação das normas de contabilidade aplicadas ao setor público. A STN enquanto órgão central do Sistema de Contabilidade Federal tem a competência para editar normas, manuais e instruções que objetivem a elaboração e publicação de demonstrações contábeis consolidadas. Assim, editadas em pareceria com o Conselho

Federal de Contabilidade (CFC), em que se busca a convergência às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, foi publicada no ano de 2009 a primeira edição do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), juntamente com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. O objetivo do primeiro é apresentar uma metodologia com estrutura, regras e conceitos que possibilitam a obtenção de dados aos diversos usuários da informação contábil enquanto o segundo busca regulamentar o registro da aprovação e execução do orçamento (BRASIL, 2012). Desse modo, ficam estabelecidas as condições para harmonizar os conceitos da contabilidade pública às estatísticas macroeconômicas.

As estatísticas macroeconômicas também são elaboradas e produzidas para monitoramento e formulação de políticas econômicas. Os conceitos das contas nacionais são organizados segundo as recomendações do manual *System of National Accounts 2008 - SNA 2008* e publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O objetivo do Sistema de Contas Nacionais (SCN) é apresentar detalhadamente as atividades econômicas que se desenvolvem em uma economia e as relações entre as distintas unidades institucionais, servindo-se para isso de um conjunto de quadros, conceitos e definições (BRASIL, 2014). Daí decorrem a elaboração de estatísticas para dar suporte a análise de política econômica, em especial, do setor governo, unidade institucional objeto deste trabalho.

A natureza dos bens que o setor público oferta (bens públicos) tem implicações sobre as medidas estatísticas utilizadas para medir o seu impacto na economia. Enquanto atividade econômica, ele está majoritariamente vinculado a produção não mercantil, ou seja, serviços coletivos da administração, de previdência e assistência, saúde e educação. Por exemplo, ao medir a contribuição do setor público para os níveis de riqueza é feita a contabilização quase majoritária pelos custos de produção, o que se traduz no indicador do Produto Interno Bruto (PIB) pela ótica da oferta.

Além da produção, é possível visualizar a interação dos fluxos entre as unidades institucionais. As Contas Econômicas Integradas (CEI), sendo o núcleo central do SCN, oferecem uma visão do conjunto da economia, descrevendo para cada setor institucional seus fenômenos essenciais – produção, consumo, acumulação e patrimônio – e suas inter-relações no período considerado. Neste caso, para o setor institucional governo geral¹², para além da produção, é possível estabelecer indicadores para a distribuição, alocação, redistribuição e uso da renda, além das contas de acumulação (conta capital).

O vínculo entre as estatísticas macroeconômicas e as finanças públicas ganhou consistência com o padrão metodológico EFP divulgado pelo FMI. Os esforços para alinhar metodologias e harmonizar os conceitos da contabilidade pública às estatísticas macroeconômicas percorreram a publicação de três manuais, o que sinaliza o avanço no objetivo de dar precisão às

¹² A abrangência do setor público é objeto de interesse especial do GFSM 2014. Neste caso, governo geral corresponde ao governo central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central), estados e municípios.

estatísticas fiscais. Um longo período foi necessário para avançar no compartilhamento de informações, alinhar e harmonizar as metodologias de finanças públicas e macroeconômicas.

A primeira experiência de um documento com os conceitos estipulados pelo padrão metodológico EFP (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 1986) foi o resultado do Tesouro Nacional (base mensal) de 1995. Em seguida, como fruto da publicação do segundo manual (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 2001), criou-se um grupo de trabalho interinstitucional com a participação da STN, Banco Central (BC) e a Secretaria de Orçamento Federal (SOF), vinculada ao Ministério do Planejamento. Em 2013, foi assinado um termo de cooperação entre o IBGE e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Por fim, após a publicação do terceiro manual (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 2014), foi publicada em 2015 a primeira versão Estatísticas de Finanças Públicas e Conta Intermediária de Governo (EFP e CIG) e em 2016 o aprimoramento da versão conjunta com caráter conjuntural (trimestral).

A próxima seção detalhará o conteúdo das Estatísticas de Finanças Públicas (EFP).

ESTATÍSTICAS DE FINANÇAS PÚBLICAS - EFP

O Manual de Estatísticas de Finanças Públicas (MEFP) é um sistema estatístico macroeconômico especializado que tem por objetivo embasar a análise fiscal. Ao promover maior transparência e conhecimento das finanças e das operações governamentais, o Fundo Monetário Internacional (FMI) oferece princípios e conceitos de forma consistente a serem utilizados na compilação dos dados. Assim, os diferentes órgãos que demandam informações fiscais e níveis cada vez maiores de transparência ficam amparados sob um mesmo padrão de dados harmonizados internacionalmente. Este trabalho apresenta uma versão sintética de um demonstrativo pertencente às EFPs para o estado da Bahia, oferecendo uma representação econômica da atividade financeira do governo.

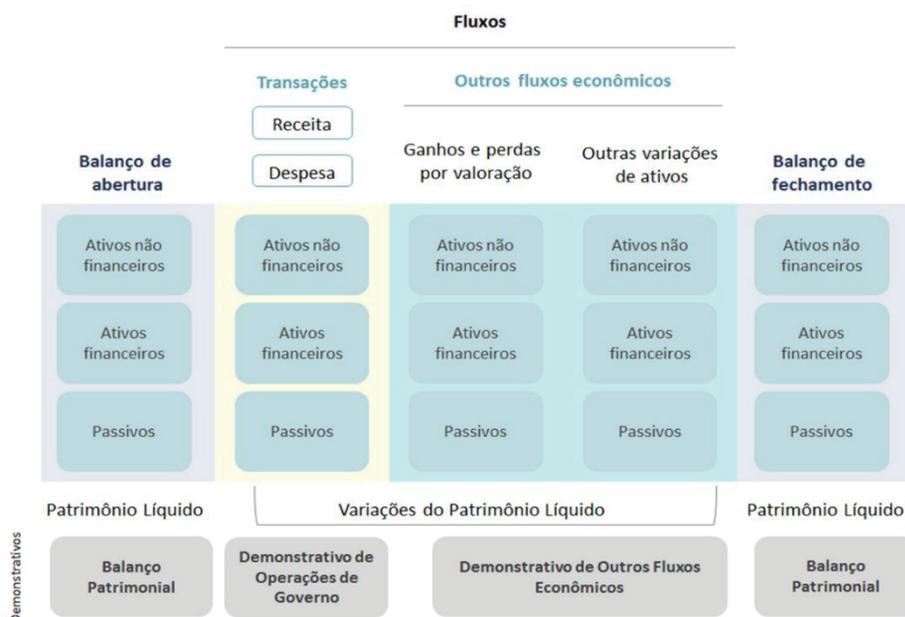
A compreensão estatística entre o fluxo de transações e o estoque inicial de um período é de suma importância para as EFPs. O primeiro pode ser definido como resultado de eventos ocorridos durante o período contábil, enquanto o segundo serve para elaborar o balanço de encerramento do período contábil e o saldo de abertura do exercício subsequente (BRASIL, 2012). Portanto, as variações nos estoques no sistema integrado das EFPs devem ser totalmente explicadas pelos fluxos.

Os fluxos das EFPs são conceituados como “transações”. Uma transação é uma interação entre duas unidades institucionais por mútuo acordo ou uma ação dentro de uma unidade cujos efeitos analíticos devem ser tratados como transação e podem ser em dinheiro ou espécie. Algumas transações ocorrem em virtude da lei, como o pagamento de impostos. Embora a maioria das transações ocorra entre duas unidades, há casos nos quais uma mesma unidade constitui, simultaneamente as partes, de uma transação e, para efeitos analíticos, convém

tratar esses atos como uma transação (BRASIL, 2012). Portanto, todos os fluxos envolvidos nas EFP's obedecem ao conceito acima.

A integração entre os fluxos e estoques atende ao objetivo das EFPs de retratar a evolução temporal do patrimônio líquido do governo. Dessa forma, introduz-se o conceito de patrimônio nas estatísticas fiscais, em linha com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Estatísticas fiscais são tradicionalmente utilizadas para mensurar o impacto das operações de governo sobre a demanda agregada (investimento e poupança). Estes refinamentos conceituais (fluxos, estoques e patrimônio) possibilitam uma interpretação mais adequada da atividade do setor público.

As estatísticas de finanças públicas (EFP) têm como foco a avaliação do impacto do setor público sobre a economia. Para isso, se utilizam de um conjunto de relatórios que buscam alinhar as práticas estatísticas do país às normas internacionais. O núcleo do arcabouço analítico é um conjunto de quatro demonstrativos financeiros. Três dos demonstrativos podem ser combinados para demonstrar que todas as variações de estoques resultam dos fluxos: o demonstrativo de operações do governo, o demonstrativo de outros fluxos econômicos e o balanço patrimonial. Adicionalmente, o arcabouço inclui o Demonstrativo de Fontes e Usos de Caixa, que fornece informações essenciais sobre liquidez. O Quadro 1 apresenta essas informações.



Esquema 1
Núcleo do arcabouço analítico das EFPs (Balanço Patrimonial, Demonstrativo de Operações de Governo e Demonstrativo de Outros Fluxos Econômicos)

Fonte: STN (X SECOFEM - Semana Contábil e Fiscal para Estados e Municípios/BRASIL, 2017).

O Demonstrativo de Operações do Governo será o elemento analisado neste trabalho. Trata-se de um resumo das transações do governo em dado período contábil. Essencialmente, apresenta detalhes de transações com receita, despesa, aquisição líquida de ativos não financeiros, aquisição líquida de ativos financeiros e incorrimento líquido de passivos. A receita (despesa) é definida como o aumento (redução) de patrimônio líquido resultante de transações. A aquisição líquida de ativos não financeiros é igual à formação bruta de capital fixo menos consumo de capital fixo mais variações de estoques e transações com outros ativos não financeiros (BRASIL, 2012). Os indicadores do demonstrativo de operações de governo serão discutidos na seção sobre análises.

METODOLOGIA

Nesta publicação é considerada a unidade institucional governo estadual (governo do estado da Bahia). Conforme assinala o manual (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 2014), esta unidade compreende as unidades governamentais, outras unidades governamentais e instituições sem fins lucrativos, que juntas vinculam-se diretamente à estrutura dos poderes (ver anexo). Para fins de compilação estatística, o governo do estado da Bahia é composto por todas as unidades que compõem orçamento fiscal e da seguridade social, exceto a Desenbahia que, dadas suas características, compõe o subsetor de corporações públicas financeiras.

As unidades governamentais se distribuem de forma hierárquica em secretarias/, órgãos superiores e fundos de previdência social. Na Bahia tem-se atualmente 34 secretarias ou afins, 11 órgãos superiores e três fundos (Baprev, Funprev, Funserv). As outras unidades governamentais estão distribuídas de forma hierárquica em fundações públicas, fundos especiais, consórcios públicos, autarquias, empresas estatais dependentes e conselhos profissionais. As instituições sem fins lucrativos, embora conceitualmente abarcadas pelo conceito de governo estadual, não foram objeto de dotação orçamentária¹³, sendo, portanto, excluídas da análise.

A fonte primária para a obtenção dos dados do governo do estado da Bahia é o Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças – Fiplan. As informações dos fundos de previdência social também foram extraídas do Fiplan¹⁴, o que excluiu a necessidade de um ajuste metodológico com esse fim. Adicionalmente, o BC compila as informações de despesas de juros e incorpora as Estatísticas Fiscais Regionalizadas (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2018).

O fluxo de receitas foi classificado pelo conceito “realizado”, o que equivale ao conceito de caixa, embora a recomendação do manual (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 2014) para a base de registro das operações do governo (receitas e despesas) seja o critério de competência. No que se refere às despesas, foi considerado o conceito de despesa liquidada, que

¹³ Destaca-se que as informações contábeis dessas instituições não estão disponíveis nos sistemas de informações e coleta de dados do governo e não estão sujeitas à prestação de contas nos termos da legislação de finanças públicas.

¹⁴ Neste caso, foi utilizado a modalidade de aplicação 91 (Operações Intraorçamentárias), o que evita que se incorra em erros de consolidação por conta de duplicidades no orçamento.

representa o total empenhado e liquidado. Não foi possível obter os dados de restos a pagar não processados em exercícios anteriores desagregados até o nível de elemento de despesa. Assim, a base de registro das operações do governo será mista (regime de caixa para as receitas e critério de liquidação para as despesas).

A consolidação dos dados foi feita mediante a codificação das modalidades de aplicação, uma vez que se trata de uma única unidade institucional (governo do estado da Bahia). Neste caso, todas as transações intraorçamentárias e cruzadas são corretamente contabilizadas a fim de evitar o duplo registro.

ANÁLISES

O Gráfico 1 apresenta a composição das receitas do governo como proporção do PIB para os anos de 2013 a 2016. É possível observar que houve um leve decréscimo da receita arrecada como proporção do PIB de 2013 a 2016 (16,5% para 15,5%).

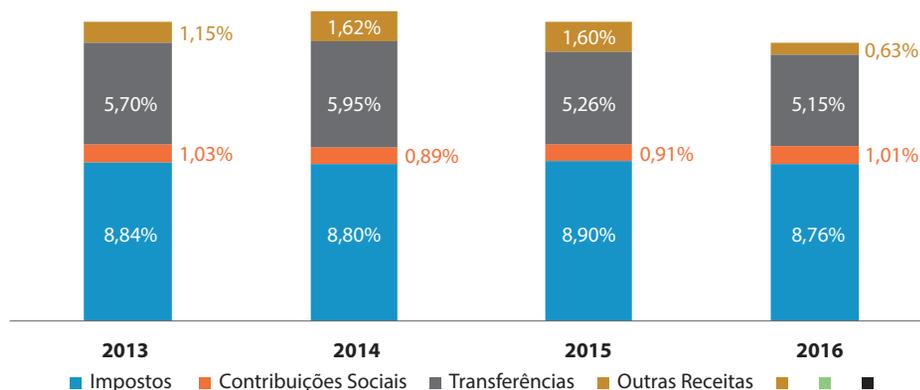


Gráfico 1
Composição das receitas do governo – % do PIB – Bahia – 2013-2016

Fonte: Secretaria da Fazenda (2018), Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2018), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018).

A Tabela 1 apresenta o detalhamento do demonstrativo das operações das receitas do governo. A despeito dos efeitos da desaceleração econômica profunda, o volume arrecadado de impostos com bens e serviços permaneceu crescendo durante o período 2013-2016 (R\$ 18,1 bilhões para 22,6 bilhões), o que sugere o esforço do fisco estadual em aprimorar as bases tributáveis e realinhar algumas práticas de desoneração.

Tabela 1
Demonstrativo das receitas do governo – Bahia – 2013-2016

Receita	Valores correntes - R\$ Milhões			
	Governo do Estado da Bahia			
	2013	2014	2015	2016
1. Receita	34.262,32	38.641,67	40.852,89	40.185,21
1.1 Impostos	18.113,56	19.696,89	21.808,29	22.648,49
1.2 Contribuições Sociais	2.107,37	2.001,12	2.232,97	2.605,56
1.3 Transferências	11.686,00	13.326,78	12.884,91	13.307,58
1.4 Outras Receitas	2.355,39	3.616,89	3.926,72	1.623,58

Fonte: Secretaria da Fazenda (2018).

O Gráfico 2 apresenta a composição das despesas do governo como proporção do PIB para os anos de 2013 a 2016. É possível observar que houve um leve decréscimo da despesa como proporção do PIB de 2013 a 2016 (13,9% para 13,6%). Em termos desagregados, o maior acréscimo foi com a despesa com remuneração de empregados. Esta despesa saltou como proporção do PIB de 2013 a 2016 de 6,9% para 7,7%. As demais categorias de despesas apresentaram variações leves, a exemplo das despesas com juros (0,3% para 0,2%).

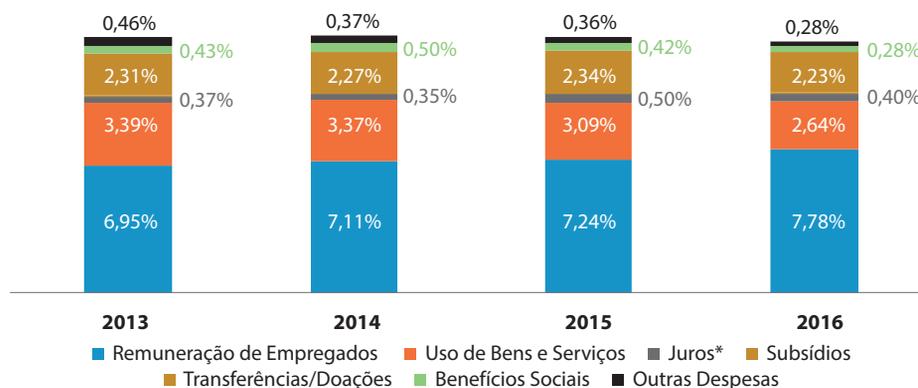


Gráfico 2
Composição das despesas do governo – % do PIB – Bahia – 2013-2016

Fonte: Secretaria da Fazenda (2018), Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2018), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018).

A Tabela 2 apresenta o detalhamento do demonstrativo das operações das despesas do governo. Uma vez mais, convém assinalar o crescimento das despesas com remuneração de empregados (salto de R\$ 14,1 bilhões em 2013 para R\$ 20,1 bilhões em 2016). Este aumento está em sintonia com os efeitos da transição demográfica sobre as finanças estaduais, o que se reflete na deterioração da relação entre os funcionários ativos e inativos.

Tabela 2				
Demonstrativo das despesas do governo – Bahia – 2013-2016				
Despesa	Valores correntes - R\$ Milhões			
	Governo do Estado da Bahia			
	2013	2014	2015	2016
2. Despesa	23.856,96	26.013,32	28.775,99	35.413,99
21. Remuneração de Empregados	14.232,82	15.931,14	17.747,07	20.129,19
22. Uso de Bens e Serviços	6.936,58	7.542,21	7.562,98	6.834,99
23. Consumo de capital fixo	-	-	-	-
24. Juros	753,18	777,98	1.231,70	1.022,19
25. Subsídios	46,65	76,14	34,80	210,31
26. Transferências e doações	4.734,20	5.077,53	5.731,22	5.778,85
27. Benefícios Sociais	886,63	1.110,01	1.022,13	720,80
28. Outras despesas	941,05	832,14	880,42	717,66

Fonte: Secretaria da Fazenda (2018), Banco Central do Brasil (2018).

Tabela 3	
Demonstrativo de Operações do Governo – Bahia – 2013	
Demonstrativo de operações	Valor R\$
	Bahia
Transações que afetam o patrimônio líquido	
1 Receita	R\$ 33.831.842.996,31
1.1 Impostos	R\$ 17.683.078.232,24
1.2 Contribuições Sociais	R\$ 2.107.370.762,54
1.3 Transferências/ Doações	R\$ 11.685.999.254,97
1.4 Outras Receitas	R\$ 2.355.394.746,56
2 Despesas	R\$ 28.531.110.219,40
2.1 Remuneração de Empregados	R\$ 14.232.819.994,96
2.2 Uso de Bens e Serviços	R\$ 6.936.579.768,57
2.3 Consumo de Capital Fixo	
2.4 Juros*	R\$ 753.180.229,06
2.5 Subsídios	R\$ 46.650.410,07
2.6 Transferências/Doações	R\$ 4.734.201.308,23
2.7 Benefícios Sociais	R\$ 886.628.280,20
2.8 Outras Despesas	R\$ 941.050.228,31
Resultado Operacional Bruto - ROB	R\$ 5.300.732.776,91
Resultado Operacional Líquido - ROL	R\$ 5.300.732.776,91
Transações com ativos não financeiros	
3.1 Aquisição líquida de ativos não financeiros	R\$ 1.474.156.975,63
3.1.1 Ativos Fixos	R\$ 1.474.156.975,63
3.1.2 Estoques	
3.1.3 Objetos de Valor	
3.1.4 Ativos não produzidos	
Empréstimo/Endividamento Líquido	R\$ 3.826.575.801,28
Itens de memorando	
1. Despesa, excluindo consumo de capital fixo	R\$ 28.531.110.219,40
2. Aquisição bruta de ativos não financeiros	R\$ 1.474.156.975,63
3. Empréstimos/Endividamento líquido primário	R\$ 3.826.575.801,28

Fonte: Banco Central do Brasil (2018), Secretaria da Fazenda (2018).

O demonstrativo de operações do governo no exercício de 2013 pode ser visto na Tabela 3. As transações neste demonstrativo afetam o patrimônio líquido, ou seja, as receitas e despesas provocam modificação no estoque inicial de ativos (financeiros e não financeiros) e passivos. O objetivo deste demonstrativo é analisar os indicadores com base nos conceitos desenhados pela metodologia EFP. Assim, as estatísticas fiscais utilizadas neste demonstrativo possuem um foco diferente das tradicionalmente utilizadas para avaliar o tamanho do setor público¹⁵.

¹⁵ Resultado primário (abaixo e acima da linha), resultado nominal, necessidades de financiamento do setor público e dívida líquida do setor público. Para mais detalhes, ver *Manual de Estatísticas Fiscais* (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2018).

O resultado operacional bruto é calculado como a soma das receitas menos despesas, exceto o consumo de capital fixo¹⁶. Ele assumirá um valor igual ao resultado operacional líquido, que retrata um valor sintético da sustentabilidade corrente das operações do governo. No exercício de 2013 esse valor foi positivo em R\$ 5,3 bilhões, ou seja, houve um aumento do patrimônio líquido do governo. Ao adicionarmos as transações com ativos não financeiros, pode-se chegar ao cálculo do empréstimo/endividamento líquido. Neste caso, é possível notar em que medida o governo coloca recursos financeiros à disposição de outros setores da economia ou utiliza os recursos financeiros gerados por outros setores. Neste caso, este valor alcançou o patamar positivo de R\$ 3,8 bilhões em 2013, o que sugere que o governo do estado da Bahia emprestou recursos aos demais setores da economia. As estatísticas de finanças públicas (EFP), especificamente em seu demonstrativo de operações do governo, sugerem que em 2013 o componente da variação no patrimônio líquido devida a transações foi positivo. O Anexo 3 apresenta os detalhes do enquadramento dos itens de receita e despesas na metodologia das EFPs.

No exercício de 2014 o resultado operacional bruto e, por consequência, o resultado operacional líquido, foi positivo em R\$ 8,4 bilhões. Este resultado aponta para o fato de uma expansão do patrimônio líquido do governo, o que sugere uma continuidade do quadro do ano anterior. Ao adicionarmos as transações com ativos não financeiros pode-se chegar ao cálculo do empréstimo/endividamento líquido. Neste caso, este valor alcançou o patamar positivo de R\$ 6,4 bilhões em 2014, o que reforça o cenário de continuidade do quadro, mantendo o governo do estado da Bahia como absorvedor de recursos. Desse modo, as estatísticas de finanças públicas (EFPs), especificamente em seu demonstrativo de operações do governo, sugerem que em 2014 o componente da variação no patrimônio líquido devida a transações foi positivo.

No exercício de 2015 o resultado operacional bruto e, por consequência, o resultado operacional líquido, foi de R\$ 6,2 bilhões. Este resultado aponta para o fato de uma redução do patrimônio líquido do governo. Ao adicionarmos as transações com ativos não financeiros pode-se chegar ao cálculo do empréstimo/endividamento líquido. Neste caso, este valor alcançou o patamar de R\$ 4,5 bilhões em 2015, o que mantém o governo do estado da Bahia como prestador de recursos no exercício de 2015. Desse modo, as estatísticas de finanças públicas (EFPs), especificamente em seu demonstrativo de operações do governo, sugerem que em 2015 o componente da variação no patrimônio líquido devida a transações foi positivo.

No exercício de 2016 o resultado operacional bruto e, por consequência, o resultado operacional líquido, foi positivo em R\$ 4,6 bilhões. Este resultado aponta para o fato de um novo aumento do patrimônio líquido do governo. Ao adicionarmos as transações com ativos

¹⁶ Conforme assinalado, o consumo de capital fixo (CCF) é calculado pelo IBGE para o governo federal e sua replicação para os governos subnacionais envolveria hipóteses e cálculos que estão além do alcance deste trabalho. Assim, este trabalho assumiu como nulo o valor do CCF em todo o período 2013-2016.

não financeiros, pode-se chegar ao cálculo do empréstimo/endividamento líquido. Neste caso, este valor alcançou o patamar de R\$ 2,6 bilhões, o que mantém o governo do estado da Bahia como prestador de recursos no exercício de 2016. Assim, as estatísticas de finanças públicas (EFPs), especificamente em seu demonstrativo de operações do governo, sugerem que em 2016 o componente da variação no patrimônio líquido devida a transações foi positivo.

O demonstrativo de operações do governo em seu conjunto responde pela maior parte da execução da política fiscal. Com o objetivo de mensurar os efeitos sobre o patrimônio líquido, é possível notar também os efeitos sobre a demanda por crédito e seus acervos de ativos e passivos. No período 2013-2016 podemos sugerir que o efeito das transações sobre o patrimônio líquido foi positivo. Por sua vez, este efeito positivo se reflete na diminuição do acervo de passivos. Assim, o efeito financeiro da atividade do governo do estado da Bahia no período 2013-2016 traduzido pelo conjunto de estatísticas de finanças públicas (EFPs), embora restrito a apenas um demonstrativo, oferece um retrato de evolução do patrimônio líquido.

Tabela 4	
Demonstrativo de Operações do Governo – Bahia – 2014	
Demonstrativo de operações	Valor R\$
	Bahia
Transações que afetam o patrimônio líquido	
1 Receita	R\$ 39.831.378.183,23
1.1 Impostos	R\$ 21.586.363.920,50
1.2 Contribuições Sociais	R\$ 2.001.115.979,60
1.3 Transferências/ Doações	R\$ 13.326.775.583,67
1.4 Outras Receitas	R\$ 2.917.122.699,46
2 Despesas	R\$ 31.347.144.256,13
2.1 Remuneração de Empregados	R\$ 15.931.137.341,69
2.2 Uso de Bens e Serviços	R\$ 7.542.212.216,17
2.3 Consumo de Capital Fixo	-
2.4 Juros*	R\$ 777.976.373,95
2.5 Subsídios	R\$ 76.141.429,92
2.6 Transferências/Doações	R\$ 5.077.533.171,52
2.7 Benefícios Sociais	R\$ 1.110.008.014,12
2.8 Outras Despesas	R\$ 832.135.708,76
Resultado Operacional Bruto - ROB	R\$ 8.484.233.927,10
Resultado Operacional Líquido - ROL	R\$ 8.484.233.927,10
Transações com ativos não financeiros	R\$ 2.012.992.073,55
3.1 Aquisição líquida de ativos não financeiros	R\$ 2.012.992.073,55
3.1.1 Ativos Fixos	R\$ 2.012.992.073,55
3.1.2 Estoques	
3.1.3 Objetos de Valor	
3.1.4 Ativos não produzidos	
Empréstimo/Endividamento Líquido	R\$ 6.471.241.853,55
Itens de memorando	
1. Despesa, excluindo consumo de capital fixo	R\$ 31.347.144.256,13
2. Aquisição bruta de ativos não financeiros	R\$ 2.012.992.073,55
3. Empréstimos/Endividamento líquido primário	R\$ 6.471.241.853,55

Fonte: Banco Central do Brasil (2018), Secretaria da Fazenda (2018).

Tabela 5
Demonstrativo de Operações do Governo – Bahia – 2015

Demonstrativo de operações	Valor R\$
	Municípios (BA)
Transações que afetam o patrimônio líquido	
1 Receita	R\$ 40.510.162.984,69
1.1 Impostos	R\$ 21.467.951.541,07
1.2 Contribuições Sociais	R\$ 2.232.973.986,79
1.3 Transferências/ Doações	R\$ 12.884.909.637,21
1.4 Outras Receitas	R\$ 3.924.327.819,62
2 Despesas	R\$ 34.210.318.268,57
2.1 Remuneração de Empregados	R\$ 17.747.066.661,00
2.2 Uso de Bens e Serviços	R\$ 7.562.975.390,38
2.3 Consumo de Capital Fixo	-
2.4 Juros	R\$ 1.231.698.277,52
2.5 Subsídios	R\$ 34.801.386,23
2.6 Transferências/Doações	R\$ 5.731.223.649,40
2.7 Benefícios Sociais	R\$ 1.022.133.065,18
2.8 Outras Despesas	R\$ 880.419.838,86
Resultado Operacional Bruto - ROB	R\$ 6.299.844.716,12
Resultado Operacional Líquido - ROL	R\$ 6.299.844.716,12
Transações com ativos não financeiros	R\$ 1.725.758.111,18
3.1 Aquisição líquida de ativos não financeiros	R\$ 1.725.758.111,18
3.1.1 Ativos Fixos	R\$ 1.725.758.111,18
3.1.2 Estoques	
3.1.3 Objetos de Valor	
3.1.4 Ativos não produzidos	
Empréstimo/Endividamento Líquido	R\$ 4.574.086.604,94
Itens de memorando	
1. Despesa, excluindo consumo de capital fixo	R\$ 34.210.318.268,57
2. Aquisição bruta de ativos não financeiros	R\$ 1.725.758.111,18
3. Empréstimos/Endividamento líquido primário	R\$ 4.574.086.604,94

Fonte: Banco Central do Brasil (2018), Secretaria da Fazenda (2018).

Tabela 6	
Demonstrativo de Operações do Governo – Bahia – 2016	
Demonstrativo de operações	Valor R\$
	Bahia
Transações que afetam o patrimônio líquido	
1 Receita	R\$ 40.185.210.346,36
1.1 Impostos	R\$ 22.365.504.612,64
1.2 Contribuições Sociais	R\$ 2.605.561.871,10
1.3 Transferências/ Doações	R\$ 13.307.578.441,68
1.4 Outras Receitas	R\$ 1.906.565.420,94
2 Despesas	R\$ 35.413.992.974,14
2.1 Remuneração de Empregados	R\$ 20.129.194.000,31
2.2 Uso de Bens e Serviços	R\$ 6.834.986.683,64
2.3 Consumo de Capital Fixo	
2.4 Juros ¹	R\$ 1.022.193.933,13
2.5 Subsídios	R\$ 210.307.796,92
2.6 Transferências/Doações	R\$ 5.778.847.966,31
2.7 Benefícios Sociais	R\$ 720.801.642,98
2.8 Outras Despesas	R\$ 717.660.950,85
Resultado Operacional Bruto - ROB	R\$ 4.771.217.372,22
Resultado Operacional Líquido - ROL	R\$ 4.771.217.372,22
Transações com ativos não financeiros	
3.1 Aquisição líquida de ativos não financeiros	
3.1.1 Ativos Fixos	R\$ 2.124.041.324,48
3.1.2 Estoques	
3.1.3 Objetos de Valor	
3.1.4 Ativos não produzidos	
Empréstimo/Endividamento Líquido	R\$ 2.647.176.047,74
Itens de memorando	
1. Despesa, excluindo consumo de capital fixo	R\$ 35.413.992.974,14
2. Aquisição bruta de ativos não financeiros	R\$ 2.124.041.324,48
3. Empréstimos/Endividamento líquido primário	R\$ 2.647.176.047,74

Fonte: Banco Central do Brasil (2018), Secretaria da Fazenda (2018).

ANEXO 1 (ABRANGÊNCIA DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA)

UNIDADES GOVERNAMENTAIS

Secretarias

Assembleia Legislativa da Bahia

Tribunal de Contas do Estado

Tribunal de Contas dos Municípios

Tribunal de Justiça

Ministério Público

Defensoria Pública

Casa Militar do Governador

Procuradoria Geral do Estado

Gabinete do Vice-Governador

Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento

Secretaria da Administração

Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura

Secretaria da Educação

Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social

Secretaria da Fazenda

Casa Civil

Secretaria de Desenvolvimento Econômico

Secretaria do Planejamento

Secretaria de Desenvolvimento Rural

Secretaria da Saúde

Secretaria da Segurança Pública

Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte

Secretaria de Cultura

Secretaria de Infraestrutura

Secretaria de Desenvolvimento Urbano

Secretaria do Meio Ambiente

Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação

Secretaria de Relações Institucionais

Secretaria de Promoção da Igualdade Racial

Secretaria de Turismo

Gabinete do Governador
Secretaria de Políticas para as Mulheres
Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização
Secretaria de Comunicação Social

Órgãos superiores

Instituto Anísio Teixeira
Superintendência de Proteção e Defesa Civil
Coordenação de Desenvolvimento Agrário
Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural
Departamento de Polícia Técnica
Superintendência de Inteligência
Polícia Militar da Bahia
Polícia Civil da Bahia
Corpo de Bombeiros Militar da Bahia
Superintendência de Infraestrutura de Transportes da Bahia
Superintendência de Fomento ao Turismo do Estado da Bahia

Fundos de previdência social

Fundo de Custeio do Plano de Saúde dos Servidores Públicos Estaduais-Funserv
Fundo Previdenciário dos Servidores Públicos do Estado da Bahia- Baprev
Fundo Financeiro da Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado da Bahia-Funprev

OUTRAS UNIDADES GOVERNAMENTAIS

Fundos especiais

Fundo de Assistência Educacional
Fundo Estadual de Proteção ao Consumidor
Fundo Estadual de Assistência Social
Fundo Estadual de Atendimento à Criança e ao Adolescente
Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico
Fundo Estadual de Saúde
Fundo Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural
Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza
Fundo Estadual de Manutenção das Áreas Industriais da SUDIC
Fundo Especial de Aperfeiçoamento dos Serviços Policiais
Fundo Estadual do Corpo de Bombeiros Militar da Bahia
Fundo de Promoção do Trabalho Decente
Fundo de Cultura da Bahia
Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social

Fundo de Recursos para o Meio Ambiente
Fundo Penitenciário do Estado da Bahia

Autarquias

Departamento Estadual de Trânsito
Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia
Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia
Universidade do Estado da Bahia
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Universidade Estadual de Feira de Santana
Universidade Estadual de Santa Cruz
Fundação da Criança e do Adolescente
Junta Comercial do Estado da Bahia
Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial
Centro Industrial de Subaé
Instituto Baiano de Metrologia e Qualidade
Companhia Baiana de Pesquisa Mineral
Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
Fundação de Hematologia e Hemoterapia da Bahia
Superintendência dos Desportos do Estado da Bahia
Fundação Cultural do Estado da Bahia
Fundação Pedro Calmon - Centro de Memória e Arquivo Público da Bahia
Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia
Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia
Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia-Conder
Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia

Empresas estatais dependentes

Bahia Pesca S/A
Companhia de Transportes do Estado da Bahia

REFERÊNCIAS

BAHIA. Secretaria da Fazenda. *Fiplan Gerencial WEB*. Salvador, BA: SEFAZ, 2018. Disponível em: <https://sistemasweb.sefaz.ba.gov.br/sistemas/FGWEB/SSL/ASLibrary/Login?ReturnUrl=%2fsistemas%2ffgwEB> Acesso em: 30 jul. 2018.

BAHIA. Secretaria do Planejamento. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). *PIB Municipal*. Salvador, BA: SEI, 2018. Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=561&Itemid=335 Acesso em: 25 maio 2018.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Estatísticas fiscais regionalizadas*. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/htms/Infecon/serieHistEstatFR.asp>. Acesso em: 8 mar. 2018.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Manual de estatísticas fiscais*. Brasília: BCB, mar. 2018. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/ftp/infecon/Estatisticasfiscais.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2018.

BOLETIM ESTATÍSTICAS FISCAIS TRIMESTRAIS DO GOVERNO GERAL. Brasília: STN, 1. tri. 2018. Disponível em: https://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/476865/Boletim_EFP_2018_I.pdf/e8508944-bc5e-4282-9fd9-2639a9375991. Acesso em: 16 jul. 2018.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. Decreto nº 92.452, de 10 de março de 1986. Cria, no Ministério da Fazenda, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), extingue a Secretaria Central de Controle Interno (SECIN), e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, 11 mar. 1986. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/1985-1987/D92452.htm. Acesso em: 15 mar. 2018.

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, 5 maio 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp101.htm. Acesso em: 15 mar. 2018.

BRASIL. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, 4 maio 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm. Acesso em: 15 mar. 2018.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. *II SECOFEM, Estatísticas de Finanças Públicas*. Brasília: STN, 2017. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/web/stn/treinamentos-e-eventos>. Acesso em: 8 ago. 2018.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. *X SECOFEM, Estatísticas de Finanças Públicas*. Brasília: STN, 2015a. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/web/stn/treinamentos-e-eventos>. Acesso em: 8 ago. 2018.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. *Manual de Estatísticas Fiscais*. Brasília, DF: STN, 2015b. Disponível em: https://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/476865/PFI_Manual_Estatisticas_Fiscais/945c2ec4-a584-4823-9375-ffb22c070f78. Acesso em: 4 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. *Manual de contabilidade aplicada ao setor público: parte 8: demonstrativo de estatísticas de finanças públicas*. 5. ed. Brasília: STN, 2012. Disponível em: https://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/137713/Parte_VIII_-_DEFP.pdf. Acesso em: 4 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. *Plano de contas aplicado ao setor público (PCASP): exercício de 2018*. Brasília: STN, 2018. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/pcasp> Acesso em: 16 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Estatísticas de finanças públicas e conta intermediária de governo: Brasil 2016*. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. (Contas Nacionais, n. 61). Disponível em: <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/-/estatisticas-de-financas-publicas>. Acesso em: 16 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *O sistema de contas nacionais: evolução, principais conceitos e sua implantação no Brasil*. Brasil 2014. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. (Textos para discussão, n. 51). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv86717.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Produto Interno Bruto dos Municípios*. Brasil 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2018 Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=o-que-e> Acesso em: 25 jul. 2018

INTERNATIONAL MONETARY FUND. *A manual on government finance statistics*. Washington, DC: IMF, 1986. 373 p. Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/gfs/manual/1986/eng/>. Acesso em: 15 set. 2018.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. *Government finance statistics manual 2014*. Washington, DC: IMF, 2014. 446 p. Disponível em: <https://www.imf.org/external/Pubs/FT/GFS/Manual/2014/gfsfinal.pdf>. Acesso em: 15 set. 2018.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. *Government finance statistics manual 2001*. Washington, DC: IMF, 2001. 206 p. Disponível em: <https://www.imf.org/external/pubs/ft/gfs/manual/pdf/all.pdf>. Acesso em: 15 set. 2018.

 **SEI**  25 ANOS DE SEI
65 ANOS DE HISTÓRIA
SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA

 **GOVERNO DO ESTADO** | SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

ISBN 978-85-8121-024-7



9 788581 210247